



**MÃOS QUE PROTEGEM, CORAÇÕES QUE ACOLHEM
O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PORTUGAL**

MARISA SUSANA OLIVEIRA MOREIRA

Tese de Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para Obtenção do Grau em Mestre em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sidalina Almeida

ISSSP, fevereiro de 2018

ISSSP – Instituto Superior de Serviço Social do Porto

**MÃOS QUE PROTEGEM, CORAÇÕES QUE ACOLHEM
O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PORTUGAL**

MARISA SUSANA OLIVEIRA MOREIRA

Dissertação de mestrado Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão
Social

Orientadora: Prof.^a Dra. Sidalina Almeida

Porto

2018

Agradecimentos

Um agradecimento à minha família e ao meu namorado, pois demonstraram afeto, amor e apoio incondicional em todas as fases deste percurso.

Gostaria de agradecer a todos os técnicos que me permitiram chegar aos jovens. Não posso deixar de agradecer às personagens principais que contribuíram para a realização deste estudo, os jovens adultos. É do fundo do coração que sou grata pela coragem que tiveram em enfrentar o passado, em olhar para o presente e não saber o que esperar do futuro, mas sempre com a esperança de um final feliz.

Resumo

O presente estudo tem por objetivo central analisar as perceções do percurso de vida de jovens adultos que viveram a experiência de institucionalização. Trata-se do conhecimento das perceções sobre a medida de acolhimento, nos diferentes domínios: na missão, na política organizativa, nas rotinas quotidianas, nas atividades, relações sociais e, de forma particular sobre o seu processo de autonomia, os seus pressupostos familiares, educativos e formação profissional.

Para tal, definimos como objetivos gerais do estudo as representações e expetativas dos jovens ex-institucionalizados, mais concretamente do desenho do seu projeto de vida (percurso pessoal, educativo e profissional) e a análise dos fatores que em seu entender influenciaram a sua experiência no contexto de institucionalização.

A presente investigação recorreu a uma metodologia qualitativa, utilizando como técnica, a recolha de informação, a entrevista semiestruturada, sendo que as respostas às entrevistas foram objeto de análise de conteúdo temático. Assim sendo, procedeu-se à realização de uma entrevista individual a 10 jovens, que estiveram em regime de acolhimento institucional num Lar de Infância e Juventude, na qual se recolheu informações para a caracterização sociodemográfica dos jovens e famílias e percurso anterior à institucionalização; representações sobre o percurso institucional, nomeadamente o seu percurso escolar e formação profissional durante este período e suas representações pós-institucionalização.

A investigação realizada permitiu-nos concluir que os jovens consideram evidente o esforço das instituições, no que diz respeito à satisfação das necessidades e ao desenvolvimento das competências de autonomia nos jovens. Contudo, estas ainda têm alguns elementos na sua política organizativa e nas práticas profissionais, que devem ser melhorados, nomeadamente o trabalho com as famílias biológicas e o acompanhamento dos jovens pós-institucionalização.

Palavras-chave: Lares de Infância e Juventude; Institucionalização; Acolhimento; Socialização

Abstract

The present study has the main aim analyze the self-perception and self-experience of young adults during their trajectories of institutionalization. It is knowledge of the perceptions measure of child care in different domains: mission, political organization, daily routines, activities, social relationship, autonomy process, family, educational assumptions and their vocational training.

For this we define as general aims representations and expectations of young people that left the institution, more specifically the drawing of their own life project (personal, educational and professional trajectories) and analyse of the factors that in their opinion might have affected your institutional experience.

The present investigation followed qualitative methodology using as techniques the collection of information, a semi-structured interview, being t the answers analyzed through thematic content. Therefore, we did individual interviews to 10 young adults who have been institutionalized into a childhood home and that focused on the socio-demographic characterization of young people and families, before institutionalization; representations about the institutional course, namely their school course and professional formation during this period and post-institutionalization.

The research carried out allow us to conclude that young people consider evident the work done by institutions, mainly needs satisfaction skills development and autonomy. However, work must be done in their own political organization, namely the work with biological families and follow-up young adult post-institutionalization

Keywords: Foster Care; Homes for Children and Youth; Institutionalization; Socialization

Índice

Introdução.....	1
CAPÍTULO I – O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	4
1.Políticas de proteção social à família	4
2.Caracterização da medida de promoção e proteção de crianças e jovens em risco.....	7
3.A institucionalização em Portugal.....	11
CAPÍTULO II- SOCIALIZAÇÃO PROMOVIDA E POTENCIALIZADORA NAS INSTITUIÇÕES	19
1.Necessidades das crianças em contexto institucional	19
2.Impacto da institucionalização nas crianças e jovens	23
3.Ambiente familiar em contexto institucional	24
CAPÍTULO III- ESTUDO	29
1.Mãos que protegem, Corações que acolhem: Percurso de vida antes, durante e após institucionalização	29
1.1 Notas metodológicas	29
1.2 Análise de conteúdo	32
1.3 Caracterização dos entrevistados	34
1.4 Percurso antes da institucionalização	34
1.5 Percurso de vida dos jovens	35
1.6 Caracterização sociodemográfica dos jovens e família e estrutura e relação familiar	37
1.6.1 Relação familiar.....	40
1.7 A decisão pela institucionalização	42
1.8 Perceção do “Eu” antes de entrar na instituição.....	46
2.Representações sobre o percurso institucional.....	49
2.1 A decisão pela institucionalização: como viveram os jovens	49
2.2 O dia-a-dia na instituição	53
2.2.1 Regras	54
2.2.2 O Incumprimento das regras.....	55
2.2.3 Fugas.....	56
2.2.4 Comunicação e diálogo sobre as regras.....	57
2.2.5 A importância das regras na vida dos jovens.....	57
2.2.6 Rotinas	58
2.2.7 Atividades desenvolvidas dentro e fora da instituição.....	61
2.3 Atividades desenvolvidas nas férias ou épocas festivas.....	62

2.4 Trajetória escolar e profissional	63
2.5 Visitas a familiares aos fins-de-semana, épocas festivas e período de férias.....	64
2.6 Períodos fora da instituição	65
2.6.1 Fins-de-semana.....	66
2.6.2 Época de férias.....	66
2.7 Vida pessoal e relacional.....	67
2.7.1 Relação com colegas.....	70
2.7.2 Sentimentos em relação à instituição.....	71
2.7.3 Melhores momentos e momentos difíceis	72
2.7.4 Instituição enquanto meio familiar	73
2.7.5 Sonhos.....	76
3.Representações sobre o percurso escolar e formação profissional durante a institucionalização.....	77
3.1 Percurso escolar antes da institucionalização.....	77
3.2 Percurso escolar durante o período de institucionalização.....	79
3.3 Relação com os colegas e professores.....	80
3.3.1 Relação com os colegas	80
3.3.2 Relação com os professores	81
3.4 Dificuldades sentidas por parte dos jovens em contexto escolar	82
4. Representações pós-institucionalização	83
4.1 Sentimentos após a saída do lar.....	84
4.2 Projeto de vida construído na instituição	85
4.3 Transição e autonomização	86
4.4 Perceção da medida de acolhimento de crianças e jovens	87
4.5 Relação atual com a família biológica	88
4.6 Perspetivas sobre o futuro	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	94
Bibliografia.....	99
ANEXOS.....	103

Índice de Figuras e de Gráficos

Figura 1-Plano de Intervenção.....	21
Figura 2-Etapas das entrevistas.....	31
Figura 3-Natureza das questões.....	31
Figura 4-Percurso institucional.....	32
Figura 5-Sentimentos expressos pelos jovens antes da institucionalização.....	47
Figura 6-Memórias da chegada à instituição.....	50
Figura 7-Rotina diária.....	58
Figura 8-Teoria ecológica do desenvolvimento humano.....	68
Figura 9- Melhores e piores momentos vividos durante o percurso institucional.....	72
Figura 10- Comportamento do profissional na adaptação da criança ou jovem à instituição...	75
Figura 11-Sentimentos expressados pelos jovens após-institucionalização.....	84
Figura 12-Sinónimo de Família	92
 Gráfico 1- Motivos que levaram os jovens à institucionalização.....	 42

Índice de Tabelas

Tabela 1-Medidas de Proteção a Crianças e Jovens em Risco de Exclusão Social.....	8
Tabela 2-Fatores de Risco (Características identificadas em 2016)	12
Tabela 3-Necessidades de desenvolvimento da criança.....	21
Tabela 4-Competências parentais.....	22
Tabela 5-Fatores familiares e ecológicos.....	22
Tabela 6-Idade dos entrevistados.....	34
Tabela 7-Local de residência antes da institucionalização/concelho onde se situa a casa de acolhimento.....	35
Tabela 8-Percurso institucional dos jovens adultos entrevistados.....	35
Tabela 9-Duração total dos anos de institucionalização.....	36
Tabela 10-Tipologia familiar antes da institucionalização.....	37
Tabela 11-Elementos do agregado familiar.....	38
Tabela 12-Condição dos elementos do agregado familiar perante o trabalho.....	38
Tabela 13-Irmãos institucionalizados.....	39
Tabela 14-Tipologia das situações de perigo.....	48
Tabela 15-Percurso escolar e profissional dos jovens.....	63
Tabela 16-Frequência obtida antes da institucionalização.....	78
Tabela 17-Grupo socioprofissional.....	86

Siglas

CAT - Centro de Acolhimento Temporário

CNPDPJ - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças

ISS - Instituto de Segurança Social

LII - Lar de Infância e Juventude

LIJE - Lar de Infância e Juventude Especializado

SERE + - Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança

CESA- Centro Educativo de Santo António

ENT - Entrevistado

Introdução

O presente estudo surge no âmbito do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social do Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

A família é considerada a instância socializadora mais importante a nível do desenvolvimento psicossocial do sujeito. Contudo, e devido a múltiplos fatores, poderá não assumir essa mesma função, delegando, então, essa missão às instituições de acolhimento.

O acolhimento institucional é uma medida aplicada em casos, cuja situação, representa um perigo para a integridade física e psíquica da criança ou jovem, especialmente quando se considera que todas as outras respostas são inadequadas. O objetivo primacial é promover a promoção e proteção da criança/jovem, oferecendo-lhe uma intervenção especializada e preparando-a para a reintegração na família (nuclear ou alargada), o acolhimento familiar ou para adoção, tendo em vista a sua autonomização.

A atuação das casas de acolhimento está fundada na noção de bem-estar biopsicossocial que é fundamental para o desenvolvimento saudável da criança institucionalizada, tendo em consideração a sua história individual e como objetivo a construção de um projeto de vida que torne a experiência de institucionalização breve.

Dado que o nosso estudo tem como objetivo analisar a perceção dos jovens relativamente ao acolhimento residencial, também é importante compreender o processo de socialização destes jovens na instituição de acolhimento. Consideramos pertinente basearmo-nos na investigação levada a cabo por Goffman sobre as “Instituições Totais”¹ e à sua proposta de análise de carreira moral dos internados, com os devidos ajustamentos sociais e temporais e sobretudo tendo em conta a abertura gradual destas organizações à comunidade.

O presente estudo surgiu da necessidade de se caracterizar o percurso de vida dos jovens ex-institucionalizados, analisando, como já referimos, as suas perceções acerca da influência desta experiência de acolhimento no seu percurso de vida, mais concretamente nos seus processos de autonomização e nos seus projetos futuros.

Por conseguinte, as questões de partida da presente investigação são:

- Quais os principais motivos da institucionalização dos jovens?

¹As Instituições Totais estabeleciam espaços na qual os indivíduos com características semelhantes habitavam, trabalhavam e estudavam afastados da sociedade mais ampla, em regime fechado e formalmente administrados, durante um período de tempo significativo.

- Como decorreram as fases de pré-internamento, de internamento e de pós-internamento, de acordo com a sua perspetiva pessoal?
- Como é que encaram o seu passado e o seu presente, e como perspetivam o seu futuro a nível relacional, educativo e profissional?

O presente trabalho tem como objetivo analisar as perceções do percurso de vida de jovens adultos sobre o período da institucionalização, no que se refere aos diferentes domínios: na missão, política organizativa, relações com os adultos e, de que modo estes contribuíram para a sua autonomia.

O presente estudo orienta-se pela seguinte hipótese: Promovem as instituições de acolhimento, uma efetiva autonomia das crianças e jovens acolhidas, no período posterior à institucionalização?

Esta dissertação encontra-se estruturada em três capítulos distintos.

O capítulo I, denominado por Acolhimento Institucional, são abordados temas relacionados com as políticas de proteção à família e com a caracterização da medida de institucionalização: como surgiu e como funciona o sistema de proteção para crianças e jovens em risco. Para além do mais, também se procede à abordagem das medidas de proteção existentes, com particular ênfase nas medidas em regime de acolhimento. São também considerados os estudos já realizados por outros autores, servindo de termo de comparação ao nosso trabalho.

O capítulo II denomina-se por enquadramento teórico. Refere-se à revisão bibliográfica, que serve de contextualização ao nosso objeto de estudo e que incidiu sobre as necessidades das crianças e jovens em medida de acolhimento; o conceito de família; a socialização; instituição total, carreira moral, etc. Optámos por reforçar a análise teórica, considerando alguns aspetos importantes como a socialização promovida e potencializadora pelas casas de acolhimento, nomeadamente as políticas organizacionais que são aplicadas neste contexto que possibilitem a estas crianças e jovens viverem num ambiente mais próximo do familiar.

O capítulo III apresenta o estudo empírico, explicitando o método utilizado para a sua construção, os participantes, os instrumentos utilizados, os procedimentos de recolha e de tratamento e a análise de dados. Este capítulo foi dividido em 4 subcapítulos. Deste modo, no primeiro subcapítulo, intitulado “Representações dos jovens sobre a família biológica”, apresentamos a caracterização sociodemográfica, antes da institucionalização dos jovens, bem como os laços biológicos e afetivos e os motivos que culminaram na sua institucionalização. À medida que são apresentados os subcapítulos procedemos a uma reflexão sobre os objetivos de estudo. No segundo subcapítulo, intitulado “Representações dos jovens sobre as instituições”,

apresentamos a perspetiva pessoal dos jovens relativamente à missão dessas instituições. Ainda neste subcapítulo em particular, procurámos também compreender quais as rotinas, as atividades, as regras e as relações que os menores estabelecem com as diferentes entidades (Estado, família, funcionários, técnicos), quais os contributos destas instituições, especialmente no que se refere ao projeto de vida dos jovens e qual o seu papel na inclusão de crianças e jovens institucionalizados. No terceiro subcapítulo abordamos o percurso escolar na instituição, nomeadamente que tipo de apoio é fornecido pela instituição às crianças ou jovens. Procurámos também compreender as relações existentes entre escola, instituição e jovem. O quarto subcapítulo centra-se nas “Representações dos jovens sobre pós-institucionalização”, objetivando a compreensão do tipo de apoio que é fornecido pela instituição aos jovens após a sua saída, da sua vida no presente e dos receios e expetativas quanto ao seu futuro. Por fim, apresentamos os principais resultados e propostas de intervenção.

CAPÍTULO I – O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

1. Políticas de proteção social à família

Todas as famílias se organizam através de uma estrutura de relações. O modo como se organizam é único e diferente, nomeadamente através das interações e respetivas funções e papéis (quem faz o quê, com quem e para quê), o que se traduz, de igual modo, na qualidade emergente de processos comunicacionais que a fazem nascer, manter ou desaparecer.

Dado que a família é considerada um elemento natural para o crescimento e bem-estar das crianças, o Estado adota o papel de provedor e defensor do bem-estar, especificamente através de políticas sociais de proteção, e quando a família não tem condições para o fazer (Ferreira J. , 2011, p. 123). Esta intervenção tem como objetivo assegurar uma compensação por despesas familiares acrescidas, através da concessão de prestações pecuniárias, nomeadamente: encargos familiares e encargos no domínio da deficiência ou dependência (Joaquim, 2015, p. 24).

Em termos mais concretos, esta compensação manifesta-se em vários setores, designadamente:

- Saúde: isenção de taxas, acesso a serviços médicos, subsídio de doença, etc.;
- Educação: direito à educação e o acesso das famílias a uma rede nacional de creches e outros serviços e equipamentos sociais de apoio;
- Emprego: acesso à formação profissional, apoio ao desemprego, etc.;
- Justiça: habitação e segurança social para todos os cidadãos.

A intervenção nos diversos setores supracitados visa a reabilitação do indivíduo na esfera pessoal e social, assim como colmatar os fenómenos de delinquência, negligência e abandono familiar infantojuvenil. Embora as políticas sociais surjam como promotoras do bem-estar das famílias (participação ativa e consciente na sociedade), estas medidas não poderão, em circunstância alguma, arcar com todas as suas responsabilidades.

É no decorrer da infância que o indivíduo adquire competências e valores que o auxiliam na construção da sua individualidade, sendo que a família desempenha um papel crucial no seu desenvolvimento, especialmente por se tornar na primeira instituição educativa. Em circunstâncias ditas “saudáveis”, a família constitui o núcleo social onde a criança nasce, cresce e adquire os seus primeiros conhecimentos, necessários para que se cumpram corretamente as fases do seu desenvolvimento, num ambiente cordial e afetivo. Não obstante, esta situação nem sempre se verifica, uma vez que nem todas as famílias conseguem manter um ambiente

adequado e estruturado para o bem-estar da criança. Porém, se algumas famílias conseguem ultrapassar períodos de crise, recorrendo a recursos internos, outras necessitam de apoio exterior para as ajudar a superar as dificuldades, permitindo, assim, restaurar o equilíbrio. Na ausência da família é a instituição de acolhimento quem completa as lacunas e socializa a criança/jovem (Sousa C. A., 2013, p. 18).

Quando a família não cumpre adequadamente o seu papel de instância socializadora, coloca a criança ou jovem em situação de perigo:

- Está abandonada ou entregue a si próprio;
- Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- É obrigada a atividades ou trabalhos inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação e desenvolvimento;
- Está sujeita, direta ou indiretamente, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o equilíbrio emocional;
- Adota comportamentos ou entrega-se a atividades ou consumos que prejudicam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhe oponham de modo adequados a remover essa situação (Batista, 2014, p. 6).

As investigações têm revelado que são as famílias desprovidas de recursos que mais dificuldade têm no cumprimento da sua função socializadora. Para Lourenço (2005) a pobreza e a exclusão advêm da interação e confluência de diversas desvantagens sociais que se relacionam com os fatores:

- ✓ ligados à sociedade (nível macro e meso) – ausência de oportunidades e respostas que impedem os indivíduos e grupos sociais de acederem a padrões de vida dominante e/ ou em situação de desvinculação social;
- ✓ ligados às histórias pessoais e familiares concretas (nível micro) – fragilidade e e/ ou desaproveitamento das capacidades e/ ou desaproveitamento das capacidades e das competências dos sujeitos, sem recursos suficientes para participar em pleno na sociedade (Lourenço M. D., 2005, p. 40).

Os estudos têm revelado que é possível verificar que os fatores económicos podem ser decisivos na explicação de grande parte das situações de exclusão social.

- ✓ Atendendo aos fatores de ordem macro, eles são de natureza estrutural e estão relacionados com o sistema económico, regras e imposições do sistema financeiro,

modelo de desenvolvimento, estrutura e características das relações económicas internacionais, estratégias transacionais, valores e princípios sociais e ambientais dominantes, paradigmas culturais, condicionamentos do sistema político, atitudes de comportamentos face à natureza, modelos de comunicação e de informação, processos de globalização, etc (Crespo, 2013, p. 5);

- ✓ Os fatores de ordem meso são de natureza estrutural, contudo também podem emergir de acontecimentos conjunturais. Geralmente são de âmbito mais local, situando-se por entre as relações e as condições de proximidade que regulam e interferem no dia-a-dia dos indivíduos (Crespo, 2013, p. 5);
- ✓ Por último os fatores de ordem micro refere-se a questões individuais e familiares e dependem das lacunas e fragilidades vivenciadas nos percursos individuais, de capacidades frustradas ou não valorizadas, de incidências negativas, etc. Estes fatores referem-se às capacidades e competências individuais e familiares, ao passo que os dois anteriores, macro e meso, dizem respeito às oportunidades criadas e oferecidas pela sociedade (Crespo, 2013, p. 5).

Sendo a primeira infância simultaneamente a fase mais vulnerável no desenvolvimento de qualquer criança é necessário que a mesma aprenda a delinear o seu comportamento e os seus sentimentos. A família enquanto agente de socialização primária promove à criança as condições necessárias para que esta se torne membro da sociedade e estabeleça as bases da sua personalidade. Compete à mesma integrar a criança no sistema social através das ações que devem realizar, bem como através de identificação de comportamentos aceitáveis e inaceitáveis, por vezes explicando-os e outras exemplificando-os. As famílias nem sempre potenciam às crianças determinadas competências que lhes serão úteis na vida em sociedade.

- Competências do Ser (pessoais) que se refere ao reforço de autoestima, da dignidade, do autorreconhecimento, etc.;
- Competências do Estar (sociais e comunitárias) no que se refere à criação das redes e laços familiares e desenvolvimento de interações sociais, etc.;
- Competências do Fazer (profissionais), através de qualificações profissionais, aprendizagem de tarefas socialmente úteis, partilha de saberes-fazer, etc.;
- Competências do Criar (empresariais), no que refere à capacidade de sonhar e concretizar alguns sonhos, assumindo riscos, liderando projetos, etc.;
- Competências do Saber (informativas) no que se refere à escolarização, desenvolvimento de modelos de leitura da realidade e de capacidade crítica, etc.;

- Competências do Ter (aquisitivas), no que se refere à capacidade de priorizar e escolher consumos, etc.

2. Caracterização da medida de promoção e proteção de crianças e jovens em risco

A medida de acolhimento institucional², previsto no artigo 49.º da Lei 142/2015, surge quando uma criança ou jovem é entregue a uma entidade que proporcione à mesma condições habitacionais, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados, adaptados às suas necessidades, no que concerne à educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

As instituições ligadas ao Estado ou ao terceiro setor têm como objetivo a normalização da sua ação, o que, na maioria das vezes, colide com as situações adversas em que estas crianças se encontram e com o que estas vivenciam. Em alguns casos, na intervenção com crianças e jovens em perigo é aplicada a medida provisória de institucionalização. Porém, no decorrer deste processo esta medida acaba por se tornar definitiva, uma vez que o contacto destas organizações com as famílias se torna bastante limitado com a colocação da criança ou jovem numa instituição, suprimindo, deste modo, as relações intrafamiliares daquela criança. O Estado tem investido na diminuição da colocação de crianças e jovens em casas de acolhimento. Em 2016, Portugal registou 8175 crianças e jovens em situação de acolhimento, número inferior ao registado no ano anterior (8600 crianças), o que evidencia uma diminuição significativa de crianças ao abrigo desta medida (CASA, 2016, p. 133).

Ao longo dos últimos anos, o sistema de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens tem desenvolvido projetos de intervenção, no sentido de concretizar um novo paradigma que responda aos diversos problemas sociais, que afetam negativamente o desenvolvimento das crianças e jovens, bem como as respetivas famílias. Esses projetos têm na sua base a ideia que a institucionalização de crianças e jovens, seja de curta ou longa duração, é ineludível, mas que pode resultar em consequências negativas quer para os próprios, quer para a sociedade. Para que estas consequências sejam alternadas, as organizações, com competência na área de infância e juventude, devem seguir boas práticas e condutas orientadoras para que os cuidados institucionais sejam eficazes no que se refere à

² De acordo com o art.º 52.º (natureza das instituições de acolhimento), as instituições de acolhimento de crianças e jovens em Portugal podem ser públicas ou cooperativas, sociais ou privadas, e com acordo de cooperação com o Estado (LPCJP). Outrora, as organizações de cariz religioso e assistencialista ocuparam um espaço de grande relevo na gestão deste tipo de organizações, substituindo, neste âmbito, o papel do Estado.

definição de projetos de vida, atualizados e revistos, que permitam à criança e jovem encarar o seu futuro de acordo com uma perspetiva dinâmica, positiva e integrada (ISS, 2003, p. 8). O Estado Português, tendo autenticado, através de todos os seus órgãos de soberania, a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, adotou responsabilidades particulares neste domínio, incluindo um compromisso direto e primário referente às crianças e adolescentes desprovidos de meio familiar adequado (Manual de Boas Práticas, 2003, p. 8).

Estes deveres são extensíveis a todas as ações, pessoas e organizações que atuam neste domínio, exigindo políticas integradas para a infância e para a família, de modo a:

- Incitar a sua proteção, com o objetivo de atenuar casos de pobreza, abandono, maus tratos, violência doméstica, fatores que exijam a retirada da criança ou jovem do seio familiar;
- Promover alternativas no interior da família alargada, vizinhos e comunidade em geral, de modo a prevenir situações de institucionalização ou a diminuir o tempo de aplicação da medida, agilizar os processos burocráticos sociais e judiciais e fazer do internamento um último recurso de duração temporária;
- Elucidar o que deve ser “um meio familiar alternativo”, com base nas necessidades da criança, no que se refere a aspetos físicos, psicológicos, intelectuais, culturais e sociais adequados;
- Fazer cumprir todas as regras e normas que saírem as boas práticas, como um dos elementos de garantia de qualidade para as instituições, de modo a que todos os seus utilizadores, incluindo as famílias, se sintam realizados e satisfeitos, desenvolvendo, assim, uma cidadania participativa e efetiva (Manual de Boas Práticas, 2003, p. 8).

O Sistema Nacional de Acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo é constituído por várias respostas, em virtude das problemáticas detetadas, tal como é referido na tabela seguinte (Tabela 1).

Tabela 1 – Medidas de Proteção a Crianças e Jovens em Risco e Perigo
Sistema Nacional de Acolhimento

Medida	Duração	Situação
Unidade de Urgência	48 horas	Crianças e jovens em perigo iminente
Centro de Acolhimento Temporário	6 Meses	Necessidade de afastar temporariamente a criança ou jovem da família biológica
Lar de Infância e Juventude	Longa duração	Crianças e jovens carenciadas de meio familiar, cujas problemáticas justificam o afastamento prolongado

Fonte: (Alves S. N., Filhos da Madrugada, 2007, p. 75)

As casas de acolhimento é uma resposta de longa duração, destinada a crianças e jovens entre os 0 e 25 anos (sempre que existam e, apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional) (Art.º 5 pela Lei 23/2017). É aplicada quando a estrutura familiar não reúne as condições, pelo menos imediatas, para o seu acolhimento e desenvolvimento integral. Por ser uma medida de longa duração, assume uma resposta fundamental enquanto agente de socialização das crianças e jovens, dado substituir, total ou parcialmente, a família biológica. Esta medida tem como finalidade proporcionar à criança ou jovem condições de vida tão aproximadas quanto possível de um ambiente familiar, nomeadamente através do cumprimento dos seguintes objetivos:

- Satisfazer as necessidades básicas da criança ou jovem;
- Promover a sua reintegração na família e na comunidade;
- Contribuir para a sua valorização pessoal, social e profissional;
- Salvarguardar o alojamento;
- Eliminar o risco e o perigo;
- Assegurar os meios necessários ao desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional, em articulação com a família, com as estruturas de formação profissional e com a comunidade;
- Promover, sempre que possível, a integração da criança/jovem na sua família e na comunidade de origem ou noutra medida em meio natural de vida, em cooperação com as entidades com competência em matéria de infância e juventude (Silva D. E., 2016, p. 52).

De acordo com a Lei, os Lares de Infância e Juventude podem ser personalizados e devem ser estruturados com modelos educativos adequados às crianças e jovens que acolhem (art.º 51.º da Lei 142/2015). A experiência de acolhimento em instituição deve ser organizada de modo a proporcionar uma oportunidade positiva de reorganização da vida da criança ou jovem, favorecendo uma relação afetiva. Os familiares, ou representantes legais podem visitar a criança ou jovem de acordo com os horários e as regras de funcionamento da casa. (art.º 53.º, da Lei 142/2015).

As casas de acolhimento dispõem de recursos humanos organizados em equipas articuladas entre si, nomeadamente uma equipa técnica pluridisciplinar (normalmente com formação nas áreas da psicologia e do trabalho social, sendo designado o diretor técnico de entre estes). A esta equipa compete como função a realização do diagnóstico da situação da criança ou do jovem acolhido e a definição e execução do seu projeto de promoção e proteção, de acordo com

a decisão do tribunal ou da comissão. A equipa educativa integra preferencialmente colaboradores com formação profissional específica para as funções de acompanhamento socioeducativo das crianças e jovens acolhidos (auxiliar de ação educativa). A equipa de apoio integra obrigatoriamente colaboradores de serviços gerais (Art.º 54 da Lei 142/2015). A atuação destas equipas permite a cooperação e participação de profissionais de várias áreas com funções, conhecimentos e qualificações diferentes e complementares. Porém, para o bom funcionamento destas é importante um espírito de solidariedade, fluidez na comunicação, partilha de conhecimento e informação, colaboração e cooperação de modo contribuir para a qualidade de vida, bem-estar físico e psicológico, desenvolvimento pessoal e inclusão social das crianças e jovens residentes. Assim sendo, é fulcral que as instituições invistam na formação das suas equipas e utilizem instrumentos de avaliação dinâmica, a fim de melhorar o seu desempenho na realização do interesse dos seus utilizadores.

De acordo com as Recomendações Técnicas para os Equipamentos Sociais dos Serviços do Instituto de Segurança Social, tanto os Centros de Acolhimento Temporário como os Lares de Infância e Juventude devem acolher entre um mínimo de 12 e um máximo de 30 crianças e jovens, distribuídos por unidades espacialmente individualizadas (unidades funcionais). (Instituto da Segurança Social, 2010, p. 28).

Atualmente as instituições adotam práticas o mais próximo possível do modelo familiar, caracterizado por instituições de pequena dimensão, com poucas crianças e jovens e que utilizam os recursos da comunidade (escolas, serviços médicos, formação profissional, etc.). Os espaços também são algo que as estruturas residenciais não podem descurar, devendo sempre estar aproximados o mais possível ao ambiente familiar. Assim, os diversos espaços existentes devem estar equipados e mobilados, cuidados e embelezados de forma a proporcionar aos seus residentes conforto, sentimento de bem-estar, que fomente o desenvolvimento de laços entre si e os seus familiares e que contribua para a requalificação da sua identidade.

De acordo com o artigo n.º 58 da Lei 142/2015 a equipa das casas de acolhimento deve:

- Estabelecer e manter regularmente contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de proteção;
- Fornecer uma educação que promova e garanta o desenvolvimento integral da própria personalidade e potencialidades. É assegurada a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e também a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas;

- Promover o direito de usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal, devidamente adequados à sua idade e situação;
- Assegurar o recebimento de dinheiro de bolso;
- Garantir a inviolabilidade da correspondência;
- Evitar a transferência de instituição, sem a demonstração de interesse por parte do institucionalizado;
- Promover o contacto com a comissão de proteção, o Ministério Público, o juiz e o seu advogado, com garantia de confidencialidade (Lei 142/2015, 2015).

O Estado tem vindo a reestruturar e modernizar as práticas de atuação das casas de acolhimento. Neste sentido, foi implementado, em 2007, o plano de Desafios, Oportunidades e Mudanças, designado por Plano DOM, o qual foi, no ano de 2012, substituído pelo plano SERE +. Este último permitiu a implementação de medidas de especialização da rede de lares de infância e juventude, promovendo uma melhoria contínua na promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, para que, e no menor tempo útil da sua educação para a cidadania, sentido de identidade, de autonomia e segurança, possa resultar na sua desinstitucionalização (Rangel, 2013, p. 4).

3. A institucionalização em Portugal

De acordo com a carta social é possível verificar que no distrito do Porto existem 21 equipamentos, com capacidade total de 847 utentes, contudo, os dados registam que atualmente estão 563 integradas na resposta Lar de Infância e Juventude (CARTA SOCIAL, 2016).

Segundo o relatório CASA (2016, p. 22), os LIJ e CAT são as casas de acolhimento onde existe uma maior prevalência de crianças e jovens acolhidos. Registaram-se 7.149 crianças e jovens (87,4%) em situação de acolhimento (8.175), dados semelhantes aos registados no ano anterior. Para além do mais, constata-se que as crianças e jovens com 10 e mais anos se encontravam acolhidos maioritariamente em LIJ. No entanto, são os adolescentes, dos 12 aos 20 anos, que constituem a maioria da população acolhida em LIJ, representando cerca de 82,4% da amostra total (CASA, 2016, p. 30).

Os dados do relatório CASA também permitem identificar uma diversidade de problemáticas, sendo que o sistema, independentemente do tipo de problemática apresentada, terá que responder às suas necessidades individuais. As problemáticas dominantes são as situações de maus tratos, negligência ou abuso e o efeito que têm no desenvolvimento das

crianças, particularmente quando observados os problemas de comportamento que vão adquirindo, os consumos de substâncias, os problemas de saúde mental, as doenças físicas, ou ainda alguns tipos de debilidade, que possuem, por vezes, uma forte componente de índole emocional na sua etiologia (CASA, 2016, p. 35). Neste sentido, o acolhimento residencial vem dar resposta às necessidades/problemas destes menores, como se pode verificar na tabela 2 (CASA, 2016, p. 35).

Tabela 2 – Fatores de Risco (Características identificadas em 2016)

Fatores de Risco	
Problemas de comportamento	Relacionado com problemas de oposição por parte da criança ou jovem
Toxicodependência	O consumo de substâncias psicoativas é frequente
Problemas de saúde mental	Crianças ou jovens que carecem de acompanhamento pedopsiquiátrico/psiquiátrico para estabilizar problemas emocionais
Debilidade mental	Atraso congénito ou precocemente adquirido no desenvolvimento intelectual
Deficiência mental	Delimitações no funcionamento adaptativo
Deficiência física	Incapacidade limitativa da participação da criança ou jovem nos diferentes contextos da sua vida
Doença física	Impede o desempenho motor da criança/jovem
Consumo isolado de estupefacientes	Sem, no entanto, assumir uma situação de dependência grave

Fonte: (CASA, 2016, p. 35)

É possível verificar que um número significativo de crianças acolhidas com idades inferiores aos 12 anos poderá manifestar, no futuro, dificuldades comportamentais, e ainda durante o período de acolhimento. É, assim, fundamental o desenho de intervenções que atuem de forma precoce, no que se refere às necessidades das crianças, prevenindo comportamentos posteriores mais padronizados, no âmbito da oposição ou de traços antissociais (CASA, 2016, p. 37).

Neste sentido considera-se fundamental compreender que estudos existem, a nível nacional, quanto ao suprimimento das necessidades das crianças e jovens institucionalizadas. Os três estudos aqui expostos são reflexo da importância do tema para a sociedade, uma vez que procuram integrar as perspetivas dos indivíduos sobre a sua experiência de acolhimento, as quais poderão, eventualmente, apontar para futuras intervenções nesta mesma área:

- 1) Percursos de vida dos jovens após a sua saída de Lares de Infância e Juventude do Centro de Estudos Territoriais, (2005). Este estudo teve por fim caracterizar o percurso de vida dos jovens que estiveram institucionalizados. Teve uma natureza qualitativa,

sendo que a recolha de informação foi feita através de entrevistas a 25 jovens, entre os 16 e 34 anos.

De acordo com os dados obtidos, este estudo revelou contextos familiares marcados por diversas problemáticas: dificuldades emocionais no exercício do poder paternal, morte dos progenitores, toxicodependência, divórcios ou separações, carência económica, violência doméstica, famílias recompostas, abandono escolar, maus tratos físicos e psicológicos, abuso sexual, prostituição, pornografia infantil e historial de institucionalização de outros membros da família biológica.

Por sua vez, estes jovens identificam a fase da sua **chegada** à instituição como “difícil e dolorosa”, devido à separação e ausência de uma explicação consistente por parte dos pais e da instituição que os acolheu.

Durante o acolhimento, as **visitas** das famílias foram escassas e irregulares, não existindo, por parte da instituição, um trabalho com as famílias neste sentido, o que explica, em parte, a desestruturação das relações familiares após a sua saída. O tempo de permanência dos jovens na instituição situa-se entre os 11 e os 15 anos, o que nos permite concluir que, pelo menos, dois terços da vida dos jovens foram passados em regime de institucionalização.

No que diz respeito à perceção dos jovens relativamente às **regras** da instituição, pode-se constatar que esta não é positiva, dado que os mesmos relataram uma ausência de participação na tomada de decisão, ainda que reconheçam que, de facto, as regras são importantes na vida quotidiana.

As **atividades** desenvolvidas na instituição foram encaradas de forma negativa, uma vez que estas estavam diretamente ligadas a uma punição. O acompanhamento escolar era pouco consistente e o futuro profissional era decidido pela instituição.

Na **interação com os adultos**, os jovens referem ausência de afetividade e investimento emocional nas relações, sentimentos de indiferença, agressividade e desconfiança. Não obstante, alguns jovens demonstram que existe proteção, segurança, confiança e amizade.

Os **técnicos** são encarados pelos jovens como sendo pouco competentes no desenvolvimento das suas funções na instituição, nomeadamente ao nível de acompanhamento mais personalizado e ao nível de afetos, carinho e interesse.

A relação com os outros é considerada como sendo positiva (amizade e companheirismo), motivo pelo qual são encarados como “irmãos”.

O **momento da saída** da instituição revelou-se um momento importante para os jovens. Alguns jovens referiram ter sido previamente preparados para este momento, mais concretamente ao nível de habitações e profissão. Porém, outros jovens mencionaram a ausência de uma preparação prévia, ainda que tenham sido acompanhados aquando da procura de emprego. No entanto, existem também alguns jovens que revelaram que saíram da instituição sem qualquer preparação prévia e sem qualquer tipo de acompanhamento (situação mais comum entre os jovens entrevistados).

Os **sentimentos** evidenciados pelos jovens são contraditórios. Por um lado, revelaram satisfação ao sair da instituição que os acolheu e, por outro, sentiram-se abandonados e na solidão.

O **percurso escolar** dos jovens ficou nitidamente comprometido após a sua saída da instituição, particularmente por motivos económicos, organizacionais e familiares. Posteriormente à saída dos jovens da instituição, os dados revelam que os níveis de escolaridade dos entrevistados são médios, entre o 10.º e 12.º ano, embora um número significativo tenha o 8.º e 9.º ano, tendo sido muito poucos os jovens que conseguiram concluir um curso superior.

A **nível profissional**, a maior parte destes jovens estão empregados, exercendo profissões pouco qualificadas, sendo que a inserção profissional é definida pela precaridade e instabilidade.

Após a saída da instituição, parece que os jovens se separam do espaço físico, dos profissionais e dos seus pares, particularmente quando as instituições são de grande dimensão.

Ao **nível dos projetos pessoais**, a maioria dos jovens refere que vive o dia-a-dia da melhor forma possível, estudando mais e investindo num futuro melhor para a sua família;

- 2) “Filhos da Madrugada”, de Alves (2007), aborda os Percursos dos Adolescentes em Lares de Infância e Juventude.

Este estudo tinha como objetivo estabelecer uma comparação entre a família e a instituição, como instâncias de socialização, centrando-se nomeadamente no processo de ressocialização dos jovens num ambiente específico. A autora caracterizou 7 Lares de Infância e Juventude com diferentes modelos de intervenção e de organização. No interior de cada instituição, foram selecionados 4 jovens, num total de 28, com idades entre os 16 e os 18 anos, que estivessem em acolhimento há mais de 2 anos. Teve uma

natureza qualitativa, sendo que a informação foi recolhida através de entrevistas a jovens (analisar a sua perspetiva pessoal sobre as diversas etapas da sua vida) e de entrevistas a responsáveis da instituição, de modo a recolher toda a informação necessária para o estudo. Os resultados deste estudo permitem caracterizar o contexto familiar de origem das crianças e jovens, verificando-se um número significativo de famílias monoparentais, a par de serem famílias com a presença de ambas as figuras parentais, com precaridade económica, violência familiar, baixos níveis de qualificações e elevado número de fratrias acolhidas, evidenciando-se o facto que estas problemáticas acabaram por atingir negativamente todas as crianças.

Ao **nível da escolaridade** é evidente a baixa qualificação escolar, uma vez que as faixas etárias que predominam situam-se entre os 13 e os 15 anos, sendo que a maioria tem o 1.º ciclo completo ou frequenta o 2.º ciclo, enquanto 12% das crianças e jovens não frequenta a escola.

A integração das crianças e jovens em **atividades** da comunidade envolvente constituía um dos aspetos mais importantes da intervenção veiculada pelos Lares, que paulatinamente foram abrindo portas e descentralizando serviços como a escola, formação profissional, atividades desportivas e de tempos livres, apostando nos recursos existentes na comunidade.

Sendo os Lares observados de grande dimensão, dispunham de equipas técnicas multidisciplinares. A **equipa** de apoio caracteriza-se por funcionários (vigilantes ou ajudantes) e são estes que asseguram o funcionamento em permanência dos Lares, sobretudo em períodos noturnos e fins-de-semana.

No que se refere à **implicação da família** no processo de acolhimento, mais de metade dos Lares (66%) não o permite ou não o promove, pelo menos no que diz respeito à sua participação na vida quotidiana.

Em apenas 75% dos Lares é que se define um projeto de vida para as crianças e jovens acolhidos (resultado de um encaminhamento e acompanhamento feitos pela equipa técnica), sendo que nos restantes Lares, o trabalho pedagógico e educativo é deixado ao cuidado dos responsáveis da instituição e à sua sensibilidade. Não podemos deixar de referir que são elementos importantes, ainda que sejam, efetivamente, insuficientes para o trabalho de acompanhamento.

De acordo com este estudo, e no que se refere à preparação dos jovens para a sua saída, verificou-se que cerca de 30% dos Lares realiza um acompanhamento técnico, de

preparação e avaliação psicológica, 26% compreende a integração profissional e só 6% investe no trabalho de acompanhamento da família para voltar a receber o filho, justificando, portanto, o tempo de permanência de crianças e jovens em Lar.

De modo a compreender a qualidade da intervenção institucional, foi analisada a perceção que os jovens têm do acolhimento: consideram o Lar como uma família, gostam de lá permanecer e consideram-no uma alternativa, enquanto a situação da família não for ultrapassada. Basicamente é encarada como sendo um espaço que lhes oferece a possibilidade de aprendizagem de valores, regras, de uma profissão e do seu futuro. Contudo, quando comparado com uma família, na sua generalidade, os jovens não o identificam com esse modelo. De acordo com a autora, a análise dos jovens centra-se na experiência que estes vivenciaram no agregado familiar em comparação ao que viveram no Lar. Este facto pode dever-se à perceção negativa sobre o Lar como substituto da família. Para as crianças e jovens, os seus familiares continuam a ser as figuras mais importantes da sua vida.

Este estudo permite reconhecer que, se forem garantidas as devidas condições de funcionamento, o acolhimento institucional poderá proporcionar um desenvolvimento equilibrado dos seus utilizadores, através de dinâmicas especialmente favoráveis a crianças e jovens, como se de uma família se tratasse. Considera-se que se deve ter em especial atenção: o número de crianças e jovens acolhidos; a relação entre membros da instituição; o acompanhamento e supervisão das atividades jovens; o nível de comunicação estabelecida para a resolução de conflitos; a identificação das necessidades singulares de cada criança ou jovem; a promoção de condutas pró-sociais e da aquisição de competências pessoais e sociais (Santos M. A., 2010, p. 42);

- 3) Dissertação de mestrado de Quintães (2009) sobre as “Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização”. Esta investigação teve como principal objeto de estudo conhecer as narrativas de adultos sobre a experiência de institucionalização na sua infância ou adolescência e, deste modo, conhecer a realidade aos olhos de quem a vivenciou.

O estudo caracteriza-se pela sua natureza qualitativa, nomeadamente a recolha da informação partindo de entrevistas semiestruturadas, analisadas com recurso à análise de conteúdo. A amostra é constituída por dois grupos: 10 jovens em Lares de Infância e Juventude e 4 jovens adultos em centros educativos. De acordo com os resultados, é possível verificar que as crianças e jovens acolhidos têm uma história prévia de

fragilidades pessoais, familiares e comunitárias, ao nível da socialização e vinculação, designadamente: disfuncionalidade familiar, ausência de relações afetivas, abusos físicos e emocionais, negligência e abandono. O aspeto negativo do acolhimento é também evidenciado pelo corte abrupto entre crianças e jovens e a sua família biológica, fator este que constitui uma fragilidade emocional, devido ao afastamento do jovem das suas figuras de referência.

De acordo com os jovens/adultos, não lhes foram explicados os motivos que levaram à sua institucionalização, não existiu qualquer **ritual de acolhimento**, nem uma **preparação para a sua saída**.

Os **contactos com as famílias**, de acordo com os entrevistados, foram esporádicos, sem uma estrutura temporal definida. Também foi revelada a **ausência de relações** afetivas significativas e securizantes com adultos da instituição. Para além do mais, a maioria dos jovens/adultos percebe os **funcionários** de forma negativa, pela sua personalidade, características e falta de compreensão, distanciamento emocional e a constante rotatividade, referindo até que são vítimas de maus tratos.

Embora o **espaço físico** fosse considerado seguro, a estrutura era observada como rígida, vigiada e por vezes invasora do seu espaço próprio, não tendo em atenção o respeito pela individualidade.

O **processo de saída** constituiu-se de igual modo à sua chegada e foi entendido de modo negativo, com sentimentos de revolta pela decisão momentânea, desconsideração e sentimentos de ambivalência, pelo que tiveram que recorrer aos escassos recursos disponíveis na fratria, família alargada e de pessoas amigas (Santos M. A., 2010, pp. 38-46).

Para os autores destes estudos, o acolhimento institucional parece ser uma resposta pouco trabalhada e de resolução imediata que não considera um efetivo projeto de vida para as crianças e jovens acolhidos. Se esta medida não for devidamente acompanhada, supervisionada, monitorizada e avaliada pode comportar riscos reais para as crianças e jovens, verificando-se uma (re) vitimização de crianças e jovens já por si vulneráveis (Santos M. A., 2010, p. 47).

Em Portugal existem outros estudos sobre os serviços de proteção à infância que trouxeram um contributo significativo, pela sua natureza comparativa, longitudinal e retrospectiva, alcançando várias fases da vida dos sujeitos e também pelo facto de integrarem na sua análise a perceção das crianças e jovens sobre a experiência institucional.

Os estudos apresentados expressam uma alteração na tipologia e funcionamento das casas de acolhimento, sobretudo no que se refere às técnicas multidisciplinares e especializadas, que priorizam estas organizações mais próximas do ambiente familiar. Deste modo, deixamos de ter lares assistencialistas, cujo objetivo era satisfazer as necessidades básicas das crianças. Ainda assim, Quintães (2009) verificou que, após o Plano DOM, persistia a dificuldade de proporcionar a estas crianças uma atenção individualizada, a nível de afetos (ausência de compreensão por parte dos funcionários), focando-se estas instituições nos cuidados necessários básicos (saúde, alimentação, higiene). É também possível identificar, através dos três estudos, que o momento pós-institucionalização é difícil para os jovens, nomeadamente ao nível emocional (prevalece os meus sentimentos que tinham aquando a sua chegada à instituição) e ao nível económico (baixos recursos financeiros).

Assim, a pertinência da escolha dos 3 estudos advém da necessidade de evidenciar a evolução da medida e processo de institucionalização, bem como o seu impacto nas crianças e jovens institucionalizados, servindo de termo de comparação com o presente estudo.

CAPÍTULO II- SOCIALIZAÇÃO PROMOVIDA E POTENCIALIZADORA NAS INSTITUIÇÕES

1. Necessidades das crianças em contexto institucional

Dado que o nosso estudo é sobre a socialização de crianças e jovens em contexto LIJ, é fundamental compreender que necessidades apresentam para que o seu desenvolvimento seja baseado no bem-estar físico, emocional e psicológico. As instituições procuram satisfazer as necessidades das crianças e jovens. No entanto, nem sempre conseguem suprir todas as necessidades.

De acordo com o Maslow (1970, cit.in Alves, 2007) existe uma hierarquia de necessidades a serem supridas e quando estas se encontram realizadas o indivíduo desenvolve outras necessidades e desejos. Assim sendo, salientaremos os indicadores necessários do acolhimento institucional, centrados na capacidade destas organizações, para satisfazer e assegurar todas as necessidades, presentes em qualquer ser humano e, logicamente transversais a todas as crianças e jovens acolhidas (Alves S. N., 2007, p. 168).

As instituições de acolhimento a crianças e jovens devem garantir a **satisfação das necessidades fisiológicas:**

- Assegurar o acolhimento da criança e jovem retirada à família;
- Assegurar a sua alimentação equilibrada em função do seu nível de desenvolvimento;
- Providenciar espaços confortáveis e condições necessárias para que a criança alcance o equilíbrio físico;

A satisfação das **necessidades de segurança:**

- Providenciar a retirada da criança ou jovem de uma situação de perigo, integrando-a num ambiente seguro e harmonioso;
- Garantir a manutenção de condições de segurança interna, através de um quadro de funcionários pessoal e profissionalmente qualificados e da prevenção e gestão de conflitos e agressões entre crianças e jovens acolhidos;
- Assegurar o funcionamento de dispositivos de prevenção, controle e deteção de situações de abuso e desrespeito pelos direitos fundamentais;
- Garantir a estabilidade do acolhimento na mesma instituição enquanto a situação de perigo se mantiver e não se registar uma outra alternativa não institucional;

Satisfação das **necessidades sociais e afetivas**

- Garantir o estabelecimento de relações de amizade e de afeto com outras crianças e jovens acolhidas;
- Garantir o acompanhamento personalizado por parte dos adultos da instituição;
- Possibilitar a existência de figuras adultas de referência para cada criança;
- Promover a manutenção do relacionamento afetivo com elementos da família de origem;

Satisfação das **necessidades de autoestima**

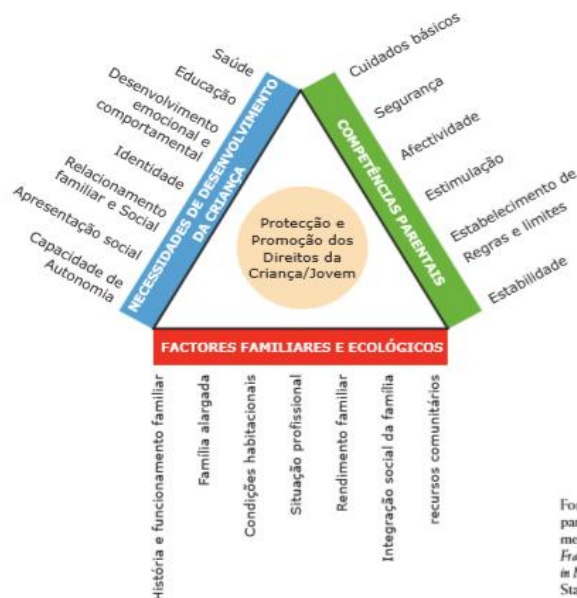
- Garantir o respeito pela individualidade e das características pessoais de cada criança ou jovem acolhida;
- Garantir a saudável distribuição de papéis, funções e responsabilidades a cada criança ou jovem acolhida, de acordo com as suas potencialidades e gostos pessoais;

Satisfação **das necessidades de autorealização**

- Permitir o desenvolvimento de potencialidades individuais de cada criança ou jovem acolhida, facultando a liberdade de manifestações intelectuais, físicas e artísticas;
- Facilitar o acesso da criança ou jovem acolhida a recursos culturais de lazer comunitários que permitam a satisfação dos seus gostos e motivações pessoais;
- Incentivar a criança ou jovem no seu processo de desenvolvimento intelectual, seja escolar ou profissional, facilitando o acesso às instituições de melhor qualidade (Alves S. N., 2007, pp. 168-175).

A par da satisfação destas necessidades considera-se igualmente importante para o desenvolvimento psicossocial da criança dar ênfase à família e comunidade, tal como defende Ana Margarida Canhão. Segundo esta autora, o modelo ecológico deve cumprir os requisitos emanados do manual de boas práticas da segurança social, sendo as necessidades trabalhadas num modelo ideal de instituição. Assim, na avaliação das necessidades das crianças, nomeadamente no que se refere ao desenvolvimento psicossocial, a instituição deve articular com a família, a criança e todas as entidades envolventes, com vista à elaboração de um diagnóstico e respetivo plano de intervenção, que deverá incidir sobre os três principais domínios do modelo: as necessidades de desenvolvimento da criança (tabela 3), as competências parentais das famílias (tabela 4) e os fatores familiares e ecológicos e respetivas dimensões (tabela 5) (Canhão, 2007, p. 10). A operacionalização deste modelo requer o estabelecimento de protocolos de avaliação e intervenção, que tenham em conta objetivos específicos consoante as faixas etárias, diversas escalas e questionários.

Para tal, é necessário que os profissionais considerem os fatores de risco e fatores potenciadores de resiliência e de qualidade de vida das crianças, de modo a poderem definir um plano de intervenção e projeto de vida adequado a cada criança (Canhão, 2007, p. 12).



Fonte: Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office (2000). *Framework for the Assessment of Children in Need and Their Families*. London: The Stationery Office.

Figura 1- Plano de Intervenção

Fonte: (Canhão, 2007, p. 12)

Tabela 3-Necessidades de Desenvolvimento da Criança
Necessidades de Desenvolvimento da Criança

Saúde	Saúde física e mental: desenvolvimento, fatores genéticos, deficiências, cuidados médicos, aconselhamento e informação sobre educação sexual, etc.
Educação	Desenvolvimento cognitivo da criança desde o seu nascimento: interação com outras crianças, desenvolvimento de habilidades e interesses, sucesso escolar.
Desenvolvimento Emocional e Comportamental	Qualidade da vinculação afetiva: sentimentos e ações apropriadas por parte da criança em relação aos pais, família alargada e outros; comportamento adequado; adaptação à mudança; resposta adequada a situações de <i>stress</i> , capacidade de autocontrolo
Identidade	Autoimagem da criança como um ser individual e valorizado pelos outros, autoestima positiva; sentimento de pertença e aceitação por parte da família, grupo de pares, comunidade e sociedade em geral.
Relacionamento Familiar e Social	Desenvolvimento de empatia e capacidade de se colocar na situação do outro. Relação estável e afetiva com os pais, boa relação com os irmãos, amigos ou outras pessoas significativas na vida da criança.
Capacidade de Autonomia	Vestuário apropriado para a idade, género, cultura e religião e higiene pessoal e o reconhecimento destes aspetos por parte da criança.
Competências Parentais	Aquisição por parte da criança de competências práticas, emocionais e comunicativas que contribuem para a independência gradual da criança.

Fonte: (Canhão, 2007, p. 11)

Tabela 4- Competências Parentais

Competências Parentais

Cuidados Básicos	Satisfação das necessidades físicas da criança (alimentação, vestuário, etc.)
Segurança	Proteção contra perigos dentro de casa e noutros locais, proteção contra adultos ou outras crianças que possam colocar a criança em perigo, etc.
Afetividade	Satisfação das necessidades emocionais e afetivas da criança: promoção de relações seguras, estáveis e afetuosas com a criança.
Estimulação	Intelectual e cognitiva através da promoção de oportunidades sociais e educacionais através de: interação e comunicação com a criança (Brincadeiras, jogos, etc.)
Estabelecimento de Regras e Limites	Disciplina apropriada e supervisão da criança (transmissão de valores sociais e humanos).
Estabilidade	Ambiente familiar estável de modo a que a criança desenvolva uma vinculação afetiva segura e positiva com os seus principais cuidadores.

Fonte: (Canhão, 2007, p. 11)

Tabela 5- Fatores Familiares e Ecológicos

Fatores Familiares e Ecológicos

História e Funcionamento Familiar	Inclui os fatores genéticos e psicossociais; funcionamento e composição do agregado familiar; Infância dos pais; acontecimentos familiares significativos; potencialidades e dificuldades dos pais; relacionamento entre pais separados.
Família Alargada	Quem são, papel, qualidade e importância para a família nuclear e para a criança. Historial da infância da família alargada.
Condições Habitacionais	Adequada às necessidades da criança e da sua família: tipo de habitação, estado de conservação, condições sanitárias e de higiene, alojamento da criança, adequada proteção contra perigos dentro e fora de casa.
Situação Profissional	Situação profissional dos elementos do agregado familiar e avaliação do respetivo impacto na criança, e no relacionamento dos pais com esta.
Rendimento Familiar	Suficiente e adequado para responder às necessidades da família e da criança. Modo como os recursos económicos são utilizados pela família e respetivo impacto na criança.
Integração Social da Família	Avaliação das redes de vizinhança e apoio comunitário. Grau de integração ou isolamento da família e respetivo impacto na criança e na família
Recursos Comunitários	Acesso a serviços universais e/ou de base discricionária nas áreas da saúde, educação, habitação, emprego, lazer, etc.

Fonte: (Canhão, 2007, p. 11)

Ao longo do tempo, as instituições de acolhimento de crianças e jovens foram alterando as suas práticas de atuação, a carência deixou de ser apenas social e surgiu a necessidade de uma visão

psicossocial para lidar com as dificuldades emocionais extremas. Atualmente estas organizações não se limitam apenas em satisfazer as necessidades básicas, tais como a saúde, alimentação e higiene, características do modelo totalitário definido por Goffman.

2. Impacto da institucionalização nas crianças e jovens

Apesar de as instituições ao longo dos anos se distanciarem do modelo de “instituição total” ou “totalitária” e, conseqüentemente, suplantarem alguns dos níveis deficitários, sobretudo ao nível dos cuidados de higiene, nutrição e saúde, não deixam de comportar desvantagens para os seus residentes.

Para Isabel Alberto (2002, cit.in Pacheco, 2010) a institucionalização pode suscitar problemas a vários níveis particularmente pela vivência subjetiva de afastamento e abandono das crianças para com a família e pelas atribuições pejorativas e de auto-desvalorização que pode causar. Deste modo, como conseqüências negativas podemos apontar: a regulamentação excessiva da vida quotidiana, interferindo com a definição do espaço próprio; a convivência grupal que prejudica a organização da intimidade; a organização da própria instituição e o longo período de tempo que a criança fica institucionalizada que dificulta o processo de construção da sua autonomia, na medida em que interrompe a construção do projeto de vida; o excesso de profissionalismo ao nível da prestação de cuidados que pode interferir no desenvolvimento de vínculos e manifestação de afetos (Pacheco, 2010, p. 4).

Igualmente como desvantagem, Alberto (2008, cit in. Pacheco, 2010) acrescenta a demissão ou diminuição da responsabilização parental; sentimento de punição e oportunidades de estimulação/ experimentação reduzidas (Pacheco, 2010, p. 81).

Para Maclean (2003, cit.in Santos, 2010) os efeitos prejudiciais da institucionalização são tanto maiores quanto mais relacionados estiverem os fatores de risco existentes no ambiente pós-institucional da criança e do jovem, podendo estes ser minorados, de acordo com o tipo de intervenção que for desenvolvida na instituição e com o ambiente estimulante e assegurado que lhe for oferecido (Santos P. , 2014, p. 33)

Porém, outros investigadores consideram a experiência institucional um vetor de oportunidades e a melhor opção para determinadas crianças e jovens com ambiente familiar disfuncional. Esta perspetiva é reforçada por Martins e Szymanski (2004, cit.in Santos, 2010), ao considerar a instituição um espaço de interação, que pode reforçar o espírito de cooperação e de ajuda ao próximo, potencia o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio, poder e afeto (Santos M. A., 2010, p. 32).

Pacheco (2010) acrescenta ao rol de vantagens a oportunidade de viver sem estar sujeito ao risco de novas ruturas emocionais e adaptações mal sucedidas, as crianças não necessitam de estabelecer vínculos afetivos com novos adultos, as relações com a família biológica podem ser beneficiadas ao facilitar o contacto com estas de uma forma controlada (Pacheco, 2010, p. 22). Deste modo, à semelhança de outras medidas, o acolhimento residencial tem as suas vantagens e desvantagens, podendo as desvantagens serem amenizadas se a instituição seguir determinados princípios orientadores, tais como: definição célere do projeto de vida, promoção de continuidade e previsibilidade de cuidados à criança de forma a evitar mudanças desnecessárias, maior abertura à comunidade e família, adoção de práticas inovadoras, etc. A institucionalização deve ser percecionada como uma nova oportunidade, tanto para a criança como para a família (Pacheco, 2010, p. 22).

3. Ambiente familiar em contexto institucional

Uma vez que o comportamento humano pouco tem de característico, sendo fundamentalmente resultado de um processo de socialização, Erving Goffman dedica-se ao estudo do comportamento dos indivíduos em determinadas instituições, como hospitais, conventos, prisões, campos militares, colégios em regime de internato.

Seguindo o quadro teórico de Goffman, o processo de institucionalização do jovem conduz a um ciclo de modificações, que podem alterar os seus referenciais identificatórios, definidos pelo autor como “carreira moral”. Na instituição total a “carreira moral” acarreta uma série de modificações ao nível da personalidade e da consciência que o indivíduo tem de si mesmo e dos outros. Para este autor o percurso do indivíduo na instituição passa por três fases:

- 4) Pré-internamento: O indivíduo experiêcia sentimentos de abandono e ressentimento em relação à sua entrada na instituição;
- 5) Internamento: Adaptação progressiva do indivíduo à instituição, implicando a destituição das suas convicções e representações e um controlo social da instituição sobre o ele. Este processo denomina-se à mortificação do “eu”.
- 6) Pós-internamento: O indivíduo expressa dificuldades de reinserção no mundo exterior (Goffman, 1974, p. 24).

De acordo com o autor (1987, cit.in Benelli, 2014), o internado necessita de se adaptar aos processos de admissão, mortificação e ao sistema de privilégios da instituição. A adaptação pode ocorrer de diversas formas e o internado aplicará diferentes táticas adaptativas ao longo

da sua “carreira moral”. As estratégias utilizadas pelo internado, como recursos adaptativos, pressupõem:

- Afastamento da realidade, cujo indivíduo deixa de dar atenção a tudo, à exceção dos acontecimentos que assediam o seu corpo;
- Intransigência, o internado não colabora e adota uma relação rebelde com a equipa dirigente;
- Colonização, o internado adapta-se ao funcionamento da instituição e acaba por assumi-lo como um lar;
- Conversão, o indivíduo parece aceitar a interpretação da equipa dirigente e adota o papel do internado perfeito;
- As táticas anteriores representam comportamentos coerentes, contudo, os internados não as preservam durante muito tempo. Acabam por utilizar uma combinação oportunista de ajustamentos secundários, conversão, colonização e lealdade aos colegas, com o objetivo de evitar sofrimentos físicos ou psicológicos (Benelli, 2014, p. 42).

A instituição é uma estrutura abstrata que cria suposições de papéis e identidades sociais. Toda a instituição além de uma disciplina de atividade inclui também uma constituição subjetiva específica, que modela o indivíduo, impondo-lhe um determinado caráter e um ambiente específico onde deve manifestá-lo. Quando o indivíduo não cumpre as regras da instituição é “castigado”. Este castigo é caracterizado pela retirada temporária ou permanente, de privilégios (altamente valorizados pelos sujeitos), ou pela eliminação do direito de adquiri-los. Este sistema de punição e privilégios “é constituído de práticas que não desafiam diretamente a equipe dirigente, mas permite que os internados obtenham satisfações proibidas ou consigam, por meios proibidos, as satisfações permitidas” (Benelli, 2014, pp. 39-40).

Como verificou Neves (2008) as instituições atualmente procuram distanciar-se de práticas que caracterizavam as instituições totalitárias, nomeadamente o processo de “carreira moral” acima descrito. Contudo, ainda existem aspetos que as assemelham às características das Instituições Totais. Para o autor a especificidade da articulação entre o espaço e o tempo é a confirmação que atravessa as características das instituições totais, apontadas por Goffman (1999, cit. in Neves, 2008, p. 73).

Apesar do número mais reduzido de crianças e jovens acolhidas, cada fase diária do participante é ainda realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de pessoas. Nem

sempre se consegue fazer uma intervenção individualizada para que elas sejam tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. As atividades diárias são ainda estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. As várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planeado para atender aos objetivos oficiais da instituição.

Na atualidade as casas de acolhimento procuram uma maior abertura ao exterior, através de uma humanização gradual dos seus espaços e um crescente recurso à comunidade para a aquisição de uma multiplicidade de apoios e serviços. No processo de adaptação à vida institucional não só é importante a instituição valorizar a identidade anterior dos seus utilizadores como também procura adaptar os espaços às necessidades destes.

Nos casos em concreto, a rutura com o meio familiar implica a construção de novos alicerces na sua personalidade e identidade e, por isso mesmo, implica uma reestruturação da realidade subjetiva. Deste modo, é fundamental que na instituição existam figuras significativas, com as quais as crianças e jovens se identifiquem e se sintam seguras, para que, através do aparelho de conversação, interiorizem as novas normas, condutas e códigos linguísticos associados à sua nova realidade (Quintãns, 2009, p. 162).

No caso das crianças e jovens, as famílias biológicas, multiproblemáticas, não potenciaram às crianças o saber ser, o saber estar, o estabelecimento de regras, de valores (trabalho), respeito pelo outro, hábitos que são fundamentais para a socialização secundária ser bem-sucedida, competindo à instituição assumir o papel socializador da família. Neste sentido estas organizações procuram adotar uma filosofia e organização que se aproxime o mais possível de um ambiente mais próximo do familiar. Assim sendo, durante o período de institucionalização, a instituição representa para estes atores, a sua família.

A instituição procura criar medidas para que a criança sinta a instituição como a sua casa, para tal adota determinados procedimentos, tais como a aproximação pelo afeto e informalidade das relações entre o profissional e a criança/jovem. No entanto, existem diferenças entre o ambiente familiar e institucional que importa realçar, como refere Alves (2007):

- Os espaços são partilhados por grupos mais alargados, e vigiados por um número mais elevado de adultos mais responsáveis;
- A indefinição de figuras adultas de referências origina a imitação dos pares mais velhos. A figura de referência é imposta e tida como o diretor;
- As regras da casa são regidas por um regulamento interno;

- A transgressão às regras pode levar à transferência ou expulsão da criança/jovem, sempre que considerado interferir com a paz da instituição;
- As atividades das crianças ou jovens são formalmente planeadas e estruturadas anualmente;
- Os horários são regidos em função da rotina institucional;
- Os espaços são definidos através de sinalética própria e existe restrições de acesso a determinados espaços, nomeadamente mais destinados aos adultos;
- A designação da estrutura residencial pode trazer constrangimentos para as crianças e jovens (Alves S. N., 2007, pp. 149-161).

Para que a criança ou jovem tenha um desenvolvimento afetivo adequado e adaptado ao meio envolvente é fundamental criar condições sociais e emocionais, através da aquisição de estratégias de expressão, de sentimentos e de interação com os outros. É importante que a criança ou jovem se sinta amada, protegida e apoiada. Todos estes elementos são importantes na sua socialização.

Berger & Luckmann (2010) defendem que o processo de socialização desenvolve-se com base na identificação que o indivíduo tem com outras referências, neste caso em concreto nos agentes responsáveis pela sua integração na instituição. Nesta perspetiva dinâmica e interativa inclui-se por exemplo Durkheim que se refere à “socialização metódica da geração jovem”, que não depende exclusivamente da geração precedente, como também dos próprios indivíduos (Berger & Luckmann, 2010, p. 138).

Não poderíamos deixar de falar em socialização sem destacar a importância do *habitus* ao longo da vida do indivíduo. As possibilidades de reelaborar o *habitus* e de gerar transformações nas disposições mentais que refletem a interiorização do meio social na qual fomos socializados, que orientam os nossos comportamentos e condutas, induzem aos contributos teóricos que vários autores, das diversas áreas do saber, produziram a respeito.

Para Bourdieu (cit.in Setton, 2002) o *habitus* é um “sistema de disposições para a ação”, é a “interiorização da exterioridade e a exterioridade da interioridade”, ou seja, ele alcança o modo como a sociedade se deposita sob forma de disposições perduráveis, capacidades treinadas, modos de pensar, agir e sentir e assimila também as respostas criativas dos agentes às solicitações do meio social envolvente, respostas estas guiadas pelas disposições apreendidas no passado (Setton, 2002, p. 63)

Wacquant (2007, cit.in Silva D.E., 2016) menciona que o *habitus* descreve-se pela sua durabilidade, ou seja, as disposições interiorizadas podem ser substituídas através do contacto

com novas realidades e conjunturas (Silva D. E., 2016, p. 36). É nesse sentido que as casas de acolhimento são espaços de ressocialização.

Dado o propósito do estudo também é fundamental considerar o *habitus* em contexto institucional, ou seja, é essencial refletir sobre as alterações produzidas nas crianças e jovens, que foram retiradas do seu meio natural de vida. Se o *habitus* é um conjunto de disposições que nos identificam como parte de um determinado grupo, as crianças e jovens retiradas da família perdem essa identificação, uma vez que passam a integrar um novo contexto (Silva D. E., 2016, p. 35).

CAPÍTULO III- ESTUDO

1. Mãos que protegem, Corações que acolhem: Percurso de vida antes, durante e após institucionalização

No âmbito do nosso estudo, elegemos a metodologia qualitativa, na medida em que procurámos analisar as narrativas e percepções dos jovens entrevistados. Este tipo de investigação permite compreender o significado e as intenções atribuídas pelos participantes aos acontecimentos em que estão envolvidos e a percepção que cada um tem das suas experiências de vida (Santos M. A., 2010, p. 54).

Assim sendo, este estudo de análise intensiva privilegiou, na recolha de informação empírica, o recurso à entrevista semiestruturada (Anexo 2), interpondo temas em torno dos percursos de vida dos jovens antes, durante e após a saída do LIJ. O instrumento de recolha de informação procurou focalizar-se nas percepções que os jovens tinham da sua experiência de acolhimento, sendo entrevistados num período posterior à saída da instituição.

1.1 Notas metodológicas

O grupo selecionado integrou dez jovens que frequentaram instituições distintas de acolhimento de crianças e jovens em perigo. As casas de acolhimento em que viveram localizam-se geograficamente próximas da área de residência dos entrevistados. Por questões éticas e deontológicas, a sua identificação será omissa.

As instituições foram contactadas no sentido de facultar contactos de jovens ex-institucionalizados. Após várias tentativas de contacto por correio eletrónico (Anexo 1), o contacto telefónico foi utilizado, uma vez que só uma instituição havia dado resposta por *correio eletrónico*. Foram apresentados todos os objetivos do estudo, salientando o facto de toda a informação fornecida ter por fim somente objetivos de conhecimento e foi também garantido que seria mantido o anonimato e a confidencialidade da informação dos participantes.

Foram diversas as dificuldades vividas ao longo de todo o estudo, nomeadamente na obtenção dos contactos para chegar até aos jovens. Numa fase inicial, pensamos num grupo de 15 jovens. Contudo, as entrevistas foram realizadas apenas a 10, sendo que os outros 5 jovens não pretenderam expor a sua experiência: não compareceram aos encontros combinados e existiu uma certa incompatibilidade de horários de ambas as partes, motivados pela atividade profissional exercida.

A recolha de informação foi feita através de uma entrevista semiestruturada.

A investigação científica é realizada através de um levantamento de dados. A entrevista é uma das técnicas mais utilizadas pelos pesquisadores. É considerada como sendo o instrumento mais utilizado nos últimos anos pelos investigadores das áreas das ciências sociais e do comportamento e tem como objetivo obter dados que não podem ser encontrados em registos e fontes documentais (Salvador, 1980; Ribeiro, 2008, cit. in Júnior & Júnior, 2011). (Júnior & Júnior, 2011, p. 239)

A entrevista é definida como uma relação de aprendizagem entre um investigador e um entrevistado. A entrevista consiste numa interação verbal entre pessoas que se envolvem voluntariamente em igualdade de relação, a fim de partilharem um saber experienciado e isto, para melhor compreender um fenómeno de interesse para as pessoas implicadas.

Para Gorden (1980, cit.in Hébert, Boutin & Goyette, 2013), a situação de entrevista organiza-se à volta de três polos:

- Depende da capacidade do investigador para prever eventuais bloqueios de comunicação e para adotar um comportamento estratégico com recurso a questões que tentam atenuar esse bloqueio;
- Apoiar os entrevistados a ultrapassar as suas inibições e os seus receios;
- Um bom entrevistador-investigador possuirá um conjunto de saber-fazer que lhe permitirá recolher, de forma ótima, os dados da entrevista (Hébert, Boutin, & Goyette, 2013, p. 100).

Foi realizada uma entrevista semiestrutura pela natureza específica do objeto de estudo: por ser um assunto delicado, íntimo e complexo em termos de abordagem para os jovens. Assim sendo, esta entrevista procurou uma interação verbal com os jovens, cujo objetivo seria chegar a uma compreensão rica do fenómeno em estudo. A entrevista semiestruturada é constituída por perguntas abertas e fechadas, na qual o investigador tem a oportunidade de desenvolver mais os temas propostos. Por sua vez, o investigador deve seguir um conjunto de questões previamente estipuladas, em contexto semelhante a uma conversa informal (Miranda, 2009, p. 42).

O investigador tem como função orientar a entrevista, colocando questões adicionais, caso o entrevistado manifeste dificuldades em falar sobre o tema. A entrevista semiestruturada tem como vantagem a sua longa duração, permitindo um conhecimento mais aprofundado sobre o tema em estudo (Miranda, 2009, p. 42). Permite também uma melhor interpretação de mudanças ou diferenças individuais, flexibilidade na gestão do tempo, uma maior

diversificação na abordagem de tópicos e uma maior individualização da comunicação. A entrevista semiestruturada possui um guião adaptável e possibilita a recolha de dados qualitativos comparáveis e de confiança (Martins L. , 2010, p. 1).

Estas entrevistas detinham como objetivos:

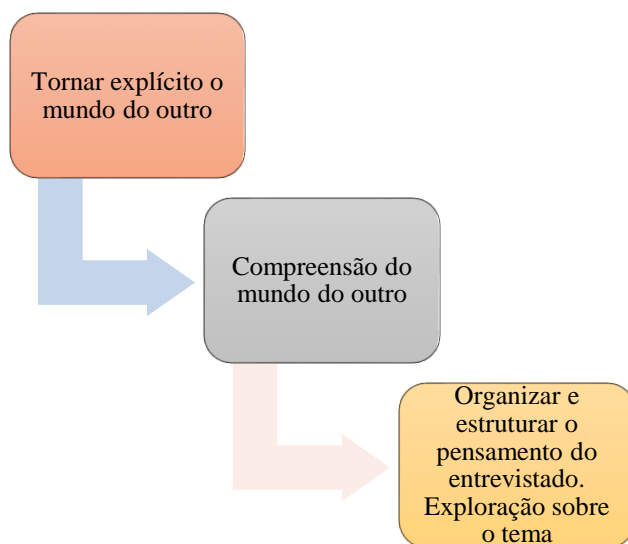


Figura 2-Etapas da entrevista

Fonte: (Hébert, Boutin, & Goyette, 2013, p. 100)

Quando realizamos uma entrevista temos que atender a questões de ordem concetual, relacional e material.

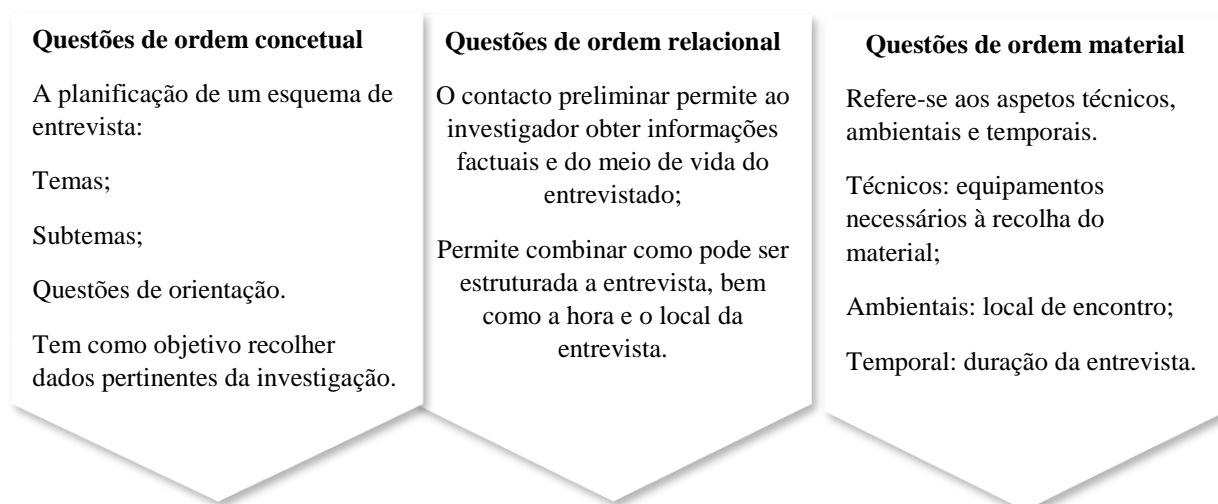
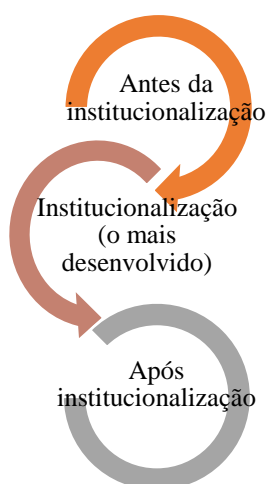


Figura 3- Natureza das questões

Fonte: (Hébert, Boutin, & Goyette, 2013, p. 150)

O guião da entrevista foi estruturado de acordo com o objeto de estudo e centrou-se em três etapas da trajetória da institucionalização: antes, durante a após a institucionalização.



Perceção dos jovens sobre a família biológica e os motivos que originaram a institucionalização.

Perceção dos jovens sobre o seu percurso institucional (rotinas quotidianas, atividades, apoio escolar, relações sociais). As suas perceções sobre o percurso escolar e formação profissional durante este período.

Perceção dos jovens sobre pós-institucionalização (apoio da instituição na saída), receios e expectativas.

Figura 4- Percurso institucional
Fonte: Produção do próprio autor

Antes de dar início às entrevistas, foi explicado a cada jovem/adulto o objetivo do trabalho, referindo que teriam total liberdade para falarem sobre a sua experiência de vida, em particular sobre a sua experiência de acolhimento e que, se não se sentissem à vontade para responder a alguma questão, poderiam não o fazer. Foi também expressado o agradecimento em relação à sua participação no estudo.

Embora o centro comercial não seja o local ideal, não houve condições para reunir num local mais silencioso e privado. Assim sendo, as entrevistas foram realizadas, na sua maioria, em centros comerciais, em espaços pouco movimentados, pois a natureza do tema assim o exige. É importante destacar que o local selecionado para tal efeito foi escolhido pelo jovem entrevistado. As entrevistas foram gravadas com autorização dos entrevistados, de modo a possibilitar o acesso a toda a informação. Tiveram uma duração média de 80 minutos.

1.2 Análise de conteúdo

Após a recolha de informação, procedemos ao tratamento da informação com recurso à análise de conteúdo.

A análise de conteúdo consiste num conjunto de técnicas metodológicas, precisas e objetivas, em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados, cujo objetivo é analisar e sistematizar um corpo de texto, ou seja, toda a informação recolhida, de modo a qualificar a situação (palavras, frases, etc.) (Bardin, 2016, p. 121).

Assim, após a recolha e o tratamento da informação, e com base na análise de conteúdo, identificaram-se, através das entrevistas, os problemas a analisar. Efetivamente, a análise temática é a que mais se adequa às investigações qualitativas, sendo constituída por três etapas: pré-análise (formulação da hipótese e objetivos); exploração do material (operações de codificação, decomposição ou enumeração); e tratamento dos resultados e interpretação (quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise). Assim sendo, procedemos à análise temática, dado que esta se caracteriza como sendo adequada para a análise em questão (Bardin, 2016, p. 121).

Tal como já foi referido, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com o objetivo de realizar uma análise comparativa, mais concretamente através da construção de tipologias, de categorias e de análises temáticas.

Uma vez realizadas as entrevistas, foi necessário uma leitura cuidada sobre os temas a analisar (pré-análise). Procedemos ao seu registo no computador, com o apoio de um suporte escrito e revendo as gravações, de modo a corrigir eventuais erros/lapsos. Após a audição integral das entrevistas e da leitura das suas transcrições, procedemos à identificação das categorias e subcategorias que correspondiam às áreas analisadas nos objetivos do estudo, tendo em conta que as categorias são rubricas ou classes "que reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos" (Bardin, 2016, p. 121).

A informação recolhida através das entrevistas teve na sua base um conjunto de questões organizadas em função de três temáticas principais, que passamos a enumerar:

- 1) Caracterização sociodemográfica dos jovens e famílias e percurso anterior à institucionalização;
- 2) Representações sobre o percurso institucional;
- 2.1 Representações sobre o percurso escolar e formação profissional durante a institucionalização;
- 3) Representações do Pós-Institucionalização.

Posteriormente, os temas foram divididos em categorias, as quais, e por sua vez, também foram divididas em subcategorias, surgindo ao longo da análise do texto, permitindo, portanto, cumprir os objetivos delineados para a presente investigação.

Antes de abordar as perceções sobre os percursos, é fundamental apresentar uma caracterização sociodemográfica dos jovens entrevistados.

1.3 Caracterização dos entrevistados

A adolescência e juventude são etapas do ciclo de vida onde ocorrem acontecimentos marcantes, especificamente no que respeita ao percurso escolar, de formação profissional e de emprego, mas também na esfera pessoal (namoro, casamento, maternidade/paternidade). É um período de excelência na definição da identidade.

Dos dez entrevistados, três são do sexo feminino e sete do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 19 e os 30 anos (tabela 6). São jovens que, neste período, são confrontados com várias situações, as quais, e tal como já foi referido, influenciam o seu percurso de vida no futuro.

Tabela 6- Idade dos entrevistados

Idade	Nº de Entrevistados
19-21	3
22-24	4
25-27	2
28-30	1

Fonte: Produção do próprio autor

1.4 Percurso antes da institucionalização

Como podemos verificar na tabela 7, a maioria dos jovens estavam institucionalizados em instituições perto da sua área de residência, o que possibilita a realização de um projeto de vida com vista à reintegração no seio familiar, bem como a preparação de uma avaliação potencial e de encaminhamento de famílias.

De acordo com as orientações do manual de boas práticas, os jovens devem estar próximos da sua área da residência, uma vez que permite uma maior proximidade ao domicílio familiar. Assim sendo, é da responsabilidade da instituição que acolhe promover o contacto das crianças e jovens com o meio familiar, tendo em atenção as suas necessidades, histórias de vida e recordações familiares (Manual de Boas Práticas, 2003, p. 109).

De acordo com os relatos, as instituições de acolhimento localizavam-se em zonas habitacionais e em zonas periféricas, com fácil acesso a serviços de lazer e educacionais e servidas por transportes públicos. Os dados apresentados na tabela 7 correspondem à última instituição onde os jovens estiveram institucionalizados.

Tabela 7 – Local de Residência Antes da Institucionalização/Concelho onde se situa a casa de acolhimento

Jovens	Idade	Concelho onde vivia antes de ser institucionalizado	Concelho onde se situava a casa de acolhimento
ENT_01	23	Santo Tirso	Porto
ENT_02	27	Vila Nova de Gaia	Porto
ENT_03	18	Bonfim	Porto
ENT_04	21	Porto	Porto
ENT_05	24	Porto	Porto
ENT_06	22	Cabo-Verde	Porto
ENT_07	24	Torres Vedras	Vila Nova de Gaia
ENT_08	25	Massarelos	Porto
ENT_09	19	Matosinhos	Porto
ENT_10	29	Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia

Fonte: Produção do próprio autor

É possível verificar através dos relatos, que devido à proximidade da sua área de residência, os jovens, na sua maioria, mantinham relações com familiares, no entanto, nem todos os jovens entrevistados frequentaram uma só instituição.

1.5 Percurso de vida dos jovens

É possível verificar, na tabela 8, as perspetivas de alguns jovens em relação ao seu percurso de acolhimento em várias instituições. São jovens que devido à falta de cuidados parentais ou por adoção de comportamentos desviantes, no decorrer do percurso institucional, foram transferidos para outras instituições, distantes da sua família de origem. De acordo com os jovens, algumas instituições eram espaços inadequados, eram de grande dimensão, com um elevado número de crianças acolhidas e um baixo número de adultos cuidadores. Estas organizações tinham uma forte predominância entre o moral e o assistencialista, considerando somente as necessidades básicas dos seus utilizadores.

Tabela 8 – Percurso Institucional dos Jovens Adultos Entrevistados

Jovens	1.ª Instituição	2.ª Instituição	3.ª Instituição	Total de anos em instituição
ENT_01	2anos	7anos	-----	Cerca de 9 anos
ENT_02	3/4anos	-----	-----	Cerca de 4 anos
ENT_03	3/4anos	4anos	-----	Cerca de 8 anos
ENT_04	5anos	-----	-----	Cerca de 5anos
ENT_05	1mês	4anos	-----	Cerca de 4anos
ENT_06	4anos	-----	-----	Cerca de 4anos
ENT_07	15anos	5anos	-----	Cerca de 20anos
ENT_08	2/3anos	5anos	-----	Cerca de 8anos
ENT_09	6anos	-----	-----	Cerca de 6anos
ENT_10	3/4anos	9anos	2anos	Cerca de 15anos

Fonte: Produção do próprio autor

Através dos dados obtidos é possível concluir que a resposta de acolhimento institucional é, na prática, uma medida de longa duração. Os tempos mais longos de permanência em instituições observa-se no caso do entrevistado 7 e do entrevistado 10, consistindo em jovens que integraram nessa medida muito precocemente. Nos restantes jovens, a primeira institucionalização ocorreu entre os 5-16 anos.

Tabela 9 – Duração Total dos Anos de Institucionalização

Jovens entrevistados	Idade em que foi institucionalizado	Localização das instituições onde foram acolhidos
ENT_01	12anos	1ª Porto; 2ª Porto
ENT_02	14anos	1ª Porto
ENT_03	10anos	1ª Porto
ENT_04	16anos	1ª Porto
ENT_05	12anos	1ª Vila do Conde; 2ª Porto
ENT_06	16anos	1ª Porto
ENT_07	2anos	1ª Vila Nova de Gaia (São felix da Marinha); 2ª Vila Nova de Gaia (Carvalhos)
ENT_08	5anos	1ª Porto; 2ª Porto (a mesma instituição)
ENT_09	12anos	1ª Porto
ENT_10	2/3anos	1ª Porto; 2ª Vila Nova de Gaia; 3ª Porto

Fonte: Produção do próprio autor

Trata-se de uma institucionalização em que os menores permanecem por muito tempo e em mais do que uma instituição. Através dos dados obtidos (tabela 9), pode-se constatar que os jovens aqui apresentados foram maioritariamente socializados em contexto institucional. O acolhimento em instituição resulta da falta de um suporte familiar, em particular no domínio emocional, o qual não fornecia um desenvolvimento completo e harmonioso à criança/jovem. As casas de acolhimento procuram dar resposta à necessidade de uma proteção e atenção individualizada que integre a criança/jovem num ambiente o mais próximo possível do familiar e que seja seguro e protetor. Contudo, o acolhimento deve ser o mais curto possível, apesar do regresso à família nem sempre ser considerado plausível, uma vez que os pais não conseguem adquirir ou recuperar as competências necessárias para potenciar o desenvolvimento e a educação dos filhos, embora consigam em muitas situações, manter laços significativos com eles, laços esses que devem ser preservados (Delgado, Pinto, Carvalho, & Martins, 2014, p. 7).

Contrariamente aos objetivos destas medidas, que defende que o período de institucionalização, seja pelo menor tempo possível, a maior dificuldade é a formulação de um projeto de vida que vá de encontro às necessidades não só da criança ou jovem, como também da família biológica.

1.6 Caracterização sociodemográfica dos jovens e família e estrutura e relação familiar

Neste tópico incluem-se dados de caracterização sociodemográfica dos jovens e das suas famílias. Os baixos níveis de informação e o exercício de profissões pouco qualificadas por parte dos pais biológicos ou dos avós, são uma realidade no caso destes jovens. De acordo com os seus relatos, podemos identificar, na tabela 10, que os mesmos eram provenientes de famílias nucleares, reconstruídas, monoparentais e alargadas.

Tabela 10 – Tipologia familiar antes da institucionalização

Agregado Familiar			
Tipologia Familiar	Exemplos	Jovens	Total
Nuclear³	<i>Vivia em São Roque com os meus pais...O meu pai era incapacitado, tinha problemas nas vistas. A minha mãe tinha e tem problemas na cabeça". (Ent_03)</i>	Ent_03, Ent_05 e Ent_10	3
Monoparental⁴	<i>Vivia com a minha mãe e irmã, éramos os únicos filhos dos mesmos pais. (Ent_07)</i>	Ent_07 e Ent_09	2
Alargada⁵	<i>Fiquei com os meus avós e com os meus tios. (Ent_01)</i>	Ent_01, Ent_04 e Ent_08	3
Reconstruída⁶	<i>Fiquei com o meu pai e madrasta. (Ent_02)</i>	Ent_02 e Ent_06	2

Fonte: Produção do próprio autor

São jovens cujas famílias eram constituídas, na sua maioria, por vários elementos, como podemos verificar na tabela 11.

Através da tabela 12 é possível constatar que os adultos responsáveis exercem profissões pouco qualificadas, encontram-se no desemprego ou reformados. A apresentação destes elementos reforça a importância de um conjunto de fatores que interagem no desenvolvimento da “incapacidade” das famílias, nomeadamente na sua estabilidade, na sua composição familiar, na organização e equilíbrio familiar e na sua condição de vida.

Esta condição perante a vida coloca em causa as orientações da criança ou jovem, bem como a sua integração social (Gomes M. P., 2005, p. 23).

³ União entre adultos com filhos em comum.

⁴ Constituída por um só progenitor.

⁵ Coabitam ascendentes, descendentes ou colaterais por consanguinidade ou não, para além dos progenitores ou filhos.

⁶ Nova união conjugal, com ou sem descendentes de relações anteriores (Caniço, Bairrada, Rodríguez, & Carvalho, 2010, p. 3).

Tabela 11 – Elementos do Agregado Familiar

Jovens	Nº de elementos (incluindo jovem)	Parentesco
ENT_01	3	Avós
ENT_02	4	Pai e Madrasta
ENT_03	3	Pais
ENT_04	3	Avós
ENT_05	4	Pais e irmã
ENT_06	5	Pai, madrasta e irmãs
ENT_07	3	Mãe e irmã
ENT_08	5	Avó e tios
ENT_09	1	Mãe, tios e padrinhos
ENT_10	3	Pais

Fonte: Produção do próprio autor

Tabela 12 – Condição dos Elementos do Agregado Familiar Perante o Trabalho

Jovens	Adultos responsáveis	Condição perante o trabalho dos cuidadores	Profissão dos cuidadores
ENT_01	Avós	Reformados	-----
ENT_02	Pai	-----	Trolha
ENT_03	Pais	-----	Auxiliares de armazém
ENT_04	Avós	Reformados	-----
ENT_05	Mãe	Desempregada	-----
ENT_06	Avó	Reformada	-----
ENT_07	Mãe	Desempregada	-----
ENT_08	Avó	Reformada	-----
ENT_09	Mãe	-----	“Prostituição”
ENT_10	Pais	Pai-desempregado	Mãe-empregada doméstica

Fonte: Produção do próprio autor

A vulnerabilidade destas famílias, com rendimentos muito baixos, baixa escolaridade e a falta de tempo dedicado aos filhos, gera, frequentemente, dificuldades em acompanhar a socialização destas crianças, sendo que estas desenvolvem sentimentos de distância afetiva e condicionam a autonomia de todos os menores (Gomes M. P., 2005, p. 23).

Os jovens, na sua maioria, são descendentes de famílias com mais de um filho, tal como é possível verificar na tabela 13.

Tabela 13 – Irmãos Institucionalizados

Jovens	Irmãos	Institucionalizados
ENT_01	1	Não
ENT_02	1	Não
ENT_03	3	Não
ENT_04	1	Não
ENT_05	1	Não
ENT_06	7	Sim (3)
ENT_07	6	Sim (5)
ENT_08	1	Sim (1)
ENT_09	0	Não
ENT_10	5	Sim (5)

Fonte: Produção do próprio autor

Apenas 3 jovens referiram que os seus irmãos foram institucionalizados ou adotados.

A minha mãe não criava os filhos, uns foram para colégios, outros para adoção. Ela não tinha condições nem físicas, nem psicológicas e, como ela sabia que o tribunal ia tirar a nós também, fugiu.

(ENT_07)

Tinha 5 irmãos, mas não sei se são todos do mesmo pai! Os 5 irmãos foram todos retirados, entraram em instituição.

(ENT_10)

É importante referir que fatores como a pobreza, o desemprego, a pertença e as minorias étnicas ou culturais foram alguns dos elementos que os levaram à situação de exclusão social e, por conseguinte, à institucionalização.

As raízes da exclusão social decorrem de fatores de ordem estrutural e de fatores ligados às atitudes e orientações culturais dos próprios indivíduos (Capucha, et al., 2005, p. 10).

Em relação às famílias aqui analisadas, Costa, Baptista, Perista & Carrilho (2008), identificam os seguintes domínios, presentes na construção dos processos de exclusão social:

- Social, a causa da exclusão situa-se no domínio dos laços sociais;
- Económico, que se refere à situação de privação múltipla por ausência de recursos;
- Espacial, refere-se às áreas geográficas onde os sujeitos vivem. A exclusão deste domínio não afeta só os indivíduos e famílias, mas também as áreas geográficas onde vivem;

- Cultural, que se refere a fenómenos tais como o racismo, a xenofobia ou certas formas de nacionalismo, que podem, por si só, dar origem à exclusão social de minorias étnico-culturais;
- Institucional, relaciona-se com o sistema educativo/formativo e saúde. É neste domínio que se insere o emprego, a habitação, os serviços de apoio social, a justiça, a cultura e lazer, a informação e conhecimento, fundamentais para o exercício da cidadania (Costa, Baptista, Perista, & Carrilho, 2008, pp. 65-72).

As famílias analisadas são marcadas pelo baixo nível de escolaridade e pela precaridade no trabalho, auferindo baixos rendimentos, fatores estes que são considerados como sendo de risco, pois condicionam o desenvolvimento das crianças/jovens entrevistados, expondo-os a situações de exclusão social. Ao nível da estrutura familiar, através dos relatos dos jovens, é possível compreender que algumas estruturas familiares são caracterizadas por ruturas e reconstituições, salientando o efeito de múltiplas relações amorosas instáveis que originam, na sua maioria, a ausência da figura paterna.

1.6.1 Relação familiar

A relação familiar é construída através do convívio, da comunicação, do desenvolvimento de atitudes e valores, os quais devem ser partilhados entre as pessoas. Contudo, se uma das partes não desenvolve a confiança necessária para que este processo ocorra, o relacionamento pode tornar-se incompreensível. No contexto familiar, são inúmeros os obstáculos que se desenvolvem quando não existe uma ligação forte e bem estruturada entre os membros.

No caso dos jovens aqui apresentados, só 3 referem ter uma boa relação com os progenitores ou outros adultos responsáveis.

Dava-me bem com os meus pais...A minha relação com meus irmãos sempre foi boa!

(ENT_03)

Os restantes entrevistados relatam alguns episódios de convivência com os familiares, nos quais o desgaste físico e psicológico era constante.

Havia agressões, eu era explorado, trabalhava (todo o dia) no café deles (avós) e já assumia o negócio, com 14 ou 15 anos, eu revoltava-me!

(ENT_04)

Levava na boca, quando o meu pai chegava alterado...Via-o a bater na minha mãe.

(ENT_10)

São diversas as crianças que, ao longo do seu desenvolvimento emocional, assistem à tensão e conflito verbal, psicológico e, por vezes, físico entre os progenitores. Esta exposição constante a comportamentos desviantes no meio familiar e a ausência de investimento afetivo por parte dos progenitores provoca uma série de dificuldades no desenvolvimento da criança.

A socialização é uma aprendizagem que se desenvolve desde o nascimento até à morte do indivíduo. É através da mesma que o indivíduo desenvolve o sentimento coletivo de solidariedade social, espírito de cooperação, interioriza elementos culturais, normas e condutas que o capacitam para viver em sociedade. É um processo denominado por “interiorização”, que consiste na perceção e compreensão dos nossos semelhantes e também do mundo, encarado como uma realidade social e dotada de significado, uma vez que “só depois de ter alcançado esse grau de interiorização é que o indivíduo se torna membro da sociedade”. A socialização primária é considerada a mais importante do ciclo de vida do ser humano. (Berger & Luckmann, 2010, p. 138).

Nos casos aqui analisados é importante referir que, no processo de socialização, são jovens que não tiveram a oportunidade de fazer esta aprendizagem, como podemos verificar através dos relatos.

O meu pai quando chegava a casa, tornava-se violento.

(ENT_10)

Não gostava da minha madrasta, não queria uma segunda mãe...

(ENT_06)

Da perceção que os jovens têm relativamente à relação entre os familiares, os mesmos relatam, na sua maioria, relações de afeto entre casal. Contudo, alguns jovens referem ter presenciado agressões físicas, por parte do seu progenitor.

Com 6 ou 7 anos eu já respondia seja a quem fosse. Tínhamos falta de dinheiro, de comida, a polícia ia lá muitas vezes porque o meu pai queria bater em tudo e todos...

(ENT_10)

A violência doméstica traduz-se em comportamentos utilizados que afetam negativamente o bem-estar, a integridade física e psicológica de um ou vários membros da família. São relações ofensivas que têm por objetivo magoar e humilhar a vítima. Este tipo de abuso é caracterizado como abuso emocional ou negligência, na qual os pais, cuidadores ou companheiros se apresentam como insensíveis, hostis e hipercríticos (Maia, 2012, p. 6).

De acordo com os testemunhos (3 jovens entrevistados), este tipo de violência estava associado a um comportamento relacional baseado, essencialmente, nas queixas e no discurso reprovativo violento, o qual era caracterizado por falta de atenção. O agressor (pai) não demonstrava qualquer preocupação com as necessidades das vítimas, neste caso em particular do cônjuge e dos filhos.

1.7 A decisão pela institucionalização

Através das referências descritas pelos jovens é possível identificar uma variedade de problemas sociofamiliares, relacionados com situações de perigo, tal como indicado no gráfico 1. É de salientar que os jovens relatam episódios que demonstram a complexidade do ambiente familiar, nomeadamente ao nível socioeconómico e social, e a multiplicidade de fatores que culminaram na institucionalização em LIJ.

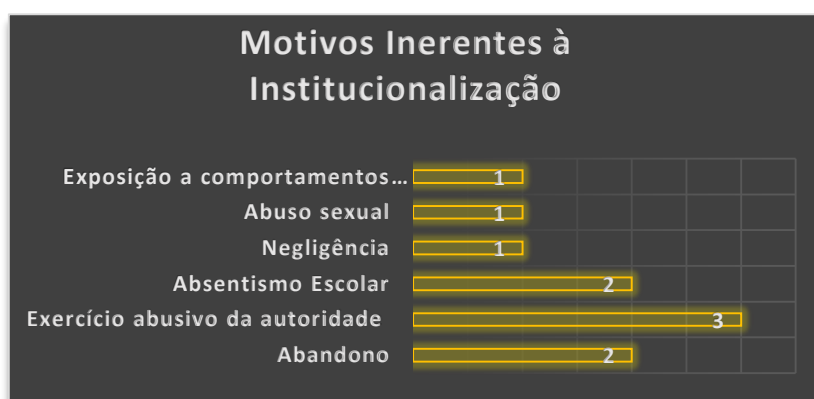


Gráfico 1 – Motivos que levaram à Institucionalização

Fonte: Produção do próprio autor

Através do gráfico 1 é possível constatar quais os motivos que levaram os jovens à institucionalização. Deste modo, é possível destacar os seguintes tipos de perigo aos quais os jovens se encontravam expostos:

- **a) Abandono parental**

Para Alberto (2010, cit.in Santos, 2014) o abandono por parte de um ou dos dois progenitores consiste no incumprimento intencional das obrigações parentais relativamente à criança. O abandono é a rejeição total, não existindo desempenho de funções parentais para a educação e o desenvolvimento dos filhos. São pais que não assumem qualquer responsabilidade a vários níveis: alimentar, médico, escolar, afetivo, entre outros (Santos P. , 2014, p. 18).

Na sua maioria, os problemas que evidenciam este tipo de risco são a ausência (por parte de um dos progenitores) no acompanhamento do percurso de vida destes jovens.

Esta situação, e a falta de apoio por parte dos progenitores na educação e desenvolvimento, culminou na impossibilidade de os jovens se identificarem com as figuras parentais de referência, o que seria extremamente importante para o seu desenvolvimento emocional e social (Brazelton & Greenspan, 2002, p. 192).

Vivi em casa dos avós maternos, desde os 2 anos de idade, a minha mãe deixou-me. Fiquei com os meus avós.

(ENT_01)

*A minha mãe abandonou-me quando eu tinha 2 anos, entregou-me aos meus avós maternos, nunca me foi ver... Tentei ter relação com a minha mãe, enquanto estive na instituição, mas ela disse que não queria. Está divorciada! Tenho 1 irmão com 15 anos, que está com a minha mãe, tenho pena de não estar com ele, mas ele não me procura, não tem interesse!
Não existe relação, não queria saber de mim e não quer saber de mim!*

(ENT_04)

- **b) Exercício abusivo da autoridade parental**

O abuso físico é quando uma criança é considerada uma propriedade dos pais. Uma vez que lhe são negados os direitos, a mesma é tratada como objeto, sem autonomia, sem necessidades ou características próprias, de tal modo que, na sua maioria, esta violência leva à morte da criança, sendo que os pais atribuem os danos causados a quedas ou acidentes (Santos P. , 2014, p. 15).

O exercício constante e abusivo da autoridade por parte do pai, caracterizado pela coação da obediência quando o jovem não respeita as regras familiares exigidas, é também uma situação de perigo. O método utilizado para impor a autoridade era considerado pelos jovens como sendo radical, dado que era praticada através da punição física, despoletando medos, distância, falta de afeto e perda de confiança no progenitor.

A minha madrasta metia-se na relação que tinha com o meu pai. Sofri maus tratos por parte do meu pai, agressões físicas.

(ENT_02)

O meu pai começou a beber e batia nas crianças, a minha irmã (tem agora 23 anos) foi fazer queixa à polícia e levaram-nos para a CPCJ, que reencaminhou para o Lar.

(ENT_06)

*Antes de namorar com a minha mãe era boa pessoa, só que depois passou de haxixe para drogas pesadas. Os meus avós maternos nunca foram a favor da relação dos meus pais.
O meu pai era um vagabundo, bêbado, drogado, não fazia nada.
Um dos meus irmãos está preso (agora com 28 anos) por circunstâncias da vida, não tivemos uma estrutura familiar, nunca tivemos um pai presente.*

(ENT_10)

- **c) Absentismo escolar**

O absentismo escolar é uma das situações de risco que conduz à retirada da família. As faltas sistemáticas na escola resultam em comportamentos desviantes e marginais, os quais podem originar consequências irreversíveis na trajetória e no comportamento individual e social dos jovens. Segundo Gonçalves (2006, cit.in Monteiro D.F.,2014), o nível socioeconómico das famílias é, na maioria das vezes, o fator que influencia o jovem, nomeadamente as suas expectativas e interesses. São jovens que optam por formações de curta durabilidade, que ingressam no mercado de trabalho mais cedo, em profissões mal remuneradas e pouco valorizadas socialmente (Monteiro D. F., 2014, p. 25)

A escola e a família exercem uma função socializadora. Se na família prevalece um estilo de educação informal, a escola constitui-se como um espaço centrado num processo de aprendizagem (educação formal). Esta relação entre os dois sistemas educativos é, na sua maioria, condicionada pela educação recebida pela família e pela cultura valorizada pela escola (Monteiro D. F., 2014, p. 25).

*Eu não gostava da escola, reagia mal às regras dos professores, saía da sala...
Estava na rua com amigos.*

(ENT_03)

Criança alegre, mas não ia às aulas, queria estar com amigos, e queria sair da escola.

(ENT_05)

- **d) Negligência**

A quarta situação de perigo refere-se à negligência por parte da progenitora, que colocava em causa a satisfação das necessidades básicas dos filhos. Os pais negligentes deixam de prestar os cuidados necessários aos seus filhos, nomeadamente ao nível da saúde, da alimentação, da higiene e educação. Normalmente, estas crianças ou jovens apresentam grandes dificuldades em estabelecer relações com os cuidadores que geram situações de negligência. Esta distância criada nos primeiros anos de vida transcende as relações que surgirão

futuramente. A ausência de carinho, amor, falta de atenção e o desenvolvimento de sentimentos de rejeição não permitem às crianças estabelecer relações saudáveis e de confiança com os outros (Santos P. , 2014, p. 18).

A minha mãe quando chegamos “ A Quinta” esteve com nós, mas depois como a instituição tinha parceria com o colégio de Bonfim e ela como ali tinha que trabalhar no campo, ele preferiu ir para Bonfim.

Se ela tinha amor por nós, queria estar lá e não queria ir para Bonfim.

Era raro vê-la.

(ENT_07)

- **e) Abuso sexual**

A quinta problemática está associada ao abuso sexual por parte de um tio e, posteriormente, pelo padrasto. Wellman (1993, cit.in Mateus, 2012), que realizou um estudo sobre este tema, verificou que o abuso sexual tem uma maior taxa nas mulheres. Para o autor, pode dever-se ao facto da mulher ser considerada uma figura cuidadora, dependente e frágil, sendo que estas características lhes atribuem maior vulnerabilidade face ao abuso sexual, comparativamente aos homens (Mateus, 2012, p. 8).

Em Portugal, Pinto da Costa (1990), no Instituto de Medicina Legal do Porto, constatou que em 84,8% dos casos o agressor era conhecido das vítimas. De uma forma mais específica, verificou que 14% dos abusos foi perpetrado pela figura paterna; que em 25,3% dos casos o agressor era membro da família (excluindo o pai); e que 45,6% das vítimas foram abusadas por pessoas conhecidas, mas não parentes. Apenas em 6% dos casos o agressor era desconhecido da criança (Mateus, 2012, p. 10).

Um dos meus tios tentou abusar de mim e da minha irmã, chegou a ser preso por causa disto. O meu tio tentava abusar de nós durante a noite (apalpar, roçar, ameaçar) e o meu pai soube, pela minha ama, bateu-lhe e fez queixa à polícia.

O meu padrasto bebia, quando não bebia era pacífico, mas sempre com maldade, estava sempre em aviso, era autoritário. Nunca deixei que ele batesse na minha mãe.

Ele abusava de mim, porque eu defendia a minha mãe e a minha avó, até que vi que a minha mãe gostava disso.

(ENT_08)

- **f) Exposição a comportamentos desviantes**

Por último, a sexta problemática está associada à exposição a comportamentos desviantes por um dos progenitores, neste caso em concreto, a prostituição.

Silva (2007, cit.in Cordeiro, 2012), refere que a situação socioeconómica é um dos fatores que leva a mulher a prostituir-se. Contudo, através do seu estudo também verificou que outra das causas que origina esta situação é o facto de existir uma ausência da figura paterna, como garantia da estabilidade financeira. A debilidade mental também é apontada pelo autor, como explicativo de comportamentos sexuais inapropriados (Cordeiro, 2012, p. 28).

Não conheci o meu pai. A minha mãe trabalhava na noite, ainda trabalha, é prostituta, entregou-me à família quando eu tinha 3 anos, ela achou que se pagasse à família para tomar conta de mim, eu lá estava melhor (tios e padrinhos).

(ENT_09)

A família é definida por um estilo de funcionamento que se reflete nos valores, competências e padrões de interação adquiridos por cada um dos membros que a compõe. Apesar de os pais amarem os seus filhos, eles não conseguem ser competentes na realização de determinadas tarefas. Esta situação, na maioria das vezes, é provocada por modelos educativos igualmente inseguros e instáveis nos quais cresceram e que estiveram presentes ao longo da sua vida (Silva J. H., 2013, p. 9).

1.8 Perceção do “Eu” antes de entrar na instituição

Fonseca (2004, cit. in Ramos, 2008) considera que o conceito “criança e jovem em risco” é definido pelas dificuldades e inúmeros problemas que colocam em causa o seu desenvolvimento biopsicossocial (Ramos, 2008, p. 1).

Como refere Almeida (2002, cit.in Ramos,2008) quando os pais não executam bem a tarefa de educar colocam a criança na iminência de não usufruir do direito à liberdade e de praticar a sua autonomia. “Restringir os trilhos da liberdade é tão grave como castrar a própria liberdade” (Ramos, 2008, p. 1)

Quando questionados acerca da sua perceção em relação às crianças que eram antes da institucionalização, alguns dos jovens demonstraram algumas emoções negativas, tais como:

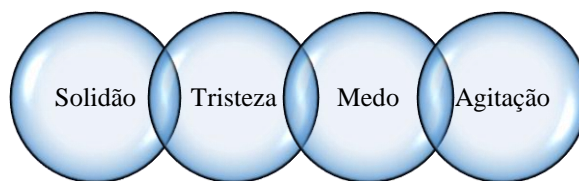


Figura 5- Sentimentos Expressados Pelos Jovens Antes da Institucionalização

Fonte: Produção do próprio Autor

Na altura sentia-me triste, mas não ligava muito, era uma criança, agora sinto-me triste.

(ENT_10)

Antes de entrar era mais fechado, mais revoltado e sentia-me muito sozinho...

(ENT_04)

Os maus tratos em crianças incidem sobre “qualquer forma de tratamento físico e/ou emocional, não accidental e inadequado, resultante de disfunções e/ou carência nas relações interpessoais, num contexto de uma relação de dependência (física, emocional, psicológica), confiança e poder”. Estes evidenciam-se através de comportamentos físicos, emocionais, sexuais ou por negligência, retirando à criança os seus direitos e afetando o seu desenvolvimento físico, psicológico e social (Magalhães, 2010, p. 7).

Penha (2000, cit. in Alves, 2007) refere que os maus-tratos são incitadores de vários tipos de situações em função da gravidade que assumem. Mais concretamente:

- Risco, situações na qual a criança, pelas suas particularidades biológicas ou familiares, se encontra potencialmente sujeita a omissões ou satisfação das suas necessidades de ordem física (alimentação, abrigo, segurança, saúde e higiene); socioemocionais (interação, afeto, estimulação, atenção, contacto) ou familiares, que condicionam o seu processo de desenvolvimento;
- Urgência, situação de perigo atual ou eminente para a integridade física da criança ou jovem;
- Perigo, no qual se verifica a confluência de várias situações de risco numa mesma criança ou jovem, podendo assumir várias manifestações, e que os reencaminham à institucionalização, como podemos verificar na tabela 14 (Alves S. N., 2007, p. 49).

A sociedade ao prevenir situações de maus tratos, respeita a privacidade e diversidade de modos de vida, no sentido de desenvolver sistemas de apoio às famílias para colmatar este tipo de situações (Martins P. C., 1998, p. 19).

Para os jovens, a família biológica, ainda que ausente da sua função, exerce uma enorme influência na sua vida. São jovens que, na sua maioria, demonstraram que, apesar das agressões

físicas e psicológicas que os elementos da família lhes possam ter aplicado, mesmo assim, a institucionalização seria a “última opção”.

**Tabela 14 – Tipologia das situações de perigo
Motivos Inerentes á Institucionalização**

Abandono	Recusa da assunção de competências parentais
Negligência	Incúria parental face às necessidades afetivas e de desenvolvimento da criança ou jovem
Abuso Sexual	Atividade de natureza sexual, realizada por adultos, que envolve crianças e jovens
Exercício Abusivo de Autoridade Parental	Através de violência física ou psicológica
Comportamentos Desviantes e Aditivos	Quando a criança ou jovem se entrega à prática ou a consumos que afetam gravemente o seu desenvolvimento, sem que os pais ou representante legal se oponham

Fonte: (Alves S. N., 2007, p. 49)

É através da interação com os elementos da família que a criança desenvolve laços emocionais e sociais, os quais são fundamentais para o seu desenvolvimento. Assim sendo, é relevante compreender a família como um todo, e não a criança de modo isolado.

Sendo a família importante para o indivíduo, é também ela que pode não corresponder ao que lhe é exigido, acabando essa responsabilidade por ser delegada às instituições de acolhimento.

As famílias multiproblemáticas designam-se pela frequência de um ou diversos indícios graves e de longa duração, que desenvolvem, no seio familiar, uma propensão para o caos e desorganização. São famílias com uma história repleta de modelos fracassados, múltiplas crises familiares, instabilidade profissional e funcionamento interpessoal gravemente afetado (Ferreira T. P., 2013, p. 17).

A estrutura destas famílias é marcada pela indefinição e instabilidade relativamente à definição de tarefas, bem como ao nível das regras de relacionamento, uma vez que não asseguram as necessidades básicas dos seus filhos, o cumprimento de normas e regras e os comportamentos básicos de comunicação, comprometendo, deste modo, a sua socialização. São famílias que não são capazes de estimular o desenvolvimento de competências relacionais e afetivas nos filhos, assim como de responder às exigências necessárias para a sua adaptação à

sociedade. Estas famílias cujas estruturas estão associadas a diversas problemáticas conduzem, por vezes, à retirada da criança e à sua colocação numa instituição.

2. Representações sobre o percurso institucional

As casas de acolhimento de crianças e jovens em risco desempenham um papel importante no combate às redes de pobreza, marginalidade e exclusão social, procurando a reinserção social dos menores. Apresentam estruturas e formas de funcionamento que variam entre o internamento e a total abertura, funcionando na sua maioria em regime de semi-internato. Há que destacar o facto de, ao contrário do modo de vida mais patente na sociedade contemporânea, o seu “*modos vivendi*” ter por base a atenuação das fronteiras físicas e simbólicas, entre os domínios da intimidade, do trabalho, do lazer, ou outros espaços de interação diária (Mucha & Cruz, s.d., p. 4).

Embora algumas instituições partilhem características semelhantes às Instituições Totais, nomeadamente no que se refere aos espaços de vigilância, nas rotinas da instituição (vigiadas por um adulto, horas para levantar e deitar, horário das refeições, higiene da casa ou pessoal, etc.), nas saídas ao exterior (acompanhados por um mais elementos da instituição), outras procuram uma boa articulação com a instituição familiar, escolar e laboral (abertura ao exterior) (Neves, 2008, p. 73). Este último modelo, com maior proximidade ao ambiente familiar, parece ser uma das vias mais promissoras para a efetiva reinserção social da criança/jovem em acolhimento institucional (Mucha & Cruz, s.d., p. 4).

Na dimensão das representações sobre a instituição de acolhimento, os jovens relatam memórias acerca da sua relação com a casa de acolhimento e sobre o apoio que lhes foi proporcionado neste período. Uma vez compreendidas as razões que levaram os jovens às casas de acolhimento, é fundamental compreender como os mesmos recordam a sua chegada à instituição. A retirada da família corresponde ao momento mais crítico nas perceções expressadas nas entrevistas realizadas.

2.1 A decisão pela institucionalização: como viveram os jovens

A instituição é observada pelos jovens como um “mundo diferente”, o que despoletou discursos em que prevaleceram expressões e memórias de medo, tristeza, frustração e receio do desconhecido.

A visão por eles descrita é, em parte, análoga à "instituição total", definida por Goffman como um espaço partilhado por indivíduos com características semelhantes que habitam, trabalham e estudam separados da sociedade mais ampla, em regime fechado, durante um determinado período (Alves S. N., 2007, p. 63)

Como verificou Neves (2008) as instituições que adotam o modelo de instituição total, promovem a mortificação do “eu” ao limitar a privacidade (partilha de quartos) e liberdade dos utilizadores (espaços de vigilância), e ao reeducá-los segundo modelos autoritários (Neves, 2008, p. 216).

Ao longo dos anos, verifica-se uma melhoria que no que se refere aos progressos e reajustes do funcionamento das instituições. Se no século passado a institucionalização surgia como proteção da sociedade dos indivíduos menos desejáveis, hoje o objetivo foca-se numa vertente mais humana e educativa, protegendo os indivíduos mais frágeis do perigo, em particular as crianças e vítimas (Alves S. N., 2007, p. 114).

Antes da chegada do jovem à instituição deve existir um trabalho de preparação junto de todos os elementos da estrutura residencial. O apoio de quem já se adaptou à rotina da organização pode ajudar à integração de um novo membro. É fundamental que um dos responsáveis apresente o recém-chegado aos colaboradores e outros residentes da instituição. Deve esclarecer qualquer dúvida e reforçar toda a informação necessária do processo de acolhimento. É também importante respeitar a forma como o novo residente quer ser tratado, e comunicá-la a toda a comunidade residencial (Manual de Boas Práticas, 2003, p. 111).



Figura 6 – Memórias da Chegada à Instituição
Fonte: Produção do próprio autor

Senti-me como se entrasse numa cadeia.

(ENT_05)

*Os primeiros 3 dias, não conhecia ninguém, tinha medo, e eles assustavam os mais novos.
Sentia-me sozinho e triste...*

(ENT_02)

Sentia-me envergonhada, tímida...

(ENT_06)

Senti que as pessoas tinham medo de mim, tinha a boca cheia de piercings...

(ENT_09)

Há alguns anos atrás, a criança não era considerada como um ser portador de direitos. As instituições acolhiam crianças pobres, na sua maioria órfãs ou sem adultos que demonstrassem interesse em cuidar delas. Por sua vez, ingressavam em instituições de grande dimensão, que garantiam a satisfação das necessidades básicas e alguma formação profissional de baixa qualificação. As consequências deste tipo de instituição deixaram, na sua maioria, marcas irreversíveis para o resto da vida. Quando confrontados com uma população muito diferente, constituída por crianças com necessidades, passamos de instituições de cariz assistencialista para instituições de cariz terapêutico (Gomes I. , 2010, p. 215).

Segundo Gomes (2010, cit. in Pinheiro, 2012), as instituições de acolhimento devem ser o mais próximo possível de um modelo familiar securizante e contentor “onde os processos de trabalho a desenvolver se situam em torno das necessidades biopsicossociais, afetivas e emocionais da criança ou do jovem” (Pinheiro, 2012, p. 28).

Estes sentimentos refletem-se quando analisamos as entrevistas, principalmente quando comparadas com pequenas e grandes instituições.

➤ **Pequena instituição, considerada pelos jovens “instituição familiar”**

As instituições de pequena dimensão garantem que os adultos responsáveis tenham um maior conhecimento no que se refere às características de cada criança, nomeadamente o seu nome, a data de aniversário, os gostos, os interesses, os receios e as dificuldades.

Alves (2007) verificou que um número reduzido de cuidadores em interação (com menos crianças acolhidas) facilita a existência de figuras de referência estáveis e estabelece relações de proximidade (Alves S. N., 2007, p. 152).

Fui recebido por monitores, os doutores e colegas. Levaram-me para uma sala e disseram-me as regras, mostraram-me a casa.

(ENT_10)

A irmã P. tinha uma forma de dar carinho, ela sabia ralar e a gente conseguia perceber que tinha estado mal. Ela dava apoio, tinha preocupação de perguntar como tinha sido a escola, era uma mãe.

(ENT_08)

➤ **Grande instituição: a relação com os adultos**

Este modelo institucional antigo, e atualmente em vias de desaparecimento, tinha uma funcionalidade assistencialista e destinava-se a acolher crianças ou jovens órfãos ou em situações de extrema pobreza. A intervenção era focada nas necessidades básicas, o acolhimento era prolongado e o contacto com a família era pouco ou nenhum. Eram instituições que não atendiam às necessidades educativas e de socialização das suas crianças e, por conseguinte, não respeitavam o seu equilíbrio emocional. As instituições de grande dimensão eram constituídas por profissionais pouco qualificados, a instrução e monitorização (punição física) eram confundidas com educação (Pacheco, 2010, p. 19).

Apresentamos, de seguida, as representações dos jovens sobre os cuidadores neste tipo de instituição:

Para dar educação é preciso ter formação, os profissionais na 1ª instituição não eram freiras de estudo. Eram agressivas com as crianças, éramos obrigados a rezar. Os dormitórios eram tipo quartéis. Tínhamos que rezar o terço ao lado da cama dela (freira), porque ela dormia com os jovens. Se fôssemos para a cama, em vez de rezarmos, levávamos chapadas na cara.

(ENT_07)

Comportamentos aliados à punição:

A instituição chamava-se “Arte” era uma associação de respostas terapêuticas e era de regime fechado. Tinha 60 ou 70 jovens, masculino e feminino. Estive lá um ano.

Era longe, muito fechado, não tinha liberdade. Fazia lembrar a cadeia. Tinha grades nas janelas. As portas eram fechadas. Havia controlo nos objetos, nem isqueiros podíamos ter, embora não existia castigo se fôssemos apanhados. Inicialmente davam uma lata de tabaco, mas depois houve problemas por causa do tabaco, as pessoas pedem...

Só pensava vou ter que me portar bem, para sair daqui.

(ENT_03)

Como refere Gomes (2010, cit.in Pinheiro, 2012) no primeiro dia de acolhimento é importante que o menor seja acompanhado pelo técnico que encaminhou a situação e, se aconselhável, pela sua família. É importante que sejam igualmente transmitidos os seus hábitos, gostos, entre outros (Pinheiro, 2012, p. 35)

A apresentação do espaço físico da instituição é realizada pelo técnico que recebe a criança ou jovem. Na sua maioria, os jovens entrevistados recordam a presença desse profissional (diretores ou técnicos) no percurso da visita institucional.

*Fui recebido por monitores, os doutores e colegas. Levaram-me para uma sala e disseram-me as regras, mostraram-me a casa. Fiquei bem, era para ser 2 ou 3 meses, mas fiquei mais.
Eu aprendi a tocar viola com os monitores. Os profissionais eram amigos, humildes, com personalidades diferentes. Chateeí-me lá com um monitor, deu-me um estalo na cara.*

(ENT_10)

2.2 O dia-a-dia na instituição

As estruturas residências apesar do seu progresso ser significativo, ainda se encontram pouco focadas no desenvolvimento de novos modelos de intervenção (projeto institucional dinamizador, orientador, que respeite a individualidade e privacidade das crianças e jovens que acolhem). Através do Manual de boas práticas é possível compreender que os estudos já realizados pretendem contribuir para o desenvolvimento de um projeto institucional, que defina determinadas condutas (práticas estruturadas em princípios éticos de respeito) extensa a todos os profissionais, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das crianças e jovens acolhidas. Assim sendo, os órgãos diretivos devem promover a avaliação da sua estrutura de forma regular e contínua, de modo a proporcionar a qualidade de vida dos residentes e entre colaboradores. Ao nível interno, a organização deve elaborar questionários (residentes e familiares), que permitam a todos os membros participar na avaliação da estrutura residencial e dos serviços prestados. Os resultados devem ser relevantes na implementação das mudanças que se mostrem necessárias. Ao nível externo a avaliação por uma entidade devidamente certificada é fundamental para o conhecimento da própria estrutura e o seu grau de qualidade, na adoção das medidas adequadas para detetar e corrigir lacunas e melhorar as condutas institucionais (Manual de Boas Práticas, 2003, pp. 176-177).

Ao adotar as medidas do manual de boas práticas, as instituições promovem o bem-estar e o desenvolvimento individual dos utilizadores e melhoria das práticas profissionais.

2.2.1 A relação dos adultos com as crianças e jovens

O tema da socialização das crianças institucionalizadas pode variar de acordo com os fatores envolvidos no percurso de vida de cada jovem. De acordo com os jovens, um dos elementos

decisivos no sucesso do desenvolvimento das crianças institucionalizadas é a relação que estabelecem com os seus cuidadores. Relembrando a teoria de Goffman, percebemos que o seu conceito de instituições totais é, em alguns aspetos, diferente das casas de acolhimento. Podemos verificar que os seus utilizadores já não coincidem com o perfil apresentado pelo autor (crianças abandonadas), que já não podem ser de regime fechado e que as crianças já devem ser levadas para o exterior: escola, centros de formação profissional e associações da comunidade.

Se as casas de acolhimento têm como objetivo proporcionar às crianças uma proximidade a um ambiente familiar, muitos lares continuam a adotar procedimentos institucionais que provam o contrário, pois a sua filosofia e organização não atentam na individualidade de cada criança (não respeitam a sua vontade), tal como verificou Alves (2007, p.144) no seu estudo nos 7 Lares.

Como verificou Neves (2008) esta situação deve-se ao facto de ainda existirem poucos funcionários para um grande número de crianças acolhidas, nas poucas sessões de formação junto dos técnicos e monitores, na escassez de promoção de atividades e nas relações de cooperação profissional e institucional, o que leva à falta de motivação no exercício da função (Neves, 2008, p. 87).

Como constatou Alves (2007), na instituição o vínculo é estabelecido através de uma relação profissional, ou seja, pela prestação de um serviço à criança. As relações são mediadas de acordo com a formação académica dos adultos e com a sua interação com as crianças, que, frequentemente envolve a utilização do título do profissional na forma de tratamento (*Dr. Educador*) (Alves S. N., 2007, p. 151).

No que se refere à vida quotidiana na instituição, os jovens entrevistados descreveram o que se passou no seu interior, bem como as suas alterações ao longo do tempo. É possível organizar o discurso sobre o dia-a-dia de acordo com diversos parâmetros, os quais se relacionam entre si em determinados momentos.

2.2.1 Regras

O discurso dos jovens, no que se refere à organização interna das instituições que frequentaram por um período de tempo, vai no sentido de reforçar o equilíbrio emocional, uma vez que é através da definição de regras e rotinas que a criança ou jovem desenvolve a sua autonomia.

Ser educada e bem comportada. A higiene... A comida não se estragava, e ficavam chateadas se vissem pão no chão...Estudar...

Podíamos sair quando atingíssemos a idade. Cheguei a ir a pé com as minhas amigas.

Comecei a namorar com o meu marido quando estava no Lar. Ficava uma irmã responsável para depois me abrir a porta, tinha que cumprir as horas que diziam.

(ENT_08)

Como verificou Alves (2007), na instituição as regras são escritas e geralmente encontram-se no regulamento interno. É a partir daqui que ocorre rigor e formalidade na sua imposição, bem como a sua transversalidade a todas as idades (Alves S. N., 2007, p. 154). Contudo, e de acordo com os jovens entrevistados, as regras na instituição não eram iguais para todos.

2.2.2 O Incumprimento das regras

Na família, um comportamento não aceite é uma preocupação para os pais, que tentam, através da disciplina, estabelecer limites para que tal atitude não se torne a repetir. Os limites fazem parte da construção de um indivíduo e é através destes que a criança constrói a sua personalidade. Contudo, é um facto que a criança aprende por imitação e, portanto, a coerência é fundamental. De acordo com os jovens entrevistados, o incumprimento das regras tinha consequências negativas, desde não ir a casa no fim-de-semana, o acréscimo de tarefas, ficar sem semanada e ficar sem atividades de lazer, nomeadamente ver televisão e ficar sem telemóvel.

Não podíamos ter telemóvel e dar o telemóvel à noite era castigo! Eu escondia debaixo da cama, nos colchões, no guarda-vestidos, elas apanhavam sempre, mas eu tinha 2 telemóveis.

Se não cumprisse limpava talheres e lavava a loiça, limpava as escadas...ahhh e não ia a casa ao fim-de-semana.

(ENT_09)

Fugia muitas vezes e depois tiravam-me o telemóvel, a semanada descia (1-10euros), baixava os níveis, trancavam a porta à noite...

(ENT_05)

Os castigos era ficar sem a semanada, sem TV, sem playstation, não sair do quarto e não sair de casa (pior castigo)!

(ENT_02)

De acordo com os jovens, a implementação de regras na instituição é fundamental no desenvolvimento da criança. Em termos disciplinares, as regras na instituição foram “boas”, uma vez que, para os jovens, as estratégias tinham como objetivo reforçar comportamentos positivos, especialmente através de ferramentas de autorregulação do seu próprio comportamento e através de mecanismos de aprendizagem social.

Na sua maioria, os jovens referem que essas regras foram muito importantes, ainda que outros recordem momentos em que as regras eram um dos motivos para a sua fuga.

2.2.3 Fugas

Para Goffman, existem 3 tipos de espaços nas instituições totais: a) o espaço para lá dos limites do interno; b) o espaço de vigilância, na qual o interno está constantemente sob a supervisão e autoridade dos funcionários da instituição; c) o espaço não regulado pela autoridade normal da equipa dirigente.

A escolha do indivíduo é em função das normas da instituição, no que se refere à hora de acordar, deitar, comer, com quem interagir e como se expressar (Goffman, 1961, p. 189). Aqui as estratégias de adaptação empregues pelos utilizadores relacionava-se com a acomodação aos processos de admissão, mortificação e ao sistema de privilégios. De acordo com o autor (cit.in Benelli,2014) o indivíduo que não se adapta a este sistema de adaptação secundária (punição, privilégio) vê na fuga uma forma de subjeção às regras da instituição, demonstrando ser um sujeito autónomo (Benelli, 2014, p. 40).

Alguns jovens associam os períodos de fuga às saudades de casa, referindo que não suportavam as regras da instituição.

Fugi do colégio várias vezes (4 ou 5 vezes), o que me prejudicou. Quando estava no quarto abria a janela (foi arranjada uma vez mas arranjei forma de a abrir) de noite ou de dia, e saltava do muro. Fugia de comboio para Santo Tirso, mas estava sempre atento aos “picas”, se aparecessem saía e ia para outro comboio.

Fugia para casa da minha mãe, e ela encobria-me. A polícia vinha buscar-me levavam-me mas eu fugia novamente.

(ENT_05)

Fugi da casa, foi por causa do tribunal, não estava a ser correto. Disse que no início era 6 meses, depois passou um ano, dois anos...Andei a portar-me bem e mentiram-me... Foi a polícia que me apanhou...

Mas não foi só uma vez que fugi, ia para a escola, depois aparecia passado 3 dias...

Quando fugia vinha para casa dos meus pais, eles não ligavam, porque não queriam o meu mal!

Os técnicos conversavam comigo, alertavam, porque eu podia ser transferido.

(ENT_03)

2.2.4 Comunicação e diálogo sobre as regras

Numa instituição as regras têm que ser compreendidas como necessárias. Para tal, deve-se contar com a participação do grupo na sua elaboração, revisão e adaptação. É possível verificar, em algumas instituições, a existência de assembleias mensais, nas quais todas as crianças, jovens e adultos discutem as regras da casa de acolhimento.

Alves (2007) verificou que num dos LIJ não existia qualquer formalidade no que se refere à fixação de escalas de divisão de tarefas, ou até mesmo à aprendizagem de regras (sessão formal de esclarecimento), o que, para a autora, pode resultar em problemas sérios para a própria estrutura (Alves S. N., 2007, p. 157).

De acordo com os relatos de alguns jovens, existia uma preocupação por parte dos técnicos em ouvir os jovens, nomeadamente no que diz respeito às regras ou abertura de novas ideologias, momentos esses que eram positivos e altamente marcados pela negociação e incentivo da responsabilidade de todos os intervenientes.

Fazíamos acordos.

(ENT_03)

*As reuniões de grupo eram todas as segundas-feiras. Nas reuniões falava-se em como correu a semana. Estavam lá a diretora, psicóloga, os técnicos, monitores e jovens
Também havia conversas individuais.*

(ENT_02)

2.2.5 A importância das regras na vida dos jovens

Analisando os discursos dos jovens, verifica-se algumas vantagens atribuídas às regras da instituição, uma vez que foi no cumprimento destas que surgiu a autonomia necessária para sobreviver a um mundo externo, como é o caso do emprego, que é organizado por regras. Os jovens entrevistados referem que as regras foram muito importantes e que sem elas não conseguiam viver em sociedade.

Eles ensinavam a realidade cá fora, lidar 1 dia mais tarde ao nível de trabalho e outras tarefas, mas nunca explicaram o porquê das rotinas.

(ENT_05)

Sem isso tudo e, se eu tivesse sempre com a minha mãe, eu não seria a pessoa que sou.

(ENT_08)

Contudo, há relatos de jovens que se dizem injustiçados, uma vez que estas regras não eram comuns a todos os que lá habitavam. De acordo com os jovens, existia uma certa tolerância em relação ao comportamento de alguns elementos.

(..) Outro dos casos era por exemplo 3 ou 4 jovens que se portavam bem tinham muitas tarefas os que tinham comportamentos muito piores, só tinham uma tarefa! Muitos jovens que tinham 3 ou 4 tarefas tinham que fazer a tarefa dos outros que não queriam fazer. Eles tinham castigo fazer ainda mais tarefas, mas não resultava...

(ENT_04)

Não havia igualdade para todos...

(ENT_07)

As atividades exteriores à instituição são consideradas enquanto prémio pelo bom comportamento e por terem aproveitamento escolar.

Em 2014 fui para o Brasil e o ano passado fui para a Eslováquia, foi através de uma associação fora da instituição, onde eu participava em algumas atividades. Eles falaram com a direção e eu como tinha bom comportamento fui.

(ENT_04)

2.2.6 Rotinas

Após a chegada à instituição, os jovens são elucidados acerca das regras, bem como das rotinas da instituição. Por sua vez, os jovens vão tomando conhecimento das mesmas no dia-a-dia da instituição. Embora não as aceitassem de bom grado, os jovens admitem que estas são muito úteis na atualidade.

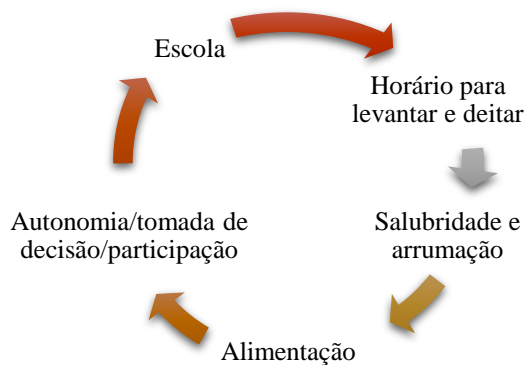


Figura 7 – Rotina Diária
Fonte: Produção do próprio autor

a) Horário para levantar e deitar

De acordo com o manual de boas práticas, os horários de uma estrutura são fundamentais para um funcionamento adequado e para a definição de rotinas, uma vez que desempenham um papel importante no equilíbrio da criança ou jovem. Saber o que se tem que fazer diariamente contribui para o equilíbrio emocional e para a vontade de construir algo com maior durabilidade. Este facto deve ser explicado às crianças e jovens institucionalizadas, uma vez que visa aumentar as suas opções de escolha (Manual de Boas Práticas, 2003, p. 112).

As rotinas individuais organizam-se maioritariamente em função da rotina institucional. Geralmente, esta situação sucede devido a toda uma gestão da instituição, nomeadamente o horário de funcionamento da cozinha, que termina de servir os pequenos-almoços a uma determinada hora, para a seguir iniciar o almoço. Tendencialmente, as rotinas mantêm-se aos fins-de-semana, não permitindo às crianças e jovens o merecido descanso de uma semana de aulas ou “trabalho”.

Das 7:00 às 7:30- hora de levantar, duche (era de manhã e à noite), fazer a cama e tomávamos o pequeno-almoço, depois às 8:00 íamos para a escola.

O meu almoço era no colégio... depois via tv... havia um espaço próprio para estudar, antes do jantar um monitor ou uma voluntária (gostava dela) ajudava no TPC, tomávamos um duche e íamos jantar, íamos para a cama às 22h.

(ENT_05)

b) Salubridade e arrumação

No interior de uma casa de família os espaços são, na sua maioria, mais limitados e com menos divisões que uma casa de acolhimento. Por outro lado, na instituição a identificação das divisões é estabelecida através de sinaléticas (escadas, extintores, alarmes, saídas). São maioritariamente espaços grandes e com mais divisões (Alves S. N., 2007, p. 159). A higiene e o cuidado dos espaços comuns consiste na realização de tarefas domésticas por parte das crianças, uma vez que desenvolve o sentimento de pertença e de responsabilidade pelo seu próprio espaço (Barbas, 2014, p. 43).

*Às 7h era hora de levantar, tirando o fim-de-semana, tocava o sino e tomávamos o pequeno-almoço.
Às 7:30 levantávamos a louça, fazíamos a cama, lavar a cara e escovávamos os dentes, e íamos
preparar a mochila, mas cada um tinha a sua rotina.*

(ENT_08)

c) Alimentação

De acordo com o manual de boas práticas, o momento da refeição deve ser considerado agradável para todos, devendo evitar-se que a criança ou jovem se sinta diminuída na sua dignidade. Os adultos presentes devem intervir sempre que considerarem necessário e não devem tomar partido, desenvolvendo particularidades como o respeito, entreajuda e a partilha. Mas se a refeição exige calma, é fundamental que promova também o bom humor e descontração. Os profissionais devem ser rigorosos no que se refere ao desenvolvimento de hábitos, nomeadamente o de pôr a mesa, o uso dos talheres, o uso do guardanapo, educar a criança ou jovem a pedir alguma coisa e o respeito pelos outros, como por exemplo, não levantar os pratos antes de todos terminarem (Manual de Boas Práticas, 2003, p. 118).

Algumas raparigas almoçavam no colégio, eu depois da escola vinha almoçar ao colégio porque na escola pagava-se. Na hora de almoço havia 2 cozinheiras que o faziam, a mesa estava posta, os copos eram plásticos, a bebida era água, sumo à noite mas só de vez em quando, e os pratos eram de partir, as raparigas levantavam a mesa.

(ENT_06)

d) Autonomia-tomada de decisão/participação

É primordial que a criança ou jovem em acolhimento usufrua do direito de tomar decisões, particularmente no que se refere às dinâmicas internas e à organização institucional. Também deve ser promovida a sua inclusão junto da comunidade envolvente. A intervenção junto da comunidade deve ser desenvolvida através das rotinas diárias, associações desportivas e culturais e iniciativas comunitárias informais, promovendo, deste modo, o desenvolvimento de competências sociais e pessoais. O facto de uma instituição que acolhe crianças e jovens criar oportunidades de participação na vida social desenvolve, nos mesmos, a incorporação do sentido da responsabilidade. Esta deve ser uma forma de motivar as crianças e jovens a participar e até mesmo de as envolver no planeamento e divulgação das atividades. Sempre que possível, a comunidade deve ser igualmente convidada a colaborar em atividades organizadas pela instituição (Manual de Boas Práticas, 2003, p. 116).

O desporto (treino de artes marciais) era fora da instituição. Fiz muitos amigos lá, são hoje e sempre serão! Só jantava e dormia na instituição, andava sempre fora em atividades.

(ENT_04)

As casas de acolhimento de crianças e jovens em risco devem ser espaços que permitam a efetivação do direito à educação e à cultura, promovendo, assim, os instrumentos necessários à sua autonomia, e, inclusive, para a concretização do seu projeto de vida. Os profissionais devem estimular a criança ou jovem a ser responsável, nomeadamente na realização de tarefas que ele deseje e seja capaz (Manual de Boas Práticas, 2003).

O profissional que acompanha a criança ou jovem desempenha uma função que poderá ser de maior importância ao nível do desenvolvimento das capacidades de autonomia e sociais.

Às 8:00h saímos de casa para ir para a escola. Adorava passear em grupo, em vez de ir para a escola. Dependente do horário escolar eram realizadas as tarefas, no apoio ao almoço ou jantar.

(ENT_02)

Quando as crianças estão disponíveis, constroem e desenvolvem por si mesmas as expectativas e projetos. A autonomia é alcançada através de um processo de individualização, no qual a construção de identidade social é primordial. Esta identidade engloba três níveis distintos:

- Cognitivo, que se refere à capacidade de fazer as suas próprias escolhas, refletindo sobre as suas ações e sobre o modo como estabelecem os seus objetivos de vida;
- Emocional, que está relacionado com a aptidão para definir metas por sua livre vontade, independentemente das intenções e desejos por parte de outrem;
- Funcional, que se refere à tomada de decisões e à resolução das situações por si próprio, as quais materializam em ações os seus pensamentos, sentimentos e emoções (Vayer, Maigre, & Coelho, 2003, p. 12).

2.2.7 Atividades desenvolvidas dentro e fora da instituição

Através do estudo de Alves (2007) é possível analisar o relato de uma pedagoga sobre a importância desta formalidade institucional no desenvolvimento das atividades. “Tínhamos aqueles meninos todos desocupados, partindo (tudo), e como é que os ocupávamos significativamente? (...) o problema aqui é descobrir quais as atividades que fazem significado e que não sejam repetição da escolaridade e dos tempos livres”. Nas instituições existe um plano

anual de atividades, o qual é formalizado e estruturado com atividades a desenvolver por todas as crianças e jovens acolhidos. Contudo, esta situação nem sempre é aceite pelas crianças e jovens, uma vez que pode representar uma ausência de tempo para si próprios (Alves S. N., 2007, p. 156). Efetivamente, alguns jovens (maioritariamente do sexo feminino) demonstraram não ter interesse pelas atividades promovidas pela instituição.

Havia atividades depois das aulas: balet, hip-hop era uma seca...

(ENT_06)

O desporto é considerado pelos jovens (sexo masculino) como uma atividade indispensável na instituição, uma vez que promove o bem-estar físico e psicológico, o espírito de equipa, transição de regras e disciplina (Barbas, 2014, p. 43).

Os jovens referem também ter outras ocupações informais, como jogar futebol, sendo que, para alguns, ainda hoje é um motivo para regressar ao colégio.

No que se refere às atividades alguns jovens alegam, que não eram obrigados a participar, contudo eram encorajados a colaborar.

Entrava nos jogos, futebol, gostava de ir à praia, gostava de ir ao rio, íamos sempre acompanhados pelo monitor. Não éramos obrigados a participar.

(ENT_05)

Jogávamos futebol, voleibol, andebol, tínhamos campo. Éramos obrigados a ir às atividades, era obrigado a ir à piscina, não podia estar no quarto, tínhamos que ir todos.

(ENT_07)

De outra forma, participávamos, ninguém gostava de estragar os momentos.

(ENT_09)

2.3 Atividades desenvolvidas nas férias ou épocas festivas

Apesar de alguns jovens saírem do colégio, demonstraram gostar muito das atividades desenvolvidas pela instituição nas épocas festivas, sendo sentidas com alegria e permitindo a partilha entre todos, no sentido da construção da comunidade.

Gostava do Natal, da Páscoa, enfeitávamos a casa, também tínhamos muitas atividades (dança, teatro) e cada grupo (dormitório) apresentava à família, eu só não passei o 1º ano, davam presentes (20 ou 25 euros para comprar o que queríamos), mas não havia mesada durante o ano.

(ENT_06)

Tínhamos ballet, dança, karaté, mas só no Natal é que existia espírito de equipa, levávamos familiares, até duas pessoas, ajudávamos na decoração, fazíamos peças de teatro, cantávamos, e

tínhamos as festas de aniversário, a irmã F. fazia sempre o bolo. Também tínhamos a festa do final do ano.

(ENT_09)

2.4 Trajetória escolar e profissional

Após a entrada na instituição, verificou-se um investimento significativo na evolução da escolaridade, incutido pelos encarregados de educação (Técnicos), através da proposta de frequência de cursos profissionais, adaptados ao gosto de cada um dos jovens.

Tabela 15 – Percurso Escolar e Profissional dos Jovens		
Jovens	Durante a institucionalização (escolar e profissional)	Após institucionalização (Trajetória profissional e profissão)
ENT_01	Ingressou no curso profissional (Jardinagem), com equivalência ao 9º ano.	Trabalha há cerca de dois meses na construção civil (servente de obras)
ENT_02	Frequentou a escola até ao 9º ano.	Trabalhou em várias empresas como motorista, ajudante de jardinagem (Suíça) e operador de armazém. (Atualmente trabalha como motorista de ligeiros na empresa do sogro)
ENT_03	Frequentou a escola até ao 9ºano. Trabalhou como ajudante em oficina de automóveis.	Desempregado
ENT_04	Frequentou dois cursos profissionais e uma academia durante os fins-de-semana, com frequência ao 12ºano.	Empregado de mesa em restaurante
ENT_05	Frequentou a escola até ao 6º ano.	Ajudante de mecânico
ENT_06	Tirou o curso de esteticista, com equivalência ao 9º. Frequentou o curso de auxiliar de saúde (3 anos). Trabalhou como empregada doméstica em casa particular.	Ajudante de cozinha
ENT_07	Integrou no curso Técnico de Apoio à Infância, com equivalência 12ºano. Trabalhou nas obras, sem o conhecimento do Lar.	Auxiliar de armazém
ENT_08	Trabalhou como cozinheira	Esteticista/ cosmetologia
ENT_09	Frequentou a escola até ao 6ºano.	Empregada de mesa em restaurante
ENT_10	Integrou o curso “ Reparador de Computadores” (3 anos), com equivalência ao 9.º ano.	Militar no exército português

Fonte: Produção do próprio autor

Através da tabela 15 é possível constatar que os jovens, após a sua entrada na instituição, deram continuidade ao seu percurso escolar. No entanto, e dada a dificuldade de aprendizagem, os jovens optaram, e com a devida concordância do seu encarregado de educação, por seguir cursos de formação profissional.

2.5 Visitas a familiares aos fins-de-semana, épocas festivas e período de férias

As visitas não eram só realizadas em contexto institucional, os jovens também saíam para períodos de fim-de-semana, épocas festivas ou períodos de férias.

No que se refere à família, para Neves (2008), existem determinados elementos que são fundamentais e importantes, motivo pelo qual é crucial compreendê-los. De facto, os jovens são originários de famílias pouco estruturadas, com baixos rendimentos e ligações frágeis com o mercado de trabalho. Tal como é enfatizado por Neves (2008) existem algumas situações extremas, nas quais o jovem pode estar mais de um ano sem qualquer visita familiar, devido, essencialmente, ao facto de as famílias não terem qualquer apoio financeiro na sua deslocação ao lar (Neves, 2008, p. 181). Os jovens entrevistados demonstram sentimentos contraditórios em relação aos pais, sentindo-se abandonados em crianças, mas acolhidos aquando da sua saída da instituição. Referem que enquanto estiveram institucionalizados não foram muitas as vezes que os pais os foram visitar, o que demonstra uma falta de responsabilidade e proteção paternal.

Ninguém me visitava. A minha mãe ia de longe-a-longe. Quando ela ia lá eu partia sempre alguma coisa, ela só ia para me perturbar. Dizia que não queria que eu saísse de lá. Fazia promessas (mãe) que não cumpria, dizia que ia passar lá no fim-de-semana e depois não apreciava.

(ENT_09)

O meu pai foi lá ver-me duas vezes em 4 anos, a visita era sempre acompanhada pela Dr.ª T. e eu não o queria ouvir. Ele dizia-me que se voltasse para casa era para estar fechado todos os dias, de manhã à noite.

(ENT_02)

Os jovens entrevistados referem não compreender se existiam regras no que se refere às visitas dos familiares, embora soubessem que a família era sempre convidada.

Na primeira vez (instituição) a avó e pai podiam visitar-me a qualquer hora.

(ENT_08)

Cheguei a passar uma tarde lá com os meus padrinhos.

(ENT_10)

Os profissionais da instituição devem promover relações de amizade entre os jovens. Contudo, cada caso deve ser avaliado individualmente, quer na perspetiva do próprio que convida (se sente à vontade, se sabe eventuais riscos que pode correr ao “expor-se” e se sabe controlar os amigos para que se mantenham dentro das regras de funcionamento da casa), quer na perspetiva dos amigos (o que esperam, o que sabem eles da realidade e do modo de funcionamento da estrutura residencial, eventuais problemas e incompatibilidades com outros jovens, etc.).

As visitas devem ser pensadas de forma a minimizar os efeitos negativos da institucionalização (Manual de Boas Práticas, 2003, p. 117).

As visitas de colegas que não pertenciam à instituição são relatadas pelos jovens como não sendo habituais, mas que se sentiam à vontade para o fazerem, se quisessem convidá-los.

Tive doente 3 dias com febre e as colegas do curso foram lá visitar, mas podiam ir quando quisessem.

(ENT_06)

Colegas podiam ir ao Lar, mas tínhamos que avisar.

(ENT_08)

2.6 Períodos fora da instituição

Como verificou Neves (2008), as férias constituem um momento privilegiado na relação entre a criança ou jovem e a respetiva família. Esse momento origina a alteração do dia-a-dia das crianças ou jovens acolhidos. O autor refere que o período que aproxima o período de férias aumenta a ansiedade e desencadeia comportamentos agressivos. Por sua vez, o controlo institucional vai diminuindo à medida que se aproxima o primeiro dia de férias, “num processo também semelhante ao do aluno que, nos últimos dias de escola, vê com outros olhos e, por isso, se comporta de um modo menos contido: como se agora já não houvesse nada a perder” (Neves, 2008, p. 181).

Contudo, o regresso à família, tanto nas férias como nos fins-de-semana, resulta, na maioria das vezes, numa ausência de supervisão e num retrocesso na vida do jovem (Neves, 2008, p. 181).

Voltava ao Domingo à noite ao colégio, sentia logo que perdia a minha liberdade.

(ENT_05)

2.6.1 Fins-de-semana

Se há momentos em que os jovens entrevistados referem não lhes agradar o seu percurso institucional, houve outros em que admitiram iniciar más condutas que lhes trariam consequências negativas posteriormente. O “vir a casa” era sinal de perigo.

Eram passados na casa da minha mãe, em Cedofeita, no apartamento. Ela vivia com o meu avô e a mulher dele foi para um lar... comecei a conhecer pessoal que na altura identificava-me, sentia-me bem. Fumava ganzas, agora já é pólen, mas na altura era mais servido, era melhor e sentia-me em paz com todos.

(ENT_10)

2.6.2 Época de férias

A época de férias pode ser passada em dois locais:

- Contexto Institucional- Os jovens entrevistados demonstram uma grande satisfação no que se refere ao período de férias, nomeadamente às atividades desenvolvidas.

As férias eram passadas em pousadas, ia para colónias de férias com outros jovens de outras instituições, tínhamos atividades (praia, piscina, visitas, jogos), jogávamos futebol contra outros colégios. Passávamos 1 ou 2 semanas com a família, se quiséssemos.

(ENT_10)

As férias era ir à praia, ir a retiros com as irmãs (casa com piscina), fazíamos atividades (jogos de futebol, voleibol...), almoçávamos juntas, fazíamos caminhadas, pregávamos partidas às irmãs. Na casa o quarto era enorme, dormíamos todas. Íamos a Fátima, tínhamos passeios de camionetas. Quem ficava estava sempre a passear!

(ENT_08)

- Contexto Familiar- Embora os jovens frequentassem a instituição no período de férias, estas também eram partilhadas com a família.

Estava com os meus tios nas férias e também passava uma parte na instituição (íamos acampar, praia, piscina). Alguns jovens nas férias iam para a família.

(ENT_04)

Ia com a minha madrastra para a praia, ia ao centro comercial ou brincava com a minha irmã. Também ia para a praia com a minha irmã, mas como ela trabalhava tinha pouco tempo.

(ENT_06)

2.7 Vida pessoal e relacional

Enquanto na família existe a partilha do espaço com um número pequeno de elementos, na instituição há um grupo alargado de adultos responsáveis em rotatividade. Alves (2007) constatou, através do seu estudo em alguns lares, a existência de algumas estratégias, tais como: elementos estáveis de suporte emocional e efetivo, quadro de pessoal em igual número de crianças e jovens acolhidos, que trazem benefícios na construção da identidade das crianças/jovens e que aproximam a vida da instituição ao ambiente familiar (Alves S. N., 2007, p. 153).

Como defende Gomes (2010, cit. in Pinheiro, 2012), a criança institucionalizada deve ter os mesmos direitos que as outras crianças, o que deve ser conhecido por todos os profissionais, uma vez que estes são considerados como sendo agentes de confiança e segurança (Pinheiro, 2012, p. 27).

Os jovens, de um modo geral, sentem saudade dos adultos com quem interagiram durante o período de institucionalização, dentro e fora da instituição (professores, voluntários, etc.). Contudo, é em relação aos adultos da instituição, incluindo os técnicos, em que é evidente este sentimento de satisfação.

Gostava da irmã F., ela servia o lanche, era inocente, boa pessoa, gostava de nós, muito carinhosa, lembrava-me da minha mãe.

A S. (monitora) era responsável pelo dormitório, ajudava a estudar, via se estávamos a dormir, preocupava-se...

(ENT_06)

As pessoas mais importantes, nesta altura foram: Dr. P., toda a gente dizia que eu era a menina dele, ele impedia-me de fazer asneiras com a palavra dele, criticava-me e entendia a minha frustração; a El. que só vinha aos fins-de-semanas era uma 2ª mãe e a porteira que era a vovó, era querida.

(ENT_09)

O desenvolvimento humano ocorre através de processos de interação recíproca. Bronfenbrenner, na sua teoria do desenvolvimento humano, defende que tanto os componentes hereditários como os ambientais são fundamentais para o desenvolvimento humano, considerando todo o contexto global ou “ambiente ecológico”, no qual ocorre o desenvolvimento, no contexto em que o indivíduo está integrado.

É o processo através do qual a pessoa em crescimento adquire uma conceção mais expandida, mas diferenciada e mais válida do ambiente ecológico, tornando-se, deste modo, motivada e

capacitada para se envolver em atividades que revelam as suas propriedades, sustentam ou reestruturam esse ambiente em níveis de maior complexidade (Bronfenbrenner, 2009, p. 4). Dado que os jovens são influenciados, diretamente ou indiretamente, pelo ambiente em que estão integrados, é fundamental compreender a importância dos funcionários no contexto da instituição, uma vez que estes constituem os mecanismos primários no desenvolvimento destes jovens (microsistema).

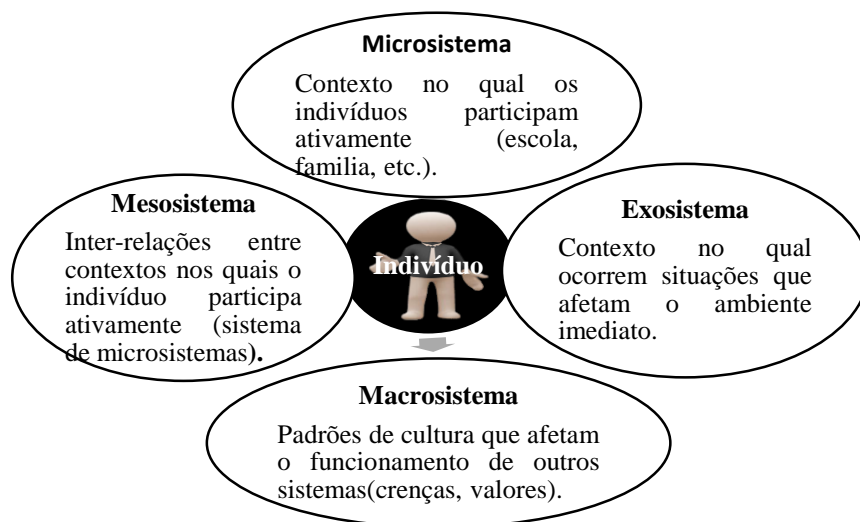


Figura 8 – Teoria ecológica do desenvolvimento humano

Fonte: (Bronfenbrenner, 2009, p. 13)

De acordo com os relatos dos jovens, no lar, existiam alguns funcionários, nomeadamente técnicos menos competentes para exercer a função, sobretudo no que se refere à partilha de afeto, carinho, acompanhamento e dedicação no exercício da profissão.

Uma auxiliar/monitora que dava apoio no estudo, eu gostava dela mas tinha dupla personalidade. Não tinha problemas em bater, mas como desempenhava bem a função dela, ficava...

(ENT_08)

O técnico ia levar-nos e buscar-nos à escola, eu gostava dele, mas os meus colegas não gostavam, ele batia mesmo não fazia festinhas, pegava nos jovens e andava à volta com eles, e atirava-os. Mas ele também tinha atitudes boas, uma vez eu fui a uma visita de estudo, mas como a comida estava fora da validade, ele foi ao banco e deu-me 10 euros...

(ENT_07)

Tinha boa relação com a equipa à exceção de um profissional, que rapou-me o cabelo. Este profissional que eu não gostava, trabalha hoje numa bomba de gasolina e faz de conta que não me conhece!

(ENT_02)

Não gostava de um monitor, era rude, chamava muitas vezes à atenção, não o considerava para meu bem, levantava muito a voz.

Gostava da monitora N.C., era meiga.

(ENT_05)

As instituições assentam nas relações a que as crianças estão sujeitas, pois elas proporcionam imagens de referência e constituem-se em modelos de elaboração de conflitos e de resolução de problemas. É através destas que a criança desenvolve a capacidade para lidar com adversidades, potenciando os devidos recursos para que consiga, de um modo autónomo, gerir a sua vida. Strecht enumera alguns dos requisitos relacionais, especialmente quando observa (no contacto com crianças institucionalizadas) as condições de funcionamento das instituições de acolhimento:

- Expetativas positivas no que se refere ao potencial evolutivo de todas as crianças;
- Reconhecimento, compreensão e minimização das dificuldades intrapsíquicas das crianças institucionalizadas;
- O respeito pela sua essência;
- A criação de relações interpessoais de qualidade, com potencial terapêutico;
- Valorização de aspetos positivos da origem das crianças (Strecht, 2003, p. 100).

Estes requisitos devem ser cultivados através da construção de relações entre adultos e crianças, sujeitas aos princípios educativos e proporcionando experiências de segurança, de satisfação, personalização, autodeterminação e de referência.

Estas tarefas são importantes, na medida em que garantem a qualidade humana e técnica dos profissionais que trabalham com estas crianças. Ainda hoje está presente a relação que os jovens entrevistados construíram com alguns profissionais da instituição, nomeadamente os técnicos.

O Dr. H. é simpático e preocupa-se connosco. Liga-me quase todos os dias, mas eu mando sms para ele pagar.

(ENT_01)

O Dr.H. (técnico) mostra que gosta de nós, é um pai, uma referência para mim, dá-me conselhos, preocupa-se e convida-me para as atividades.

(ENT_04)

Só mantenho contacto com Dr. R. é como um pai, é meigo, sabe brincar, mas também sabe falar a sério, eu sei que posso contar com ele.

(ENT_07)

Na sua maioria, os jovens referem ter uma forte ligação com o técnico. Relatam episódios, nos quais falavam das suas experiências, nomeadamente os seus êxitos e suas

deceções, dos seus medos, ansiedades, sofrimentos e alegrias. Para eles, os técnicos demonstravam respeito ao escutá-los, ao encorajá-los, ao estimulá-los, e ao ajudá-los a lutar pelo que ambicionavam. Para os jovens, esta situação ocorria no decorrer do período da institucionalização, bem como na sua saída.

2.7.1 Relação com colegas

Enquanto na família a criança imita determinado comportamento da figura de referência, na instituição verifica-se que, devido a um reduzido número de funcionários, as crianças normalmente imitam o comportamento dos colegas mais velhos (Alves S. N., 2007, p. 152).

É na interação com os seus pares que a criança constrói novas habilidades sociais e se familiariza com normas e processos sociais envolvidos nas relações interpessoais, sendo que ao surgirem problemas precocemente, pode-se verificar um impacto negativo no desenvolvimento social e emocional a longo prazo. Esta dificuldade, vivenciada de forma precoce, traz consigo uma diversidade de questões, nomeadamente a evasão escolar, delinquência e problemas de nível emocional (solidão, depressão, ansiedade) (Boivin, 2015, p. 1).

Os conflitos devem ser resolvidos ou praticamente evitados. Os adultos presentes devem intervir sempre que considerarem necessário e não devem tomar partido, desenvolvendo valores como o respeito, entreajuda e a partilha (Manual de Boas Práticas, 2003, p. 116).

Em relação aos colegas, alguns jovens entrevistados demonstraram alguma revolta. Referem situações de desagrado quanto ao modo como estes se manifestavam perante os outros e mostraram que o conflito, traduzido através da agressividade, esteve presente em alguns momentos.

Havia violência entre colegas, alguns tentavam ficar por cima, era a lei do mais forte.

O Dr. H. era o mediador, metia-se no meio para separar, dizia para comunicarmos.

Eles (colegas) faziam barulho a meio da noite, ligavam a música. Diziam que se fosse contar batiam-me.

(ENT_02)

Não falava com os colegas, faziam muitas asneiras, não conseguia falar, qualquer coisa partiam para a violência, havia alguns calmos.

Não havia controlo de objetos, uma vez um deu uma facada no outro, ainda estava lá mas não assisti. A instituição fez queixa à polícia e o agressor teve que cumprir um serviço comunitário, mas

a situação voltou. A instituição que estive não era lugar para estes jovens (viveram na rua) eram centros educativos, mesmo assim não iam aprender, mas conheço casos de sucessos.

(ENT_04)

As relações sociais são importantes na vida quotidiana, uma vez que estas são alimentadas pelo carinho, respeito, reconhecimento, amizade, compreensão e amor recebido. A criança que é retirada do contexto familiar tem que construir, na instituição, uma rede de relações com os outros, nomeadamente os adultos da instituição (gestores e profissionais) e com outras crianças (Manual de Boas Práticas, 2003, p. 113).

No período do acolhimento os amigos são, sobretudo, o mais importante, uma vez que estes jovens partilham algo que é comum a todos: a ausência da família.

Tinha boa relação com colegas do dormitório. A L. tinha 5 anos quando foi para o lar, ela estava sempre lá não tinha família, eu sentia-me responsável por ela. Ela gostava de mim, sentia falta da mãe, eu dava uma ordem ela obedecia.

(ENT_06)

Relação razoável com os colegas. O meu colega João picávamo-nos um ao outro, andávamos à “porrada” e os monitores separavam-nos, depois passados 2 ou 3 dias conversávamos. No quarto os colegas tiravam os cobertores, era na brincadeira.

(ENT_05)

Os colegas receberam-me bem, acolheram-me... Sempre me respeitaram... Um ou outro colega é que partilhou a história dele.

(ENT_04)

A relação entre irmãos tende a ser duradoura e íntima, sendo através desta que a criança desenvolve a compreensão sobre o outro, emoções, pensamentos, intenções e crenças. De acordo com os jovens, a relação torna-se ainda mais forte quando se tem irmãos biológicos na mesma instituição.

Quando a minha irmã (da parte de pai) foi embora pior! Fomos com um objetivo as 3, era sair as 3, trabalhar e arranjar uma casa, ela desistiu de nós. Foi 1 ano para Espanha e ficamos magoadas, mas depois ela ia visitar...

(ENT_06)

2.7.2 Sentimentos em relação à instituição

A casa de acolhimento define-se enquanto resposta social, tendo sido concebida em equipamento e indicada ao acolhimento de crianças e jovens entre os 0 e os 25 anos (apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional) com necessidades

educativas específicas. São instituições que acolhem crianças que foram retiradas do seio familiar por motivos de abandono (entregues a si mesmos), situações de orfandade, exposição a comportamentos desviantes, abuso sexual e rejeição da criança por parte dos seus progenitores. Quando a criança está integrada num ambiente de violência, poderá ter o seu desenvolvimento comprometido. Sendo assim, devem ser salvaguardadas as suas necessidades, contribuindo para a sua autonomia e o seu bem-estar. O tempo de referência está relacionado com o projeto de vida definido pelos menores, uma vez que podem permanecer até alcançar a maioridade ou até à criação de estruturas pessoais que salvaguardem a sua integração social. Apesar das contrariedades que estes jovens possam ter vivenciado no seu percurso institucional, estes reconhecem a importância que a institucionalização teve nas suas vidas. Para os jovens esta medida aplicada foi a mais profícua para o seu desenvolvimento.

Nunca entendi porque não podia estar com a família, mas agora percebo!

(ENT_08)

No colégio estava uma família. Quando tive uma depressão berrava, partia as coisas. A minha mãe inventava desculpas para não me ir buscar, mas as minhas colegas diziam que ela estava a trabalhar. Não era outra pessoa que fugia de mim! Sentia-me um peso na vida dela.

(ENT_09)

2.7.3 Melhores momentos e momentos difíceis

Através da figura 9 é possível verificar os melhores e piores momentos durante o período de acolhimento. Os piores momentos foram marcados pela incerteza do desconhecido, pela ausência da família, pela perda da segurança e pós-institucionalização. Os relatos destes jovens revelam que os projetos de vida traçados pela instituição são débeis por não potencializar a autonomia fora da instituição.

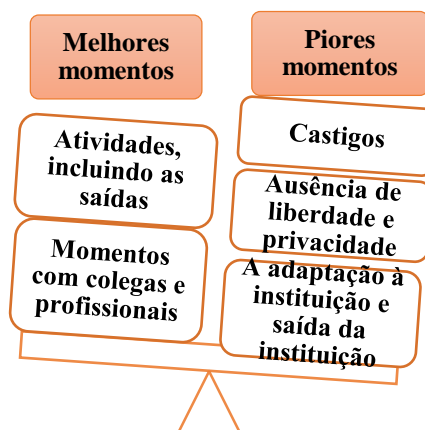


Figura 9 – Melhores e piores momentos vividos durante o percurso institucional

Fonte: Produção do próprio autor

O quadro teórico de Goffman (1987, cit.in Setton, 2002) é importante, uma vez que foi construído com base na análise a uma instituição total, tendo como finalidade explorar e compreender o *habitus* do internado em hospital. A organização destas instituições de acolhimento é diferente daquilo a que as crianças/jovens estavam habituados, nomeadamente, as normas, os valores, as rotinas e os horários. As tarefas e as atividades são desconhecidos para quem chega à instituição. Sendo uma nova realidade, este facto contribui para alterar o *habitus* das crianças e jovens, através de aspetos culturais diferentes daqueles em que foram socializados na família (Setton, 2002, p. 61).

Deste modo, o contacto destes jovens com esta nova realidade desencadeou sentimentos ambíguos.

Quando tive que sair (pior momento)! Fui habituado a estar toda a vida num colégio.

(ENT_07)

Em relação aos melhores momentos na instituição, os jovens entrevistados mencionam gostar das saídas, das atividades, dos colegas e dos monitores.

Os melhores momentos era quando saíamos todos!

(ENT_02)

2.7.4 Instituição enquanto meio familiar

Associada às características da sua faixa etária, a criança apresenta necessidades específicas que terão obrigatoriamente de ser sanadas pelos adultos responsáveis que as rodeiam ou, neste caso em concreto, pelos adultos da instituição que os acolhe. Mas, e como defende Canhão, os profissionais devem centrar-se também nos fatores potenciadores de resiliência e qualidade de vida, de modo a poderem definir um plano de intervenção individual, ou seja, centrado não só nas necessidades consideradas básicas, mas também nas necessidades intelectuais (Canhão, 2007, p. 11).

É na família que a criança aprende e incorpora valores, experiências afetivas, representações, juízos e expectativas, que a auxiliam na construção da sua identidade. É também no meio familiar que se desenvolvem marcas entre gerações e que são observados valores culturais. Mesmo de forma instável para a criança, a família é um espaço de referência preservado e idealizado, mesmo durante o período de acolhimento, no que se refere ao afeto, pertença, confiança e à liberdade (Alves S. N., 2007, p. 145).

Na instituição (devido ao grande número de crianças), a atenção por parte dos adultos acaba por estar comprometida, uma vez que existem outras crianças com necessidades idênticas.

Os jovens entrevistados referem que os profissionais pouco falavam da importância de uma família. Embora este facto não fosse transversal a todos os funcionários, para os jovens os técnicos eram a sua família, nomeadamente, no apoio ao nível de cuidados, emocional e social, em relação ao presente e ao futuro (estabelecer novas metas, encorajá-los a alcançá-las).

Eles eram uma família, gostava de ter um pai presente nos momentos mais críticos e uma mãe humilde e branda.

(ENT_10)

*A C.D.V é muito boa... Eles lutam pelos jovens, se o jovem não aproveita é burro!
Dá-nos a oportunidade de escolher se queríamos sair...*

(ENT_03)

O acolhimento institucional surge como resposta às necessidades da criança. É obrigação do Estado intervir, prestando-lhes o auxílio necessário através da promoção e proteção e salvaguardando os seus direitos (saúde, educação e segurança). É fundamental que se explique o motivo que conduziu a criança ou jovem ao acolhimento institucional, uma vez que são fundamentais na parte integrante e colaborativa do processo da institucionalização. Esta explicação não só deve ser transmitida à criança, como também à sua família (Ferreira T. P., 2013, p. 47).

A estrutura deve estar organizada de modo a que os profissionais considerem a individualidade da atitude, do querer e das necessidades de cada criança ou jovem. O profissional responsável deve possibilitar à criança ou jovem a sua vontade para se expressar em diferentes aspetos de organização e funcionamento da instituição (Manual de Boas Práticas, 2003, p. 146).

Na casa das famílias os espaços auferem condições de privacidade. Os jovens entrevistados mencionam que o espaço físico de que mais gostavam era o quarto (na sua maioria, o espaço preferido por todos), embora este fosse partilhado com colegas. Era decorado conforme o gosto do jovem, respeitando, assim, a sua individualidade.

Apesar de o Manual de Boas Práticas demonstrar a importância de a criança ou jovem exprimir a sua vontade na escolha do quarto, esta situação nem sempre se verifica, uma vez que os quartos, na sua maioria, são partilhados com outros colegas.



Figura 10 – Comportamento do profissional na adaptação da criança ou jovem à instituição

Fonte: (Produção do próprio autor)

Os jovens referem que cada um tinha um espaço seu (cama, mesinha de cabeceira, guarda-vestidos), decorado ao seu gosto, sendo o restante espaço (quarto todo) decorado com a ajuda dos técnicos (pintura, candeeiro geral), bem como as restantes divisões da instituição.

Tive alguns parceiros... Era um quarto com 4 jovens... Decorávamos o nosso quarto...Eu desenhava na parede...

(ENT_03)

Alguns jovens referem ter um ou dois colegas por quarto, apesar de esta situação não ser aplicável em todos os casos.

Dormia com 6 jovens e depois dormi num quarto só com mais 1 jovem. Mudavam os quartos por causa do comportamento de alguns jovens. Com ajuda dos técnicos decorávamos os quartos.

(ENT_04)

Todos os profissionais da instituição devem respeitar a privacidade e intimidade da criança ou jovem, nomeadamente na sua relação com os outros e nas questões pessoais e familiares (Manual de Boas Práticas, 2003, p. 110).

Existe ainda, por parte das instituições, dificuldades em criar condições de privacidade em espaços coletivos. Contudo, e de acordo com os jovens, existe um esforço para que os jovens tenham a sua intimidade quando necessário.

Quando questionados sobre a possibilidade de estarem sozinhos, de terem um espaço onde pudessem refletir sobre alguma questão que, de algum modo, interferisse com os seus pensamentos naquele dia, alguns jovens relatam momentos em que esse espaço era respeitado pela instituição.

Ficava no quarto para ficar sozinha e a S. (monitora) respeitava-me...

(ENT_06)

Podia estar sozinho, onde quisesse, pedia ao monitor, o quarto podia estar fechado e a porta da saída a rua estava sempre fechada, só com autorização...

(ENT_05)

Quando os colegas estavam na escola eu estava sozinho, ou ia dar uma volta ao centro comercial, ou caminhar, todos respeitavam isso...

(ENT_04)

Como podemos verificar através dos relatos dos jovens, as instituições empenham-se, no que se refere à privacidade dos jovens. Contudo, os desafios que se colocam na sua atuação interferem na resposta às suas necessidades. Para que as instituições consigam proporcionar espaços que garantam a privacidade plena dos jovens (quartos individuais), seria necessário criar uma base de apoios financeiros mais diversificados, na qual os recursos públicos sejam uma entre muitas fontes de financiamento.

É de destacar também a falta de existência de um espaço individual que permita à criança ou jovem ter direito à sua privacidade, sendo que, e muito pelo contrário, existem relatos de jovens que referem não se identificar com os jovens (problemáticos) com quem partilhavam o quarto.

Os jovens entrevistados aludem não mudar nada na instituição que os acolheu, referindo, inclusive, que a instituição que os acolheu tem melhorado ao longo do tempo e em benefício dos jovens.

Não mudava nada, eles dão-nos as margens todas.

(ENT_10)

No colégio agora já se pode fumar, na garagem tem saco de boxe, playstation que não tinha na altura, têm telemóveis e a porta está sempre aberta...

(ENT_05)

2.7.5 Sonhos

Os jovens entrevistados, enquanto estavam na instituição, sonhavam com o mundo exterior, embora o desconhecido fosse, para eles, assustador. Referem querer sair, construir a sua própria família, ter trabalho, ir à faculdade (1 entrevista) e encontrar os irmãos que foram adotados (1 entrevista). De um modo geral, sonhavam em ter a sua independência.

Poder encontrar os 3 meus irmãos que não conheço, até nos presentes de Natal, era o meu pedido.

(ENT_10)

Ter uma família, casa e trabalho... Não dever nada a ninguém!

(ENT_08)

No decorrer deste estudo foram abordados algumas particularidades sobre a realidade institucional das crianças e jovens. É importante realçar que cada jovem é diferente, com uma história de vida única, com necessidades diversas, o que leva a uma perceção e interpretação diferente do que se passa à sua volta. De acordo com os testemunhos, e ao contrário das Instituições Totais, estes espaços tentam garantir a interação social e comunicação de todos os intervenientes, ainda que nem sempre promovam uma relação afetiva.

Através das entrevistas é possível concluir que as instituições procuram implementar atividades pedagógicas que desenvolvam nos jovens competências necessárias após a institucionalização.

3. Representações sobre o percurso escolar e formação profissional durante a institucionalização

Neste tópico incluem-se as memórias dos jovens relativamente à situação escolar antes e durante a institucionalização: recordações da sua vida enquanto estudante, apreciação global enquanto aluno, nomeadamente as suas dificuldades no contexto escolar e em contexto de formação profissional. Os processos de atribuição de significado relativos à interação entre grupo de pares e professores será também adaptado a todo o contexto.

3.1 Percurso escolar antes da institucionalização

A escola é considerada uma instituição social educativa, sendo através dela que o indivíduo desenvolve a capacidade de participar conscientemente na sociedade que integra. Esta instituição tem a responsabilidade de criar um projeto pedagógico (com finalidade social) que possibilite às crianças e jovens o acesso aos conhecimentos já construídos e a elaboração de novas aprendizagens.

Sendo que o presente trabalho se constituiu a partir da análise dos discursos dos jovens, é possível compreender algumas características do seu percurso escolar quando estavam inseridos no contexto familiar, como podemos verificar na tabela 16.

O insucesso escolar traduz-se nas dificuldades que os alunos apresentam em realizar tarefas propostas, no abandono escolar precoce, na indisciplina e na violência (Correia, 2011, cit. in Monteiro D.F.,2014).

As causas do insucesso escolar podem surgir de vários fatores, designadamente:

- A nível do ambiente familiar e social;
- A nível do ambiente cultural;
- A nível da estrutura escolar;
- A nível das características individuais do aluno (Alves C. M., 2010, p. 38).

Tabela 16 – Frequência Obtida Antes da Institucionalização

Jovens	Nível de ensino que frequentou antes da Institucionalização
--------	---

ENT_01	5.º Ano
ENT_02	6.º Ano
ENT_03	5.º Ano
ENT_04	10.º Ano
ENT_05	5.º Ano
ENT_06	7.º Ano
ENT_07	0
ENT_08	3.º Ano
ENT_09	6.º Ano
ENT_10	3.º Ano

Fonte: Produção do próprio autor

Barroso (2003, cit.in Monteiro D.F., 2014) considera que a escola, de modo a atenuar o insucesso escolar, deveria desenvolver competências específicas para cada aluno (Monteiro D. F., 2014, p. 29).

Na sua generalidade, os jovens revelaram problemas no contexto escolar, nomeadamente dificuldades a nível de aprendizagem e do absentismo escolar.

*Estava no 6º ano, ia para o 7º ano quando entrei na instituição. Fui suspenso 2 vezes da escola.
Uma vez parti um vidro com 1 bola e a 2 vez fui buscar uma bola ao telhado.*

(ENT_02)

*Reprovei na 3ª classe, havia uma menina que me fazia mal e eu tive vergonha de dizer à minha mãe.
Nunca gostei dela, havia muita agitação.*

(ENT_08)

Tinha o 6º ano incompleto quando entrei na C.D.V, na primeira instituição tive lá um mês, mas estavam com férias da escola... Não gostava de ir às aulas, entrava, passava o cartão, mas fugia pelas traseiras...

(ENT_05)

Reid (cit.in Monteiro D.F., 2014) considera que o absentismo escolar está relacionado com o meio escolar e com a respetiva família. Refere que alunos com baixa autoestima, quando regressam à escola após um período significativo de faltas, não têm uma receção calorosa por parte da mesma (Monteiro D. F., 2014, p. 31)

Tavares (2006, cit.in Monteiro D.F., 2014) considera que o absentismo escolar pode estar, na sua generalidade, relacionado com a falta de supervisão, motivação e estímulo por parte da escola e da família (Monteiro D. F., 2014, p. 31)

3.2 Percurso escolar durante o período de institucionalização

Através dos discursos dos jovens relativamente ao período escolar durante a institucionalização, é possível verificar que a frequência escolar era valorizada pelas instituições. O apoio escolar era realizado por um técnico (normalmente o gestor do processo) ou por voluntários.

As casas de acolhimento têm como principais objetivos satisfazer as necessidades básicas das crianças e jovens ao promover um desenvolvimento global. A estrutura residencial deve assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional, em articulação com a família, com a escola, com as estruturas de formação profissional e a comunidade. Contudo, este processo não se limita só ao contexto da instituição. A entrada na escola é sempre difícil para qualquer criança, uma vez que representa uma rutura (breve) com o seio familiar.

De acordo com Castro (1997, cit.in Lemos, 2012), para as crianças institucionalizadas este afastamento representa um “choque brutal”. De acordo com a sua perspetiva, o sistema educativo vigente não está adaptado às características das crianças e jovens institucionalizados, uma vez que são portadoras de diversos *handicaps* que irão surtir efeitos na sua integração e adaptação (Lemos, 2012, p. 53).

A bagagem social transmitida pelo seio familiar é também uma influência no contexto escolar. Um capital cultural por parte do aluno inserido numa bagagem social transmitida pela família pode auxiliar, de acordo com Bourdieu (cit.in Lemos, 2012) no desempenho escolar, uma vez que este facilita o processo de aprendizagem de conteúdos e de códigos escolares (Lemos, 2012, p. 54).

De acordo com Castro (1997, cit. in Lemos, 2012), no caso das crianças institucionalizadas, para além da ausência de um capital cultural, subsiste a falta de controlo e

afeto por parte da família, o que dificulta o bom comportamento e a amabilidade durante o período escolar (Lemos, 2012, p. 54).

De acordo com os jovens, a instituição tentava dar resposta às suas necessidades/dificuldades. Na sua maioria, os jovens frequentaram cursos profissionais⁷, propostos pelos técnicos/gestores do processo. Estes cursos eram subsidiados (valor entregue à instituição) e decorriam durante todo o dia. Este acompanhamento também era realizado por uma equipa de voluntários de diversas áreas do saber, nomeadamente da educação, psicologia, serviço social, etc.

Normalmente estas explicações eram realizadas pelos técnicos ou voluntários na estrutura residencial.

Quem nos ajudava era os técnicos (Dr. H. e Dr. P.). Também tinha explicadores voluntários.

(ENT_02)

Com 15 anos fui para o 10º mas como reprovei saí da escola. Na instituição acabei de tirar um curso profissional (2 anos-informática) e depois fui para a especialização (administração de sistemas- CET- 14/15 meses), mas aqui o ensino era mau, tinha pouco apoio, mas enquanto tirava o CET fiz também uma academia de liderança social, ao fim-de-semana na Universidade Católica... Os monitores é que davam o apoio ao estudo. Mas eu estudava sozinho. Tive uma professora de matemática que me dava explicações, ia a casa dela, durante 3 ou 4 meses...

(ENT_04)

3.3 Relação com os colegas e professores

As referências nos relatos dos jovens entrevistados aos seus comportamentos na sua interação com outros, nomeadamente colegas e professores/auxiliares, são encarados de modo oscilante, entre algo positivo ou negativo, o que muitas vezes era atribuído pelos jovens ao estado emocional frágil em que se encontravam.

3.3.1 Relação com os colegas

Na relação com os colegas, os jovens referem acompanhar os colegas da estrutura residencial. Poucos jovens referem ter uma relação com os colegas da escola.

⁷ O percurso escolar pode ser realizado através de várias vias, através da cultura da escola ou através de cursos de formação, com componente prática. São direcionados a jovens com o ensino básico que procuram alternativas ao ensino profissional e ao ensino regular que melhor se adaptam aos seus interesses e perfis vocacionais. São cursos que preparam o jovem para o mercado de trabalho, através do desenvolvimento de competências técnicas, sociais e relacionais.

É na infância que a criança desenvolve as suas amizades, nomeadamente através dos amigos de férias, da vizinhança, da escola ou do desporto. É através desta interação que desenvolve sentimentos de pertença e uma série de cumplicidades, códigos e histórias em comum. As relações sociais que as crianças ou jovens mantêm no contexto escolar têm grande influência na sua aprendizagem e podem ser motivo para que a criança não goste de ir à escola, como podemos verificar através de um relato de um jovem que refere ter sido vítima de bullying, por parte dos colegas da escola.

Não falava com os colegas da escola, sempre me reservei. Estava à parte do convívio (sozinho), mesmo estando lá os colegas do colégio. Sofri de bullying antes de entrar na C. V. Evito violência, mas quando começo a chorar, só quero ver sangue. Eles (colegas de turma) insultavam-me, batiam-me. Ainda hoje evito pessoas duras, mas se vir alguém a fazer mal vou ajudar.

(ENT_05)

Poucos jovens referem ter uma relação com os colegas da escola. Este facto pode ser originado pelas representações e expectativas negativas que habitualmente são construídas em relação a estes jovens por parte de alguns colegas de escola. De acordo com os testemunhos, não havia preocupação por parte da instituição escolar em ajudar na procura de uma nova turma na mesma escola ou até mesmo numa outra escola. Referem que a instituição não incentivava as crianças e jovens a desenvolverem relacionamentos mais próximos com estes colegas (convívios no ambiente interior ou exterior).

3.3.2 Relação com os professores

O professor é a personagem principal no processo educativo, sendo que o seu papel é facilitar o processo de ensino e de aprendizagem, no que se refere à dúvida, à reflexão, à inovação e ao desenvolvimento do aluno. Tem a função de mediar o conhecimento académico, com o conhecimento que o aluno já apresenta (Cássia, 2017, p. 1).

De acordo com Freire (cit. in Cássia, 2017), “ser professor significa ter um compromisso constante com as práticas sociais. E para assegurar esta postura, cabe ao professor trabalhar com metodologias participativas e desafiadoras, estimulando o pensamento crítico dos alunos e formulando hipóteses a respeito do conhecimento cientificamente elaborado” (Cássia, 2017, p. 1).

De acordo com Santos (2009, cit.in Lemos, 2012), todos os professores deveriam ter formação específica em Ciências Sociais, de modo a estarem atentos à realidade de cada aluno.

Para esta autora, os professores deveriam passar por constantes aprendizagens, nomeadamente de novas técnicas e modos de ensino (Lemos, 2012, p. 58).

Na relação com professores, os jovens relatam não se sentirem discriminados no seu tratamento, uma vez que não sentiam por parte destes nenhum estereótipo. A interação entre a criança e o profissional era vista como positiva no discurso dos jovens.

Gostava dos professores... Evitava conflitos, fugia à escola, ia à escola porque era obrigado...

(ENT_05)

Nunca senti discriminação dos professores!

(ENT_06)

3.4 Dificuldades sentidas por parte dos jovens em contexto escolar

Martins (2007, cit.in Monteiro, 2014) considera que os pais influenciam a aprendizagem dos filhos, nomeadamente pela ausência de estímulos, condições de estudo e pelo próprio nível socioeconómico e os baixos recursos culturais das famílias. Para o autor, outras questões, como desentendimentos conjugais, violência e infantilidade, facilitam também, e de um modo negativo, este processo (Monteiro D. F., 2014, p. 25).

Abreu (2011, cit. in Monteiro, 2014) refere que a escola deve procurar potencializar o apoio da família, a qual se deve envolver no projeto educativo dos filhos. Os pais devem considerar que a escola é uma fonte de ajuda à formação dos filhos e não uma substituta do seu papel enquanto pais, pois é precisamente a importância que é atribuída pelos pais que irá influenciar os jovens na aquisição de novas aprendizagens (Monteiro D. F., 2014, p. 26).

As dificuldades de aprendizagem assumem-se como um dos principais fatores do insucesso escolar. Estas surgem quando o aluno apresenta um perfil de desempenho discrepante com o que é esperado pela sua faixa etária e nível de escolaridade. Traduz-se na dificuldade em estar concentrado, na leitura e escrita, orientação espacial e perspetiva comprometida.

No decorrer das entrevistas, os jovens relataram as dificuldades sentidas neste âmbito, nomeadamente a nível de aprendizagem.

Muita dificuldade na escola tinha falta de atenção. No 6º ano fiz um acordo com a professora, ela disse-me: se passares no último exame, tiro-te o resto das negativas.

Nunca me leram histórias, nunca me mandaram estudar...

(ENT_05)

Sentia dificuldades a matemática.

(ENT_07)

Sentia, pois dificuldades na matéria, no português, sei o que quero dizer, mas não consigo explicar...

(ENT_10)

O acesso à informação e ao conhecimento é um dos fatores decisivos da inclusão/exclusão do sujeito na sociedade, decorrente do baixo capital escolar e recursos socioeconómicos da família. São diversos os jovens que, ao longo das entrevistas, salientaram as suas dificuldades no que se refere à cultura escolar.

São jovens cujo percurso escolar foi abrangido pelo sistema de acolhimento, facto este que os colocou numa situação de vulnerabilidade. Contudo, há evidências (relatos dos jovens) que comprovam que as instituições tentam criar condições para as crianças e jovens (apoio escolar, reencaminhamento para cursos profissionais). No entanto, devido às condições a que estiveram sujeitos, aliadas à falta de um suporte familiar, tornou-se evidente que a escola não era para estes um lugar seguro, não só ao nível de aprendizagem, mas também na sua relação interpessoal com os pares e os adultos.

Sendo que a instituição constitui um grande peso no contexto escolar, uma vez que é esta o principal motor da qualidade de aprendizagem da criança, enquanto acolhido, também é esta que influencia o modo como a criança vê a escola.

Através dos relatos é possível verificar que estes jovens acompanhavam colegas da mesma instituição. Para esta situação em nada contribui o facto de as instituições não adotarem uma postura de abertura para o exterior, tais como: participação das crianças em festas de aniversário de colegas de escola, encontros de fins-de-semana, festas temáticas e atividades lúdicas, as quais poderiam fomentar o seu relacionamento interpessoal.

Por outro lado, a maioria dos jovens refere gostar dos professores. São jovens que, devido ao seu percurso de vida institucional, deveriam ter um maior acompanhamento personalizado na escola, mas devido ao grande número de alunos na mesma sala, com ritmos diferentes de aprendizagem, não é possível por parte dos professores proporcionar uma atenção individualizada a estes jovens.

É importante que todos estes atores da escola e das casas de acolhimento criem novas formas de aprender e de ensinar, tendo por base as características das crianças ou jovens.

4. Representações pós-institucionalização

De acordo com Vale e Zurita (2000 cit.in Batista, 2014), as necessidades relacionais não eram objetivos a trabalhar (Goffman, 1974), motivo pelo qual o indivíduo desenvolvia défices

nas competências cognitivas e socioafetivas, comprometendo a sua autonomia. Contudo, e ao tornarem-se bastante evidentes as consequências deste tipo de institucionalização, verificou-se uma necessidade de alterar as condições dos menores que se mantinham acolhidos (Batista, 2014, p. 32).

Os jovens têm a percepção de que o período pós-institucionalização é um processo de mudança e que, mais uma vez, terão de enfrentar novos desafios e colocar em prática toda a aprendizagem adquirida até à data no percurso institucional.

4.1 Sentimentos após a saída do lar

No que se refere aos sentimentos à saída, é importante destacar que, na sua maioria, os jovens entrevistados têm predominantemente representações negativas. É de destacar que os sentimentos que os jovens manifestam à entrada são semelhantes aos da saída.

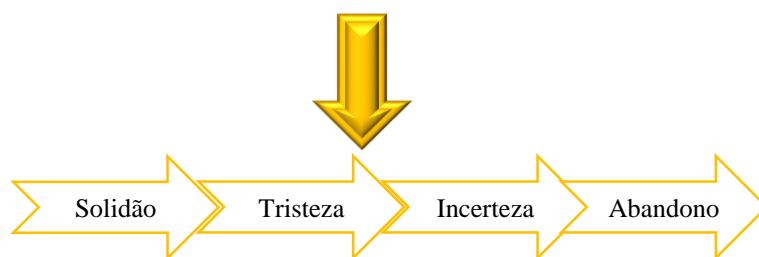


Figura 11- Sentimentos Expressados Pelos Jovens Após-Institucionalização

Fonte: Produção do próprio autor

A vontade de sair era muita, mas os problemas cá fora são muito diferentes de lá dentro. Assinei o papel e chorei porque uma irmã me disse: pronto já não pertences aqui...Mas voltei e fiquei lá 2 dias, quando a minha mãe me deixou novamente...

(ENT_09)

Foi mau sair... Éramos uma família... Eu estava triste, eles também (colegas e técnicos).

(ENT_02)

Contudo, existem jovens que ansiavam por sair, pois consideravam que era o despertar de um novo sonho.

Maravilha! Quando saí fumei logo um cigarro, à frente da minha mãe...

(ENT_05)

Boa...Saí para viver com o meu namorado, vivi com Daniel quase um ano e engravidei...

(ENT_08)

Alguns jovens referem saber que na instituição tinham uma família e sabem que a qualquer momento contam com o apoio dos técnicos. Os sentimentos na saída da instituição

são heterogéneos, uma vez que há jovens que referem sentir uma sensação de liberdade, enquanto outros relatam uma sensação de abandono e solidão. Contudo, é notório o retorno, e até o apoio pontual à instituição, nomeadamente em casos de maior fragilidade emocional. Na sua maioria, são jovens que recorrem à instituição com o objetivo de encontrarem algum envolvimento afetivo e sentido para o seu futuro.

O 1º tempo foi complicado, tive muita ajuda da Dr.ª. M., ela ligava e ouvia-me, tinha mais responsabilidade, contas para pagar...

(ENT_06)

Pedi à Dra. A., se podia fazer-me as refeições e eu em troca dou apoio, ajuda no voluntariado, ajudo nas festas, eles também me lavam a roupa, dormir ou durmo no quartel ou na casa de amigos.

(ENT_10)

4.2 Projeto de vida construído na instituição

As instituições que acolhem as crianças e jovens devem desenvolver estratégias que permitam à criança/jovem superar as perdas, assim como garantir um projeto de vida, transformando as experiências negativas em conceções aceitáveis.

O conceito de projeto de vida pressupõe uma estratégia de intervenção da estrutura residencial em cooperação com outros atores sociais, envolve as crianças e jovens e respetivas famílias, sendo o objetivo principal a desinstitucionalização segura. Sendo que este obedece a um conjunto de elementos que recaem não só na ação direta da estrutura como também na junção de outros elementos que se situam de forma externa a ela. Nomeadamente, a situação socioeconómica da família, competências parentais, emocionais e afetivas (Manual de Boas Práticas, 2003, p. 104).

Os jovens, quando questionados sobre o trabalho desenvolvido na instituição para a sua autonomia, relatam pouco conhecimento de qualquer intencionalidade ou prática de construção de um projeto pessoal.

Não tive projeto de vida para a autonomia...

(ENT_02)

Contudo, 2 jovens que frequentaram o apartamento da autonomia tiveram apoio a nível de contactos e reconheceram o trabalho desenvolvido pela instituição.

(...) Já estava em autonomia (...) saí de casa e fui para onde estavam as secções...

(ENT_07)

No andar de cima criaram um apartamento (7 raparigas), cada uma tem a chave do quarto e as tarefas também são partilhadas.

(ENT_08)

4.3 Transição e autonomização

É através do trabalho que o indivíduo desenvolve a capacidade de melhorar a sua situação económica e identidade pessoal. Para além de melhorar economicamente a sua vida, o trabalho também promove o desenvolvimento pessoal e familiar, passando a desempenhar uma influência plena sobre o mesmo e sobre a sua relação com o meio. Para além destas competências, também desenvolve a autoestima, pois a sua importância é a marca registada da sua conquista.

Após a saída da casa de acolhimento, os jovens entrevistados, na sua maioria, referem adquirir um rendimento (salário) pelo seu trabalho, não sendo beneficiários de qualquer tipo de apoio financeiro por parte do Estado ou instituição.

Nenhum jovem entrevistado se encontra a estudar ou inserido em algum curso profissional ou académico, sendo o salário a principal fonte de rendimento (tabela 17).

Tabela 17 – Grupo Socioprofissional

Jovens	Escolaridade Atual	Condição perante o trabalho	Profissão (ramo de atividade)	Situação na profissão
ENT_01	8.º Ano	Exerce profissão	Ajudante construção civil	Por conta de Outrem
ENT_02	9.º Ano	Exerce profissão	Motorista	Por conta de Outrem
ENT_03	9.º Ano	Desempregado	-----	Desempregado
ENT_04	12.º Ano	Exerce profissão	Empregado de restaurante/Bar	Por conta de Outrem
ENT_05	6.º Ano	Exerce profissão	Ajudante mecânico	Por conta de Outrem
ENT_06	9.º Ano	Exerce profissão	Auxiliar de cozinha	Por conta de Outrem
ENT_07	12.º Ano	Exerce profissão	Auxiliar de armazém	Por conta de Outrem
ENT_08	12.º Ano	Exerce profissão	Esteticista/ cosmetologia	Trabalhador Independente
ENT_09	6.º Ano	Exerce profissão	Empregada de restaurante/Bar	Por conta de Outrem
ENT_10	9.º Ano	Exerce profissão	Militar	Por conta de Outrem

Fonte: Produção do próprio autor

O trabalho é o principal sustento.

(ENT_08)

Fui para um restaurante (12 horas de trabalho- 9h-15h-18:30 às 23h) ganho melhor, mas não é o justo, só tenho 1 folga por semana.

(ENT_06)

Como podemos verificar na tabela 17, os jovens encontram-se maioritariamente empregados, embora realizando trabalhos pouco qualificados, temporários e pelos quais auferem baixos salários.

Agora trabalho, mas ninguém sabe (ilegalmente), ganho 7 euros por dia, 300 euros por mês, vou estar 3 meses à experiência...trabalha o dia todo...

(ENT_05)

Estou há 6 meses a trabalhar. Trabalho das 12h às 15h e das 20h às 22:30h, não tenho folgas...

(ENT_09)

4.4 Perceção da medida de acolhimento de crianças e jovens

A maioria dos jovens entrevistados refere que os tempos mudaram e que o sistema se alterou, sendo que o acolhimento de crianças e jovens em instituição tem vindo a melhorar. Contudo, também demonstram que os utilizadores que frequentam atualmente estas instituições apresentam, na sua maioria, doenças mentais, o que altera as necessidades de toda a organização.

Não tem nada a ver! No meu tempo era ditadura, as freiras eram cotas. A diretora morreu com 80 e tal anos... Foi através da Casa Pia que isto melhorou, foi quando o tribunal andou mais em cima dos colégios. Acho que os jovens hoje são mais menininhos.

(ENT_07)

Os jovens são mais problemáticos, não são unidos, têm muitos problemas entre eles, são muito agressivos, entram muito em conflito, só se metem em confusões, até se envolvem em problemas com os monitores. Lá na instituição são utilizadas as mesmas estratégias, a avaliação.

(ENT_04)

No entanto, ainda há um jovem que acredita que o lugar das crianças ou jovens não é na instituição: “o ideal é estar sempre junto da família”.

Para o mesmo, existem instituições que ainda representam um perigo para a criança, podendo a mesma estar sujeita a fenómenos como o “bullying”.

Podia-se evitar que o jovem estivesse longe da família, (uma semana sem ver os pais, afastar o jovem da família, mas não tanto tempo) se for muito grave concordo, tipo andar em assaltos e coisas ilegais... Algumas instituições também têm bullying.

(ENT_05)

Quando questionados sobre a possibilidade de terem integrado na medida de “Acolhimento Familiar” em vez de “Institucionalização”, os jovens, na sua maioria, demonstraram eleger a instituição como medida mais benéfica.

O acolhimento familiar é uma medida de proteção para crianças e jovens, pessoas com deficiência, em situação de dependência e idosos, que se encontrem em situação de vulnerabilidade e cujos direitos, num determinado momento, se encontrem seriamente comprometidos. No caso em concreto, surge como mais uma alternativa de proteção à institucionalização, e está assente em outras perspetivas sobre a construção de novas formas de relacionamento afetivo (Instituto da Segurança Social, p. 4).

Não gostava de ter estado numa família de acolhimento, eu ali tinha uma família...Cada um devia escolher para onde queria ir. Tinha atenção toda na mesma.

(ENT_02)

Não trocava a instituição por uma família de acolhimento! Conhecemos pessoas novas, é uma família!

(ENT_06)

Porém, 2 jovens referem ter usufruído desta medida, tendo saído com boas recordações.

Tenho uma ótima experiência em família de acolhimento, mas se calhar preferia estar no colégio, depois de todas as traições que tive... Sente-se mais ao fim-de-semana...preferia ter um pai ou uma mãe!

(ENT_08)

Era uma família de acolhimento, os pais, e dois filhos... Eram porreiros. Já via uma família, havia respeito pelos filhos, havia regras, eu ajudava mas não era obrigado, mas eu fazia questão de ajudar. Ia à escola e tirava boas notas, mas eu só queria galhofa. Dormia com o irmão de acolhimento, era muito meu amigo. Esta família dava-me carinho e afeto.

(ENT_10)

4.5 Relação atual com a família biológica

De acordo com os relatos facultados pelos jovens, é possível constatar que o papel que as famílias desempenhavam antes da institucionalização é equivalente ao que desempenham atualmente.

De acordo com Castro (1997, cit. in Lemos, 2012), a institucionalização, na maioria das vezes, é encarada como um castigo/punição. Quando uma criança ou jovem entra na instituição é submetido a um conjunto de normas pré-estabelecidas, o que torna a sua adaptação ainda mais difícil, uma vez que são jovens oriundos de famílias negligentes, em que não imperam regras, valores e obrigações. No entanto, é na instituição que os jovens irão encontrar todos os cuidados básicos, necessários para o seu desenvolvimento e bem-estar integral. Porém, o facto de perderem a liberdade e autonomia afeta muitos jovens (Lemos, 2012, p. 42).

Apesar de todas as problemáticas e obstáculos que surgiram nas suas vidas, e que os conduziram à medida de acolhimento institucional, a família continua a assumir-se como base essencial ao seu crescimento e desenvolvimento integral. Mesmo que na sua maioria os jovens reconheçam as incapacidades e dificuldades das famílias na assunção dos seus papéis parentais, ela ainda surge como “a minha família”.

Para os jovens, a família é encarada como uma relação entre membros, na qual existe reciprocidade, estabilidade e afeto (Ferreira T. P., 2013, p. 54).

De acordo com os relatos dos jovens é possível concluir que praticamente todos os entrevistados voltaram a entrar em contacto direto com a sua família. Neste “retorno” à família, é possível observar que a situação que os levou à institucionalização ainda permanece.

Gosto da minha mãe, mas não tenho relação com o meu pai...Tenho relação com minha mãe e meu irmão... Não tenho nenhuma relação com o meu pai, mas ele tem direito a conhecer o neto e o neto a ele...

(ENT_02)

Não consigo pensar neles com carinho, sentia-me um peso na vida deles. A minha mãe pagava para eu ter onde dormir. Sempre falei muito às aulas, mas eles não se importavam....Não conheci o meu pai...Não tenho relação com a minha mãe, há duas semanas chateamo-nos e nunca mais me ligou...

(ENT_09)

Relação só com família do meu marido, na minha irmã de acolhimento sou madrinha do filho, e se eu tivesse um 2º filho serão os irmãos da família de acolhimento os padrinhos.

A minha irmã biológica está separada do marido, e ele já tem a guarda de um menino, o outro está com a minha irmã, eu só tenho contacto com os meus sobrinhos por parte do ex-marido, a minha irmã é igual à minha mãe!

Trouxe a minha mãe biológica a minha casa, como forma de fazê-la ver o que eu conquistei, porque ela disse-me que eu ia ser uma puta, e uma má mãe! Elas saltitam de casa em casa...

(ENT_08)

4.6 Perspetivas sobre o futuro

Podemos considerar como aspetos positivos da institucionalização a satisfação das necessidades básicas, como a alimentação, a saúde, a higiene e a educação, o desenvolvimento de atividades lúdicas e as amizades que os jovens desenvolvem com o grupo de pares que vivem na instituição, ainda que exista uma certa dificuldade em desenvolver relações afetivas (Pires, 2011, p. 74).

De acordo com Alexandre e Vieira (2004 cit.in Pires, 2004) as crianças e jovens institucionalizados recebem cuidados médicos e alimentares, apesar de não estabelecerem relações significativas com os outros, o que origina atrasos no seu desenvolvimento (falar tarde, caminhar tarde, etc.). Referem também que a criança institucionalizada, e longe da família, é privada de um ambiente familiar de cumplicidade e de intimidade (Pires, 2011, p. 74).

Os quadros de interação social são importantes no desenvolvimento de um projeto futuro, uma vez que é através deste processo que o indivíduo desenvolve a capacidade de se relacionar em diversos contextos sociais. A instituição, quando acolhe um jovem, é a principal responsável pela sua socialização. Contudo, se nas instituições não forem garantidas as condições para um desenvolvimento equilibrado, os seus resultados mostram-se negativos. Como podemos verificar através dos relatos dos jovens entrevistados, existe um esforço por parte das instituições no que se refere à questão afetiva. No entanto, o facto de os técnicos serem em pequeno número, as condições de trabalho serem instáveis (precaridade), a rotatividade de funcionários, o aproveitamento dos recursos tais como estágios profissionais e os desempregados enviados pelo centro de emprego, pode criar obstáculos na criação de relações (os jovens podem sentir esta situação como uma perda).

Os jovens entrevistados demonstram, na sua maioria, uma debilidade quanto à dificuldade em estabelecer relações com os outros.

Sou mal disposto, sou tímido, tenho dificuldade em estabelecer relações. Queria ser mais humilde, tenho que falar nas situações, perde-se por falar, não sei tudo sobre tudo, vejo isso no desporto.

(ENT_04)

Não faço amizades facilmente. Não quero amigos abaixo dos 25 anos, só gostam de armar confusões....Agora há pouco tempo, foi lá um cliente, que me fez bullying, disse ao meu patrão e ele disse-me: que já tinha passado...Ele nunca falou comigo, nem me pediu desculpa...

(ENT_05)

A nível de amor. Quando gosto de uma pessoa gosto e acabo por me magoar...

(ENT_10)

Uma das questões colocadas centrava-se na possibilidade de mudar de vida, sendo que alguns jovens referiram não mudar nada, enquanto outros preferem alcançar a sua inserção social. Neste caso em concreto, é um jovem que tem uma vida marcada por hábitos de consumo, apresentando dificuldade na projeção do futuro.

Consumo haxixe diariamente, fumava 50 euros por semana, agora estou a reduzir para 10euros/semana. Sinto-me nervoso se não consumir 3 ou 4 dias, já tive ajuda e não consegui e ando sempre com material. Quando não consumo sinto no corpo, no paladar, não ouço quase ninguém, não fumo durante o trabalho, vejo as coisas desfocadas, nervoso, mas não sinto dor no corpo, não adianta calmantes, não bebo álcool (só de longe a longe) mas o patrão sabe, fumo à noite e antes de deitar, a minha mãe também sabe.

Espero no futuro ter força de vontade para reduzir...Quando fumo não bebo, não arrisco a minha vida, a ter uma overdose!

(ENT_05)

Não mudava nada, estou bem no restaurante, mas vou subindo, gostava de ser cozinheira...

(ENT_06)

Quando questionados sobre o futuro, no que se refere à vida profissional, os jovens aludem à vontade de ganhar um pouco mais ou, quem sabe, alcançar novos objetivos. Contudo, na sua maioria, os jovens não apresentam perspetivas de continuar a estudar, nem de melhorar a sua condição perante o trabalho.

Gostava de ser serralheiro, mas já me chega o que estudei! Preciso de tirar o 9º ano por causa da carta de condução!

(ENT_01)

De acordo com Barth et al. (2009, cit. in Pires, 2011), a institucionalização está relacionada (frequentemente) com problemas nas relações familiares e que se perpetuam após a institucionalização. Quando falamos em projetos de educação é comum para as crianças ou jovens (oriundos de famílias multiproblemáticas) faltarem à escola, terem dificuldades de aprendizagem, mudarem de escola, etc., fatores estes que contribuem para o insucesso escolar (Pires, 2011, p. 2).

A participação entre pais/encarregados de educação e professores depende, na sua maioria, das relações que todos eles desencadeiam, as quais se tornam determinantes para o equilíbrio no desempenho escolar por parte do aluno. Quando inseridas num contexto com maus exemplos ou com grandes descontinuidades entre a casa e a escola, as crianças são incapazes

de compreender a cultura escolar e de aplicarem as suas experiências aos novos contextos, chegando a desvalorizar toda a informação.

Para Barth (2009 cit.in Pires, 2011) são os jovens que, devido a todos estes fatores, estão mais expostos a problemas, tais como o desemprego, a paternidade/maternidade precoce e a precaridade económica (Pires, 2011, p. 2)

Gostava de ser jogador... Gostava de ser patrão, não gosto de ter ninguém em cima de mim...

(ENT_03)

Só dois jovens referem querer melhorar a nível profissional. Relatam não ter possibilidades para estudar, no entanto, referem dar continuidade ao que aprenderam até à data.

Queria estudar mais, mas não tenho possibilidades... Mudaria a minha vida financeira. Na vida profissional, quero criar o meu próprio negócio...Quero ser motorista de pesados!

(ENT_02)

Trabalho num salão de cabeleireiro, como esteticista. Queria subir a nível financeiro...uma vida mais estável, com contas e preocupações normais, casa própria...

(ENT_08)

De acordo com os jovens, a instituição despoletou muitos benefícios. Quando questionados sobre o seu futuro a nível pessoal, relataram querer construir a sua própria família e demonstraram uma preocupação em proteger os filhos do mesmo destino que tiveram, porque, para eles, a Família é sinónimo:



Figura 12-Sinónimo de Família

Fonte: Produção do próprio autor

Gosto muito de pessoas que adotam crianças, sinto-me bem com isso, aquela criança precisa!

(ENT_06)

Dos testemunhos recolhidos verificou-se que as instituições esforçam-se na promoção do desenvolvimento das competências de autonomia nas crianças e jovens acolhidos (tarefas,

atividades, regras, etc.). No entanto, e devido ao número insuficiente de funcionários, subsiste ainda a dificuldade em trabalhar determinadas competências.

Deste modo, no pós-saída da instituição, as suas emoções e fragilidades existentes no passado (dificuldades em dar continuidade aos estudos e de integrarem no mercado de trabalho) ficaram por satisfazer⁸. Este facto também se deve à falta de retaguarda pós-institucionalização a que estão sujeitos. Embora alguns jovens relatem episódios (contactos com os técnicos) de algum apoio por parte da instituição, estas situações continuam a ser pontuais, motivo pelo qual o sentimento que predomina é o de que estão entregues a si próprios.

⁸ Maslow considera que as motivações se organizam de acordo com uma hierarquia de necessidades, através de uma pirâmide, na qual a base remete para as necessidades básicas (asseguram a sobrevivência) e o topo remete para a necessidade de autorrealização. Para o autor, o indivíduo só consegue passar a um nível superior quando o nível anterior estiver satisfeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Este estudo procurou focar a sua análise nas narrativas dos jovens entrevistados, de forma a compreender o modo como estes percecionam o funcionamento das instituições com base no seu percurso institucional. Procurou-se perceber de que forma suas experiências aí vivenciadas contribuíram para o que são hoje. De modo a clarificar os resultados obtidos no presente estudo, optámos por organizar a análise e discussão, de acordo com os quatro temas: representações do indivíduo sobre a família biológica, percurso institucional, o percurso profissional e escolar, e pós-institucionalização.

No que se refere à entrada dos jovens na instituição também se tornou evidente que, na sua maioria, as visitas familiares eram escassas. Também Alves (2007) verificou que no que se refere à implicação da família do processo de acolhimento, mais de metade dos LIJ não o promove, o que se verifica também através deste estudo. Tal leva-nos a pressupor que a instituição acaba por assumir uma grande responsabilidade pela socialização destas crianças. Um dos objetivos do presente estudo, foi analisar o modo como estes jovens relacionam as suas experiências vividas na família e na instituição de acolhimento. Foram realizadas questões relacionadas com a imagem que tinham de si e da sua família biológica, antes da institucionalização. Conforme os dados obtidos, verificou-se que a entrada dos jovens em instituição traz consigo memórias de um percurso doloroso, não só pelo receio do desconhecido, como também pela separação, ainda que de modo temporário, da família biológica. É importante destacar que a institucionalização para alguns jovens, foi uma oportunidade única de criar um novo projeto de vida. No que respeita à interação dos jovens com os profissionais das casas de acolhimento, salientam o estabelecimento de vínculos afetivos significativos, no entanto também estes relataram a construção de sentimentos de injustiça e ausência de privacidade, condicionando a sua vida na casa de acolhimento.

Através dos estudos de outros autores e relatos dos testemunhos sobre o tema é possível verificar que as instituições, antes do plano DOM, encontravam-se mais focadas nas necessidades básicas, a punição física era utilizada de forma recorrente pelos funcionários, com o objetivo de disciplinar as crianças ou jovens. Os técnicos eram considerados incompetentes para a função. Este facto trouxe aos jovens sequelas irreversíveis, como podemos verificar no nosso estudo.

Embora os jovens, na sua maioria, relatem o estabelecimento de relações de confiança com os técnicos, ainda há jovens que dizem não gostar de alguns funcionários. Referem que existem

ainda profissionais que não têm competência para o exercício das funções. Para estes é importante apostar mais na formação, assim como existir uma seleção mais rigorosa na escolha destes profissionais.

A importância de desenvolverem a autonomia, para darem resposta às dificuldades, faz parte de um conjunto de competências e capacidades desenvolvidas pela instituição. As atividades desenvolvidas pelas instituições não foram de igual modo muito entusiasmantes para os jovens que, na sua maioria, referem ser uma “grande seca”.

Foram mencionadas atividades ao nível de aprendizagem doméstica (apoio na cozinha, limpeza dos espaços, etc.). Contudo, a gestão financeira (poupar, economizar), foram referenciados só por dois jovens.

Para eles as atividades (pedagógicas e lúdicas) deveriam ser mais adequadas à faixa etária do jovem, de modo a promover o desenvolvimento de algumas competências, tais como: desenvolvimento pessoal e social. Neste sentido, referem a necessidade de mais técnicos, sobretudo Educadores de Infância e interventores sociais.

São diversas as competências desenvolvidas durante o percurso institucional, nomeadamente o sentido de responsabilidade, disciplina, empenho, focados na necessidade em seguir as regras e padrões estabelecidos pela casa de acolhimento. Em relação às regras é possível compreender que os jovens numa fase inicial encaravam-nas como uma obrigação imposta, mas atualmente esta ideia já foi ultrapassada, compreendem que sem elas não conseguiam sobreviver, tanto a nível pessoal, como social e profissional.

Porém também se constata que o processo de desenvolvimento e de socialização têm fatores subjacentes, tais como: o suporte afetivo e emocional e o sentimento de pertença a alguém ou algum lugar, um sentimento de proteção face às agressões do exterior e a certeza da continuidade desse afeto por parte dos técnicos que os acompanharam durante a medida de institucionalização. Contudo, esta situação sucede em momentos pontuais, ou seja, não existe acompanhamento afetivo destes jovens, após saída das casas de acolhimento.

Em relação ao percurso escolar os jovens reconhecem um esforço por parte das instituições para que pudessem frequentar a escola e/ou realizar um curso profissional. Contudo, a maioria dos entrevistados referem ter dificuldades de aprendizagem e no estabelecimento de vínculos com os seus pares da comunidade escolar. Também é evidente que os jovens referem gostar dos professores, no entanto, não demonstraram sentimentos de grande afeto face a estes profissionais.

É possível verificar que alguns dos jovens apresentam algumas dificuldades em relação ao emprego, devido às condições precárias e mal renumerados. São poucos os jovens que demonstraram gostar do emprego e pretenderem evoluir na profissão.

Após saída da casa de acolhimento, os jovens referem sentir saudades do espaço, da partilha, das experiências, dos problemas, das emoções vivenciadas neste contexto. Esta “nova vida” traz consigo sentimentos semelhantes à sua chegada na instituição, receios, medo do desconhecido, solidão, abandono, etc. Embora os jovens reconheçam as competências desenvolvidas na instituição, para estes ainda subsiste a necessidade de aí estar mais tempo. Para estes, é fundamental o Estado repensar sobre a idade que estes jovens saem das instituições, ou criar condições (mais apartamentos de autonomia), para que estes jovens vejam as suas necessidades atendidas.

É importante referir que esta investigação apresenta um número reduzido de jovens, o que não nos permite chegar a dados mais conclusivos, de modo a compreender o trabalho das instituições em Portugal.

Contudo, de acordo com os vários estudos aqui apresentados (capítulo I), podemos verificar que o percurso institucional destes jovens é marcado por sentimentos negativos face à instituição e profissionais. Após a saída da casa de acolhimento os jovens referem ter dificuldades ao nível económico, sendo que a sua maioria não prossegue os seus estudos após institucionalização. Ao nível de integração no mercado laboral estes jovens, apesar de se encontrarem a exercer profissão, são trabalhos precários e pouco qualificados. Podemos verificar também que são jovens com dificuldade em construir relações de confiança.

Apesar de alguns dos estudos aqui apresentados serem de épocas distintas, as instituições apresentam algumas semelhanças. Nas entrevistas efetuadas evidenciou-se a falta de adaptação total das instituições à realidade sociofamiliar. É um facto que as instituições atualmente acolhem um menor número de crianças e jovens (ao contrário das instituições totais) de forma a promover um ambiente mais familiar, valorizam a integração na comunidade e fomentam a partilha de afetos entre funcionários e crianças/jovens. Não obstante, ainda permanece arestas por limar, tais como: intervenção com as famílias biológicas, socialização destas crianças com as demais, reestruturar projetos de vida que estão demasiadamente centrados nas tarefas, rotinas e regras que não se coadunam com a integração efetiva na sociedade e o acompanhamento adequado pós-institucionalização. Neste sentido, e não generalizando, propomos mais intervenção nestas instituições em Portugal, que melhorem o

trabalho desempenhado pela equipa: horário, rotatividade, desempenho de outras funções, competência para a função.

De acordo com os resultados, propomos as seguintes intervenções, que consideramos importantes em contexto institucional:

- **Intervenção com as famílias**, uma vez que consideramos a família a mais importante na socialização das crianças e jovens e a menos participativa no processo de institucionalização. Segundo os testemunhos, consideramos importante que as casas de acolhimento desenvolvam competências, ao nível de treino de competências parentais. Este tipo de formação deverá ser promovido em contexto institucional e ao domicílio. Deverá ser desenvolvido *workshops* com as famílias e crianças ou jovens (aproximação). Também consideramos ser pertinente convidar as famílias a encontros com os filhos, através de dinâmicas diversas, por exemplo: piqueniques, épocas festivas. Como consideramos relevante trabalhar e responsabilizar as famílias deverá ser criado programas que permitam às famílias algum apoio financeiro, nomeadamente no que se refere às suas deslocações à instituição. Por sua vez achamos fundamental acompanhar os jovens continuamente no restabelecimento das relações futuras com as famílias. Estas propostas têm como objetivo reduzir o tempo de permanência destas crianças ou jovens nas casas de acolhimento;
- **Intervenção com os jovens**, uma vez que existem jovens que referem não se identificar com alguns colegas, mencionando até episódios de violência. É também relevante pensar em planos de formação sobre as causas da institucionalização, o que é uma família (jovens referem ser pouco informados sobre este tema), etc.;
- **Recursos humanos**, uma vez que os jovens relatam que ainda existem colaboradores pouco competentes para as funções, consideramos ser necessário um maior acompanhamento a estes funcionários (avaliação psicológica). Também consideramos ser relevante um maior investimento de profissionais nas casas de acolhimento. Dado que os jovens, na sua maioria, consideram o seu gestor a figura de referência é importante repensar na redução de processos por cada gestor, de modo a existir um acompanhamento mais individualizado a cada criança ou jovem;
- **Percurso escolar**, uma vez que os jovens referem dificuldades ao nível de aprendizagem e de socialização, propomos que se considerem programas, que vão de encontro das necessidades de aprendizagem específicas de cada criança ou jovem. Para tal é importante o investimento em professores também no contexto institucional;

- **Pós-institucionalização**, no que se refere ao acompanhamento dos jovens é importante realçar que a medida foi revista (não abrangeu estes jovens). Contudo, não podemos deixar de referir que embora a instituição possa chamar os jovens de modo a alertá-los para as circunstâncias da vida, esta deve reencaminhá-los para as entidades competentes, de modo a que eles possam ter apoio para a concretização dos seus projetos de vida.

Através da análise dos dados conseguimos compreender que cada criança ou jovem vivência a instituição de uma forma particular, em função das suas características psicológicas e sociais que influenciaram o modo como este se adaptou e se integrou na casa de acolhimento. A maioria olha para a institucionalização como positiva. Referem que as instituições têm-se esforçado para que os jovens se sintam em casa.

Para alguns a família está nas origens, para outros a família está em quem dá amor, ou é quem acolhe e há quem diga:

“ O lar é a minha família”

Bibliografia

- Alves, C. M. (2010). *O insucesso escolar em Língua Portuguesa. Um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.
- Alves, S. N. (2007). *Filhos da Madrugada*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Barbas, L. S. (2014). *Lar de Infância e Juventude Especializado: O modelo terapêutico na perspetiva dos jovens e suas famílias*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação de Portalegre, Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Coimbra: Edições 70.
- Batista, C. G. (2014). *Olhares sobre os (Des)afetos: A perspetiva dos profissionais sobre a institucionalização de crianças e jovens*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre.
- Benelli, S. J. (2014). *Goffman e as instituições totais em análise*. Obtido de Goffman e as instituições totais em análise: <http://books.scielo.org/id/74z7q/pdf/benelli-9788568334447-03.pdf>
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2010). *Construção Social da Realidade*. Lisboa: Dinalivro.
- Boivin, M. (10 de Setembro de 2015). *Como ajudar as crianças a lidar com bullying ou rejeição dos colegas?* Obtido em 26 de Janeiro de 2018, de EBC: <http://www.ebc.com.br/infantil/para-pais/2015/09/como-ajudar-criancas-lidar-com-bullying-ou-rejeicao-dos-colegas>
- Brazelton, T. B., & Greenspan, S. L. (2002). *A Criança e o seu Mundo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Bronfenbrenner, U. (2009). *Ecologia do desenvolvimento Humano*. Obtido em 26 de Janeiro de 2018, de <https://efetivagestaodepessoas.wikispaces.com/file/view/EcologiadoDesenvolvimentoHumano.pdf>
- Canhão, A. M. (2007). Modelo ecológico de avaliação e intervenção nas situações de risco e de perigo para a infância. *Pretextos - Revista do Instituto da Segurança Social*(28).
- Caníço, H., Bairrada, P., Rodríguez, E., & Carvalho, A. (Junho de 2010). *Tipos de Família*. Obtido em 26 de Janeiro de 2018, de <http://www.uc.pt/fmuc/mgf/recursoseducativos/tiposdefamilia>
- Capucha, L., Guerreiro, M. d., Bernardo, J., Madelino, F., Calado, A., Correia, S. V., & Silva, A. R. (2005). *Formulação de propostas de conceção estratégica das intervenções operacionais no domínio da inclusão social*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- CARTA SOCIAL. (2016). *Crianças e Jovens em Perigo*. Obtido de Equipamentos no distrito do Porto: http://www.cartasocial.pt/resultados_pesquisageral.php?filtrar=hidden&cod_distrito=13&cod_concelho=12&cod_freguesia=0&cod_area=13&cod_valencia=1305&nome=&localpostal=&temCert=false
- CASA. (2016). *CASA 2016 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Cássia, R. (2017). *Qual o papel do professor na sociedade moderna?* Obtido em 26 de Janeiro de 2018, de Ensino: Guia de Educação: <https://canaldoensino.com.br/blog/qual-o-papel-do-professor-na-sociedade-moderna>
- Cordeiro, S. P. (Setembro de 2012). *Prostituição Feminina de Rua*. Obtido de Prostituição Feminina de Rua: <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/2176/1/Prostitui%C3%A7%C3%A3o%20Feminina%20de%20Rua.pdf>

- Costa, A. B., Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P. (2008). *Um Olhar sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo* (1ª Edição ed.). Lisboa: Gradiva.
- Crespo, A. C. (outubro de 2013). *Deficiência Mental Moderada e Empowerment: Um estudo de caso na CERCIGuarda*. Obtido em 20 de maio de 2017, de <http://hdl.handle.net/10400.6/2748>
- Ferreira, J. (2011). *Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a Infância*. Lisboa: Quid Juris.
- Ferreira, T. P. (2013). *Crianças e jovens institucionalizados: Representações e expectativas em relação à família biológica*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Instituto de Educação, Minho.
- Goffman, E. (1961). *Encounters: Two studies in the Sociology of Interaction*. Indianapolis: Bobbs-Merrill.
- Goffman, E. (1974). São Paulo: Perspectiva.
- Gomes, C. A. (1987). A interação seletiva na escola de massas. *Sociologia, Problemas e Práticas*(3), pp. 35-49.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Lisboa: Leya.
- Gomes, M. P. (2005). *Percursos de vida dos jovens após a saída dos Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Hébert, M. L., Boutin, G., & Goyette, G. (2013). *Investigação Qualitativa*. Vila Nova de Gaia: Instituto Piaget.
- Instituto da Segurança Social. (2010). *Lares de infância e juventude: Recomendações técnicas para equipamentos sociais*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Joaquim, C. (2015). *Proteção social, terceiro setor e equipamentos sociais: Que modelo para Portugal?* Coimbra: CES - Cadernos do Observatório.
- Júnior, Á. F., & Júnior, N. F. (2011). A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência*, 7(7), pp. 237-250. Obtido de [file:///C:/Users/Win8.1/Downloads/200-752-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Win8.1/Downloads/200-752-1-PB%20(1).pdf)
- Lei 142/2015, L. n. (2015). *Diário da República - I Série-A(204)*, 6115-6132. Lisboa.
- Lemos, M. S. (2012). *A escola dos alunos institucionalizados: Comportamentos e atitudes*. Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Lourenço, M. D. (2005). *Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal: Uma análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza*. Obtido em 20 de junho de 2017, de Direção Geral da Segurança social.
- Magalhães, T. (2010). *Abuso de Crianças e Jovens*. Lisboa-Porto: Lidel.
- Maia, L. (2012). *Violência Doméstica e Crimes Sexuais*. Lisboa, Portugal: Lidel.
- Manual de Boas Práticas. (2003). *Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Martins, L. (8 de Outubro de 2010). *Entrevista semi-estruturada*. Obtido em 26 de Janeiro de 2018, de SlideShare: <https://pt.slideshare.net/mlurdesmartins/entrevista-semi-estruturada>
- Martins, P. C. (1998). Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto.
- Mateus, M. I. (2012). *Prevalência de abuso sexual em crianças portuguesas*. Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa.
- Miranda, R. (2009). *Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental?: Um estudo no 1º Ciclo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.

- Monteiro, D. F. (2014). *Absentismo Escolar: a escola, a família e o futuro*. Dissertação de Licenciatura, Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto.
- Mucha, M., & Cruz, P. (s.d.). *Crescer (S)em Solidão: Estudo sobre o Passado, o Presente e o Futuro de crianças*. Obtido em 26 de Janeiro de 2018, de http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462e02f69eb22_1.PDF
- Neves, T. (2008). *Entre educativo e penitenciário*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pacheco, P. J. (2010). *Lares de Infância e Juventude: contributos para um modelo de acolhimento e integração social*. (U. F. Pessoa, Ed.) Obtido em 5 de Dezembro de 2016, de <http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/1946>
- Pinheiro, M. F. (2012). *O acompanhamento a crianças e às suas famílias nos Centros de Acolhimento Temporário: A perspetiva dos técnicos de serviço social*. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Pires, S. A. (2011). *A promoção da autonomia em jovens institucionalizadas*. Relatório de Estágio, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança.
- Quintães, C. R. (2009). Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, Minho.
https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9957/1/Tese_Final_Cla%C3%BAdia_Quint%C3%A3ns.pdf
- Ramos, T. C. (2008). *A intervenção na criança/jovem em risco - Um percurso a construir*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Medicina, Porto.
- Rangel, M. (2013). *Políticas para a infância em Portugal na área da Segurança Social*. Obtido em 26 de Janeiro de 2018, de Repositório:
http://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/409/3/Anexo%20II_Quadro-S%C3%ADntese%20Pol%C3%ADticas%20Sociais%20da%20Inf%C3%A2ncia%20em%20Portugal%20da%20Segura%C3%A7%C3%A3o%20Social.pdf
- Santos, M. A. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco - A experiência passada de institucionalização e o seu significado atual para os sujeitos adultos*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Coimbra.
- Santos, P. (2014). *A institucionalização de crianças e adolescentes*. Obtido em 26 de Janeiro de 2018, de <http://repositorio.uportu.pt:8080/bitstream/11328/919/6/TMPS35.pdf>
- Segurança Social. (2012). *Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças*. Obtido em 26 de Janeiro de 2018, de Segurança Social Direta: <http://www.seg-social.pt/plano-dom-desafios-oportunidades-e-mudancas>
- Setton, M. d. (2002). A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*(20), pp. 60-70. Obtido de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>
- Silva, A. I. (2001). *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes: Perspetiva de prevenção em saúde mental na adolescência*. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa.
- Silva, D. E. (Maio de 2016). Obtido de <file:///C:/Users/Win8.1/Desktop/Dina%20Elisabete%20Brás%20Silva.pdf>
- Silva, J. H. (2013). *Famílias multidesafiadas em contextos de pobreza: Vulnerabilidades e forças familiares - Refletindo acerca da intervenção*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia, Lisboa.

- Sousa, C. A. (2013). Dissertação/relatório/projeto/IPP, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto. Obtido de
file:///C:/Users/Win8.1/Desktop/Tese%20instituições%20sousa.pdf
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Lisboa: Climepsi.
- Strecht, P. (2003). *Crescer vazio-Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus-tratos em crianças e jovens*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Weikart, H. &. (2003). *Educar a criança*. Lisboa.

ANEXOS

Anexo 1



DECLARAÇÃO

Maria Sidalina Almeida, na qualidade de elemento da Comissão de Coordenação do Mestrado em Intervenção Social na infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, declara que Marisa Susana Oliveira Moreira se encontra a realizar a dissertação de mestrado cujo projecto de investigação se intitula "Acolhimento Familiar e institucionalização – estudo comparativo" que decorre sob orientação da Profª Doutora Sidalina Almeida.

Trata-se de um trabalho de natureza qualitativa que implica a realização de entrevistas. Sublinhe-se que a utilização da informação se destina estritamente à investigação em causa, garantindo-se obviamente, a sua confidencialidade.

ISSSP, 25 de Janeiro de 2017

P'la Coordenação do Mestrado
Maria Sidalina Almeida
Instituto Superior de Serviço Social - C.R.L.
ISSSP
(Profª Doutora Maria Sidalina Almeida)
Avenida Dr. Manuel Teixeira Ruela, 370
4460 - 362 SENHORA DA HORA

Anexo 2

ENTREVISTA

Nome:

Idade:

Estado civil e número de filhos:

Naturalidade:

Residência:

Nível de escolaridade:

Ocupação Profissional:

I.FAMÍLIA BIOLÓGICA

- 1.Onde nasceu e viveu antes de entrar para a instituição?
- 2.Tinha irmãos? Os seus irmãos foram ou estão institucionalizados?
- 3.Qual era o tipo de relação que tinha com eles?
- 4.Como era a sua família biológica, como é que eles se relacionavam uns com os outros?
- 5.Como vê atualmente a sua família biológica?
- 6.Recuando no tempo, como se caracteriza antes de entrar na instituição? E o que o fez chegar lá?

II. INSTITUIÇÃO

- 7.O que aconteceu antes de entrar na instituição mudou de casa? Foi para casa de algum amigo ou familiar?
- 8.Recorda-se do momento em que teve que ir para a instituição? O que pensa em relação a terem tomado essa decisão?
- 9.Alguém lhe explicou o porquê de ir para uma instituição?
- 10.O que sentiu quando chegou lá pela primeira vez?
- 11.Como foi recebido (a) na instituição? Quem o recebeu? Como foi a sua primeira semana (sentiu-se protegido, acompanhado/sozinho, bem-disposto/triste?
- 12.Quais foram as pessoas mais importantes nessa fase da sua vida (colegas, familiares, equipa da instituição)?
- 13.Tinha visita da sua família durante o internamento?

14. Como era a sua rotina na instituição? Na casa de acolhimento explicavam-lhe a importância das rotinas?
15. O que gostava mais e o que gostava menos?
16. Como eram os seus fins-de-semana?
17. Como e com quem passava o seu período de férias, ou feriados?
18. Quais eram as principais regras da instituição? Como foi essa adaptação?
19. Havia espaço para discussões em conjunto? Foram importantes para si?
20. Cumpria as regras da instituição? O que acontecia se não cumprisse? Dê alguns exemplos que se lembre.
21. Alguma vez fez propostas para mudarem as regras?
22. Essas regras foram importantes para si ou prefere esquecê-las?
23. Existiam regras para as visitas?
24. Participava em atividades desenvolvidas pela instituição? Todos os colegas participavam?
25. Participava de livre vontade ou porque era pressionado (a)? Se não participava, porquê?
26. Que recordações tem dessas atividades?
27. Quais foram para si os momentos mais difíceis na instituição? E como os ultrapassou?
28. E os melhores momentos?
29. Que tipo de relação tinha com os seus colegas? Ainda mantém contacto com alguém?
30. Podia receber colegas que não os que viviam consigo na instituição?
31. E com a equipa, auxiliares, diretores, técnico? Mantém contacto?
32. Havia algum adulto que não gostava?
33. O modo de organização da instituição é semelhante a uma família, ou muito diferente? Em quê?
34. Alguém da instituição lhe falava da sua família? Ou do conceito de família?
35. Alguma vez pensou sair da instituição, porquê?
36. Qual era o espaço favorito na instituição?
37. Como eram os quartos, com quem dormia? Como era decorado?
38. Quando é que podia estar sozinho?
39. Quantas instituições frequentou durante a sua vida?
40. O que mudava na instituição que acolheu?
41. Enquanto estava na instituição, que sonhos tinha para si?

III. PERCURSO ESCOLAR

42. Desde que idade frequentou a escola?

- 43. Antes de entrar na instituição que ano frequentava? Como corriam as aulas, gostava da escola?
- 44. E após entrar na instituição, tinha algum apoio para estudar?
- 45. Dava-se bem com os colegas da escola?
- 46. Quem era o seu encarregado de educação?
- 47. Sentia dificuldades na escola? Conseguiu ultrapassá-las?
- 48. Alguma vez sentiu que por viver numa instituição era discriminado? Como reagiam os seus colegas e professores sobre este facto?
- 49. Quando estava na instituição exerceu alguma atividade profissional? Idade que tinha, o horário de trabalho, vínculo à empresa?
- 50. E os outros jovens acolhidos?

IV. PÓS INSTITUIÇÃO

- 51. O que pensa do acolhimento em instituição atualmente? É semelhante ou diferente do que era no seu tempo?
- 52. Como recorda os primeiros tempos fora da instituição?
- 53. Mudava alguma coisa na forma como os jovens são acolhidos pelas instituições, à luz da sua experiência?
- 54. Há quantos anos saiu da instituição?
- 55. Como foi sair da instituição? Que idade tinha?
- 56. Foi uma opção sua ou um projeto de vida da instituição para si?
- 57. Como recorda a saída?
- 58. Teve algum tipo de apoio da instituição na preparação da sua futura autonomia?
- 59. Quando soube que tinha que sair da instituição? Quem lhe disse?
- 60. Quando saiu da instituição para onde foi viver?
- 61. Olhando para trás acha que estava preparado para sair?
- 62. Tem algum tipo de apoio atualmente?
- 63. O que mudava em si?
- 64. Tem alguma relação com a sua família biológica?
- 65. Gostaria de ter estado numa família de acolhimento ou outro tipo de medida?
- 66. Como se vê como mãe?
- 67. Que significado dá a uma família? Que importância tem para si? Quem é hoje a sua família?
- 68. Que adulto se tornou? O que mudaria na sua vida?

69.Quando saiu da casa de acolhimento arranjou logo emprego? O que faz atualmente, gosta?

Se está desempregado (a), qual é o seu principal sustento?

70.Como se vê no futuro? A nível pessoal e profissional?

Posso contatá-lo (a) posteriormente, caso exista alguma dúvida?

Obrigada pela colaboração!